



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO SUPERIOR DE
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

CAMPUS CONCÓRDIA
Agosto/2026



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

RUDINEI KOCK EXTERCKOTER

Reitor

LIANE VIZZOTTO

Pró-reitora de Ensino

ALESSANDRA CARINE PORTOLAN

Diretor Geral IFC – *Campus* Concórdia

FÁBIO ANDRÉ NEGRI BALBO

Diretor Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão

SÍLVIA FERNANDA SOUZA DALLA COSTA

Coordenadora Geral de Ensino

DEISE NIVIA REISDOEFER PEREIRA

Coordenadora do Curso Superior de Licenciatura em Matemática



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	06
2.	IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	08
3.	CONTEXTO EDUCACIONAL	11
	3.1 Histórico institucional - <i>Campus Concórdia</i>	11
	3.2 Justificativa da oferta do Curso	11
	3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso	13
4.	OBJETIVOS DO CURSO	15
	4.1 Objetivo geral	15
	4.2 Objetivos específicos	15
	4.3 Requisitos e formas de acesso	16
5.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	18
	5.1 Políticas de ensino, extensão, pesquisa e inovação	18
	5.1.1 Políticas de ensino	18
	5.1.2 Políticas de extensão	20
	5.1.3 Políticas de pesquisa e inovação	20
	5.2 Políticas de apoio ao estudante, acesso e inclusão	22
	5.2.1 Atendimento educacional especializado	24
	5.2.2 Atendimento ao discente	25
6.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	28
	6.1 Perfil do egresso	28
	6.2 Campos de atuação	28
	6.3 Organização curricular	28
	6.3.1 Núcleo de Formação Geral	31



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

6.3.2 Núcleo de Aperfeiçoamento e Diversificação dos Estudos	32
6.3.3 Núcleo de Estudos Integradores e Práticas Pedagógicas	34
6.3.4 Relação Teoria-Prática	36
6.3.5 Relação Teoria-Prática e Prática como Componente Curricular	37
6.3.6 Pesquisa e Processos Educativos	38
6.4 Interdisciplinaridade	41
6.5 Curricularização da pesquisa e da extensão	42
6.6 Linhas de pesquisa	46
6.7 Trabalho de Conclusão de Curso	47
6.8 Estágio Curricular Supervisionado	48
6.8.1 Etapas do Estágio Supervisionado	48
6.8.2 Sistema de Avaliação do Estágio	50
6.9 Programa Residência Pedagógica	51
6.10 Matriz Curricular	52
7. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	58
7.1 Estrutura Física para EaD no Campus	59
7.2 Atividades de tutoria	59
7.3 Equipe multidisciplinar	60
7.4 Tecnologias para EaD	61
7.5 Ambiente virtual de aprendizagem	62
7.5.1 Material Didático	63
8. AVALIAÇÃO	64
8.1 Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem	64
8.2 Sistema de avaliação do Curso	65



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

8.3 Aproveitamento de estudos	66
8.4 Avaliação de extraordinário saber	67
8.5 Expedição de diploma	67
9. EMENTÁRIO	68
9.1 Componente curriculares obrigatórios	68
9.2 Componentes curriculares optativos	94
10. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	104
10. 1 Descrição do corpo docente	104
10.2 Coordenação de Curso	105
10.3 Núcleo Docente Estruturante	106
10.4 Colegiado de Curso	106
10.5 Descrição do corpo técnico administrativo	107
10.6 Políticas de capacitação para docentes e técnicos administrativos em educação	108
11. INFRAESTRUTURA	111
11.1 Biblioteca	111
<i>11.1.1 Políticas de atualização</i>	111
<i>11.1.2 Formas de acesso e utilização</i>	112
<i>11.1.3 Informatização</i>	113
<i>11.1.4 Acervo</i>	112
<i>11.1.5 Portas Capes</i>	112
<i>11.1.6 ABNT online</i>	113
11.2 Salas de aula	113
11.3 Auditórios	113
11.4 Laboratórios	114



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

<i>11.4.1 Laboratório de Ensino de Matemática (LEM)</i>	114
<i>11.4.2 Laboratório de Física</i>	115
<i>11.4.3 Laboratórios de Informática</i>	115
<i>11.4.5 Softwares</i>	116
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	118
Apêndice 1 - Regulamentação das Atividades Curriculares Complementares	
Apêndice 2 - Regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado	
Apêndice 3 - Regulamento de Pesquisa e Processos Educativos	
Apêndice 4 - Regulamento da Curricularização da Pesquisa e da Extensão	
Apêndice 5 - Regulamento do Programa de Residência Pedagógica	



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

1. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e o *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiam todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

Quadro 01 - Dados gerais do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia

Denominação do Curso:	Curso Superior de Licenciatura em Matemática
Coordenador(a):	Deise Nivia Reisdoefer Pereira, Siape nº 029939489, Dedicção Exclusiva Doutorado em Educação em Ciências e matemática (49) 3441-4800 Deise.pereira@ifc.edu.br
Núcleo Docente Estruturante: (Portaria nº 35/2026)	Flaviane Predebon Titon, Siape nº 1786868, Dedicção Exclusiva Doutorado em Educação em Ciências (49) 3441-4800 flaviane.titon@ifc.edu.br
	Deise Nivia Reisdoefer Pereira, Siape nº 2939489, Dedicção Exclusiva Doutora em Educação em Ciências e Matemática (49) 3441-4800 deise.pereira@ifc.edu.br
	Rosane da Silva França Lubassewski Cavasin, Siape nº 1901677, Dedicção Exclusiva Doutora em Educação (49) 3441-4800 rosane.cavasin@ifc.edu.br



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	Fernando Pinto Siape nº 1061551, Dedicação Exclusiva Doutor em Doutorado em Sistemas e Computação (49) 3441-4800 fernando.pintro@ifc.edu.br
	Lindomar Duarte de Souza, Siape nº 3136969, Dedicação Exclusiva Mestre em Matemática (49) 3441-4800 lindomar.souza@ifc.edu.br
	Sheila Crisley de Assis, Siape nº 1119677, Dedicação Exclusiva Doutora em Engenharia Aeronáutica e Mecânica (49) 3441-4800 sheila.assis@ifc.edu.br
	Karen Angelica Seitenfus, Siape nº 2019520, 40 horas Téc. em Assuntos Educacionais, Mestra em Educação, Dra. em Psicologia (49) 3441-4800 karen.seitenfus@ifc.edu.br
Modalidade:	Presencial
Grau:	Licenciatura
Titulação:	Licenciado(a) em Matemática
Local de oferta:	Instituto Federal Catarinense – IFC <i>Campus</i> Concórdia, Rodovia SC 283, KM 08 - Caixa Postal 58, Concórdia/SC (49) 3441-4800 https://concordia.ifc.edu.br/
Turno:	Noturno
Número de vagas:	40
Carga horária do Curso:	Núcleo de Formação Geral: 990 horas Prática como Componente Curricular: 420 horas Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas Atividades Curriculares Complementares: 100 horas Curricularização da Pesquisa e da Extensão: 900 Carga horária total do Curso: 3235 horas
Periodicidade de oferta:	Anual
Período de integralização:	8 semestres
Resolução de aprovação do Curso:	Resolução CONSUPER n 07/2012 Consuper.
Legislação vigente para o Curso:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996; Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003. Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004. Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002; Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005; Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004. Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010; Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017. Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008. Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei ° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010. Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019. Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC. Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC. Resolução do CNE/CES nº 3, de 18 de fevereiro de 2003 – Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Matemática. Parecer do CNE/CES nº 1301/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura.
--	---



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

3. CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 Histórico da instituição - *Campus Concórdia*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC *Campus Concórdia* iniciou suas atividades pedagógicas em março de 1965, como Ginásio Agrícola, tendo seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, formando sua primeira turma em 1968. Através do Decreto nº 70.513, de 12 de maio de 1972, passou à categoria de Colégio Agrícola.

Posteriormente, pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia (EAFC). Pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, a EAFC foi transformada em Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, passando a usufruir de autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira. Pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e a EAFC passa a integrar o Instituto Federal Catarinense, denominando-se *Campus Concórdia*.

3.2 Justificativa da oferta do Curso

Os Institutos Federais criados pela Lei nº 11.892/2008 são instituições de Educação Superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicanais, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFC, 2019): “Os cursos de Graduação ofertados pelo IFC, como um dos níveis de formação profissional, visam garantir



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

uma formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e seu pleno desenvolvimento pessoal”.

O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, estabeleceu a meta de, em dez anos, garantir a 70% dos professores do Ensino Infantil, Fundamental e Médio a formação específica superior, uma vez que a maioria dos sistemas e redes públicas não tem quadro de professores adequadamente formados. O relatório do Conselho Nacional de Educação – CNE, que estimou a demanda de 272.327 professores (MEC, 2007), fez com que os Institutos Federais assumissem o compromisso, quando na plenitude de seu funcionamento, em garantir 20% de suas matrículas em cursos de licenciaturas, tendo em vista a grande defasagem dos profissionais para determinadas áreas. Nesse sentido, os cursos de licenciatura dos Institutos Federais têm como objetivo central a formação de professores para atuarem na Educação Básica, exercendo a docência do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio ou no Médio Integrado. Dos professores que atuam do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental das Escolas de Santa Catarina, 4,81% não têm Ensino Superior e, no Ensino Médio, a porcentagem é cerca de 5,76% (Censo 2007). Estima-se que há uma falta de 250 mil professores para o Ensino Médio no Brasil na área de Ciências da Natureza e Matemática. Essas carências são maiores em municípios mais afastados dos centros de formação, em geral, pequenos municípios, com escolas menores.

Desde o final dos anos 1990, o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais de Educação apontam para um acentuado déficit de professores no país na área de Ciências Exatas, em especial para os componentes curriculares de Matemática, Física e Química. Esses dados se confirmam na região de Concórdia, verificando-se a atuação de profissionais não habilitados trabalhando como docentes nessas áreas. A partir do exposto, acredita-se que a formação do professor tem preponderante influência na qualidade de ensino e aprendizagem que permeia a comunidade escolar. Assim, como tentativa de intervenção na Matemática



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

ensinada e aprendida na comunidade regional e local é que foi proposta a criação do Curso de Licenciatura em Matemática no *Campus* Concórdia.

O Curso de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia está em funcionamento desde o ano de 2010, tendo formado sua primeira turma no final do ano de 2013, e tem mantido, desde então, a oferta anual, na modalidade presencial e no período noturno. Foi reconhecido pelo Ministério da Educação em 2013, através da Portaria SERES/MEC nº 428, D.O.U. nº 170, seção 1, p. 27, publicada em 03/09/2013. Desde então, cerca de cem profissionais habilitados em Matemática formaram-se para atuar nas escolas, nos níveis fundamental (anos finais) e médio.

O Curso sofreu alterações desde a perspectiva de sua proposta inicial, as quais se deram nos anos de 2015 - face às orientações do processo de reconhecimento - e no ano de 2017, este último em uma vasta disposição institucional que buscou marcar uma identidade dos cursos de licenciatura oferecidos pelo Instituto Federal Catarinense. O presente projeto incide em uma reavaliação do marco documental de 2017, desenvolvida por um amplo coletivo de docentes, em diferentes Grupos de Trabalho (GT), frente a atualização da Política Institucional de Formação de Professores.

3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores apontam para a necessidade do reconhecimento e do fortalecimento da identidade dos cursos de licenciatura, sinalizando à docência como base comum na formação de professores e a unidade *teoria* e *prática* enquanto princípios indissociáveis do processo. Diante dessas orientações, o Curso de Licenciatura em Matemática do *Campus* Concórdia adota como Princípio Filosófico a *Filosofia da Práxis* (Vásquez, 1977), no sentido de elevar a formação a instância da transformação do indivíduo para que, assim, este possa agir de forma a provocar mudanças.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Na perspectiva pedagógica, considera a concepção da profissão como prática social (produto e produtor) e plural, imbuída de processos teórico-práticos que levem o estudante a compreensão das relações e implicações entre a educação, a escola e a sociedade/ambiente. O objetivo é o de superar a dicotomia entre a formação e o campo de atuação profissional, enfatizando e valorizando a ideia de processo, de questionamento, de provisoriedade do conhecimento, de compreensão e de explicação de problemas vividos no cotidiano escolar e nos outros espaços socioeducativos.

Para que o processo de formação supracitado se efetive, acredita-se ser necessário uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e social comprometida com os processos educativos global e local. Nessa linha, é reconhecida a necessidade de compreensão de alguns princípios, tais que: i) o *princípio sócio histórico do conhecimento*, ou seja, a compreensão do conhecimento como produto da construção histórica; ii) a *concepção de sociedade, de justiça social e da diversidade cultural*; iii) a compreensão da *pesquisa como processo educativo*, no sentido de ser o fio condutor e o elemento articulador dos demais componentes curriculares e da relação teoria e prática; iv) a compreensão da *práxis enquanto unidade teoria-prática*.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo geral

Formar professores com domínio do conhecimento matemático, pedagógico e científico para atuar na Educação Básica, com ênfase na formação para os Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, de forma a constituir um profissional reflexivo e capaz de utilizar metodologias que integrem os saberes científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos nas transposições do saber, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

A formação requerida contempla um grupo de competências profissionais referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática, à compreensão do papel social da escola, ao aperfeiçoamento da prática pedagógica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

4.2 Objetivos Específicos

I - Promover uma sólida formação de conteúdos matemáticos com domínio nas áreas da Matemática, bem como formação pedagógica necessária ao exercício do magistério;

II - Formar um profissional capaz de atuar como sujeito histórico na leitura e na produção de significados aos conceitos matemáticos, na resolução de problemas de seu cotidiano e na articulação da Matemática à outras áreas do conhecimento;

III - Construir espaços de formação inicial e continuada de professores com linhas de pesquisa na formação docente e interação com as escolas de Educação Básica;

IV - Compreender que os conteúdos de Matemática são inteirados às teorias existentes e relacioná-los com o cotidiano;

V - Evidenciar a educação científica em todas as atividades, relacionando-a com o avanço tecnológico e suas relações sociais;

VI - Propor atividades, do contexto curricular de Matemática, que promovam a vivência do método científico, desenvolvendo habilidades de investigação e senso crítico do aluno;

VII - Propiciar ao acadêmico linguagem para a compreensão do mundo físico, permitindo sua utilização nas demais áreas do conhecimento;

VIII - Vivenciar atividades com metodologia diversificada que propiciem a melhoria da qualidade de ensino;



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

IX - Elaborar propostas de ensino e aprendizagem para a Educação Básica, bem como analisar, selecionar e produzir material didático com vistas a construção de conceitos científicos básicos;

X - Expressar-se escrita e oralmente, com clareza e precisão;

XI - Desenvolver a capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares, contribuindo para a realização de projetos coletivos na escola básica;

XII - Conhecer questões contemporâneas que abrangem a cultura geral, profissional e os conhecimentos sobre crianças, jovens, adolescentes e adultos, das pessoas com deficiência e das comunidades indígenas e demais questões da diversidade cultural;

XIII - Perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, no qual novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente.

4.3 Requisitos e formas de acesso

A seleção para os cursos de Graduação do IFC é realizada 100% pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) para o processo regular. As vagas que não forem preenchidas pelo SISU serão ofertadas por meio dos processos de cadastro de reserva e/ou vagas não ocupadas, os quais utilizam a análise do histórico escolar como critério de seleção. O IFC utiliza o Sistema de Ações Afirmativas (cotas) em todas as chamadas do processo seletivo, conforme Lei 12.711/2012, Lei 13.409/2016 e Resolução 37/2016 do Consuper.

Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Matemática, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Também é possível ingressar no Curso Superior de Licenciatura em Matemática através de Editais de Transferência, de acordo com os critérios definidos na Organização Didática do IFC. São modalidades de transferência: transferência interna (destinada ao ingresso de estudantes provenientes de outros cursos de graduação do IFC e que desejam mudar de curso



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

e de *campus*), transferência externa (destinada ao ingresso no curso do IFC, de estudantes provenientes de outras instituições de ensino) e transferência *ex officio*, conforme determinação da legislação vigente.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

5.1 Políticas de ensino, extensão, pesquisa e inovação

5.1.1 Políticas de ensino

As políticas de ensino, que visam atender tanto a Educação Básica quanto a superior, estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. No que tange à formação de professores, o IFC assume o compromisso como instituição formadora em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para promover, de maneira articulada, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes. Visando à articulação entre as ofertas nos diversos níveis e as redes de ensino, o IFC tem instituído espaço específico de articulação, o Colegiado Institucional Articulador da Formação de Professores (COFOR).

A formação inicial visa à preparação e ao desenvolvimento de professores para o magistério na Educação Básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, o ensino e a aprendizagem, a gestão democrática, a autoavaliação e a avaliação institucional.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

O estudo “Atratividade da Carreira Docente no Brasil” (2009) constata a existência de uma queda no interesse em seguir a carreira docente, devido a múltiplos fatores; o IFC, como instituição formadora e objetivando cumprir o estabelecido na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, se firma no compromisso com esta formação, preparando profissionais, tanto em cursos de licenciatura quanto em programas especiais de formação pedagógica, que sejam capazes de contribuir para solucionar os desafios inerentes à profissão, por meio de ações pedagógicas inovadoras que objetivem romper com processos organizativos disciplinares e fragmentados que caracterizam historicamente os cursos de formação de professores.

Os cursos superiores de Licenciatura objetivam a formação de professores para a Educação Básica e Educação Profissional, no desafio de desenvolver metodologias que estabelecem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada. O IFC, assim, contribui para o atendimento das demandas regionais na formação inicial de professores para Educação Básica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Propõe-se, nos cursos de Licenciatura, em consonância com as normas do MEC, organizar um desenho curricular flexível, tendo os componentes práticos integrados aos conteúdos teóricos por meio da inserção do estudante no espaço escolar, de ambientes de aprendizagem, de projetos integradores interdisciplinares e da pesquisa, e de processos educativos estruturados com base curricular comum às áreas de conhecimento e com forte embasamento na práxis associada à Educação Básica e Educação Profissional.

No Curso de Licenciatura em Matemática do *Campus* Concórdia, projetos e programas de ensino diversificam as possibilidades formativas dos estudantes, para além da grade curricular obrigatória, o que facilita o fortalecimento formativo. Podem ser citados, nesse sentido, especialmente: as *atividades de monitoria*, as quais buscam promover a



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

cooperação mútua entre os discentes, professores e técnicos, de forma a permitir a experiência do estudante com atividades técnico-didáticas; o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* (Pibid), que oferece bolsa aos estudantes que se dediquem ao estágio nas escolas públicas, antecipando o vínculo entre os futuros professores e a sala de aula; o *programa de Residência Pedagógica* (RP), uma ação vinculada a Política Nacional de Formação de Professores, cujo objetivo é induzir o aperfeiçoamento do estágio supervisionado promovendo a imersão do futuro professor na escola de Educação Básica quando da segunda metade do Curso, acompanhado pelo professor da escola e professor do IFC; o *Programa Institucional de Formação de Professores do IFC* que incentiva a formação de docentes para a Educação Básica, conduzindo-o de forma ativa ao exercício da relação teoria e prática docente.

5.1.2 Políticas de extensão

No IFC a extensão é compreendida como processo educacional que incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível à própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade.

No Curso de Licenciatura em Matemática a extensão se dá, especialmente, através de *ações desenvolvidas no âmbito das Práticas como Componente Curricular* das disciplinas associadas, por meio de *projetos*, com ou sem fomento, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam docentes, técnicos administrativos, discentes e a comunidade, e em *eventos*, nos quais ações que implicam na apresentação e exibição pública e livre, ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pelo IFC, com classificação por interesse e número de participantes e metodologia



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
5.1.3 Políticas de pesquisa e inovação

No IFC a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente. A política de pesquisa e inovação do IFC, organiza-se de modo a contemplar as indicações expressas na Lei nº 11.892/2008, quanto à finalidade e às características dos IF: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” (BRASIL, 2008).

Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação, e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático e criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade. Esta intervenção está intimamente atrelada à necessidade de contribuir para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população das regiões nas quais o IFC tem *campus* instalado.

Para tanto, o desenvolvimento de pesquisas se dá a partir do Programa de Bolsas, regulamentado por dispositivos internos, e que atendem a diferentes modalidades: o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica* (Pibic), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas* (Pibic-AF), destinadas à participação dos beneficiários das políticas de ação afirmativa do IFC; e o *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação* (Pibiti), voltado ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovação e; as *Bolsas de Pesquisa e Inovação Internas do IFC*, com recursos do *Campus*. Outros recursos são investidos com o intuito de apoiar as publicações e produção científica, promover eventos, entre outros.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Os elementos supracitados são marcos de trabalho e desenvolvimento recorrentes no âmbito do Curso de Licenciatura em Matemática do *Campus* Concórdia, alargando ainda mais as práticas de pesquisa e inovação realizadas no âmbito curricular das disciplinas do Curso, conforme serão explicitadas mais adiante neste documento.

5. 2 Políticas de apoio ao estudante, acessibilidade e inclusão

Quando da fundação da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, não havia por parte do poder público e sociedade geral uma preocupação em relação à inclusão das pessoas com necessidades específicas no ensino regular – a responsabilidade era atribuída às escolas especiais. Todavia, com as políticas de educação inclusiva, um novo olhar tem sido lançado no IFC, no sentido de desenvolver ações que promovam o acesso e o apoio às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com a Lei Federal nº 10.098 de dezembro de 2000 e o Decreto 5.296/2004, estabelecem-se normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Dessa forma, projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, tendo destinação pública ou coletiva, devem considerar aspectos da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência no que concerne e regulamenta a Lei da Acessibilidade.

Em consonância com tais aspectos, a Portaria Ministerial nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, instruindo também sobre os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições. Em virtude disso, iniciou-se uma sensibilização em relação à inclusão.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

O *Campus* Concórdia é constituído por sua unidade sede, localizada a 8 Km do centro da cidade, na localidade Fragosos. O acesso é por estrada com pavimentação e o meio de transporte utilizado pelos alunos e pela maioria dos servidores é o transporte coletivo urbano, que ainda não possui as adaptações necessárias previstas por lei.

Em relação a aspectos de infraestrutura das instalações do IFC, destaca-se:

I - A sede da Instituição conta com biblioteca, salas de trabalho, laboratórios e salas de aula que atendem as exigências da ABNT 9050, também quanto aos espaços livres de circulação e corredores, área de transferência e área de alcance. Além disso, encontra-se em fase de implantação a colocação de piso tátil de sinalização e mapas/placas táteis para localização;

II - A biblioteca possui opção de acesso através de rampas na entrada e banheiros adaptados, um elevador para dar acesso ao segundo andar às pessoas usuárias de cadeira de rodas ou pessoas com mobilidade reduzida. No prédio administrativo da sede, atualmente, existe um sanitário masculino e um feminino adaptado com barra de apoio, esta mesma estrutura está presente nos Blocos Tecnológico e nos prédios que abrigam o Curso de Medicina Veterinária. Além disso, a instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência, bem como possui elevador no prédio do Bloco Tecnológico – com acesso ao segundo piso e subsolo (no qual encontra-se o Laboratório de Ensino de Matemática – LEM);

Entende-se que o IFC - *Campus* Concórdia possui uma estrutura física e espaços que possibilitam as modificações e adequações necessárias, sendo que estão sendo feitos investimentos para tanto. Assegurando a autonomia, aprendizagem e liberdade, a Instituição ratifica o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, estendendo no quadro de servidores, uma pedagoga especializada no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O *Campus* ainda possui uma intérprete de Libras, que tem a competência e a proficiência para interpretar



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Libras para a Língua Portuguesa, ou vice-versa, garantindo o atendimento e tratamento adequado às pessoas surdas, em respeito à dignidade das pessoas e de acordo com as normas legais em vigor.

A Instituição entende que acessibilidade em um espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos. Ainda, vale ressaltar que o IFC cumpre a lei das cotas para o ingresso.

5.2.1 Atendimento educacional especializado

A partir da portaria do MEC/SETEC nº 151, de 11 de Julho de 2005, que disciplina a forma de operacionalização da ação Educação Tecnológica e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP), que tem por objetivo a inclusão, permanência e saída com sucesso destes alunos em cursos de formação inicial e continuada, técnicos e tecnológicos, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, foi constituído o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) da então Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, hoje Instituto Federal Catarinense. O NAPNE do IFC – *Campus* Concórdia, evidencia as políticas educacionais sancionadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Possui como uma de suas principais competências articular ações conjuntas com a comunidade escolar, no intuito de buscar promover a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas. Dentre os princípios das Políticas de Inclusão e Diversidade, temos (Resolução nº 033/2019):

I – Compromisso com os direitos humanos e a cidadania;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

II - Promoção da inclusão, diversidade e direitos humanos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão;

III - Equidade nas condições de acesso, permanência e êxito no percurso formativo preservando e promovendo o respeito à diversidade em todos os seus matizes;

IV - Defesa e compromisso com a justiça social e combate à todas as formas de preconceito;

V - Efetivação do direito à educação pública, gratuita e de qualidade;

VI - Gestão democrática;

VII - Sustentabilidade socioambiental;

VIII - Respeito às particularidades regionais dos *campi*;

IX - Respeito à liberdade;

X - Garantia de valores éticos e humanísticos;

XI - Defesa de uma instituição inclusiva e diversa.

5.2.2 Atendimento ao discente

O IFC possui diversos setores para atendimento ao discente, a saber: Secretaria Acadêmica, Assessoria Pedagógica, Núcleo Pedagógico (NuPe), Serviço Integrado de Suporte e Atendimento Educacional (SISAE).

As atividades ligadas à vida acadêmica, tal como matrícula, trancamento, desistência, transferência, entre outras, são acompanhadas e conduzidas pela Secretaria Acadêmica, observando-se os trâmites e procedimentos estabelecidos e regulamentados pelo Conselho Superior do IFC, bem como a legislação vigente.

Para situações como baixo aproveitamento do acadêmico, eventuais problemas (adaptação, relacionamento), o *Campus* conta com técnicos-administrativos em assuntos educacionais e assistente em administração na Assessoria Pedagógica. Conta também com o Núcleo Pedagógico (NUPE), o qual é um órgão de estudos, pesquisas e assessoramento do



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

campus e tem a finalidade de proporcionar à comunidade acadêmica assistência de ordem didática e pedagógica, contribuindo com a implementação de políticas e ações na área educacional, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

O Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE) tem o papel de implementar o atendimento integral e interdisciplinar ao estudante do IFC, voltado à saúde, ao bem-estar, à permanência, visando ao sucesso no processo de ensino-aprendizagem, bem como contribuir para o planejamento, a elaboração e a implementação de programas e ações institucionais que tenham como objetivo o atendimento ao estudante. Dentre as ações, temos:

- i) Assistência ao estudante: auxilia e presta assistência aos estudantes no decorrer do processo formativo;
- ii) Atenção psicológica: o IFC possui Psicólogos em todos os Campi, com a função de assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento acadêmico e a formação cidadã dos discentes;
- iii) Serviço social: o IFC também possui Assistente Social em seus *Campi*, com o papel de desenvolver ações de acolhimento, orientação e encaminhamentos. Esses profissionais analisam, elaboram, coordenam e executam planos, programas e projetos para viabilizar a efetivação dos direitos do estudante e acesso às políticas sociais;
- iv) Enfermaria: o *campus* também conta com profissionais de enfermagem, com o papel de prestar auxílio em primeiros socorros, bem como ações de educação e prevenção de saúde;
- v) Concessão de auxílios estudantis: o *campus* conta com o Programa de Assistência Estudantil (PAE), vinculado à Coordenadoria Geral de Assistência Estudantil, para oferecer condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através da concessão de Auxílios Estudantis e está regulamentado pelo Decreto, nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PAE é destinado a estudantes de cursos presenciais de Ensino Técnico de Nível Médio e de Graduação, que se enquadrem em condições preestabelecidas em editais específicos;
- vi) Refeitório: disponível aos estudantes nos dias



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

letivos, mediante vale alimentação adquirido no setor financeiro, tanto no período diurno quanto no período noturno.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 Perfil do egresso

Em consonância às Diretrizes Curriculares Nacionais e com os Referenciais Curriculares Nacionais, o professor licenciado pelo *Campus* Concórdia do Instituto Federal Catarinense deverá estar apto a planejar, organizar e desenvolver atividades e materiais relativos à Educação Matemática, tendo como sua atribuição central à docência na Educação Básica, apoiada em um sólido conhecimento dos fundamentos da Matemática, do desenvolvimento histórico e das relações com as diversas áreas, assim como estratégias para transposição do conhecimento matemático em saber escolar, tendo como referências as pesquisas e tendências da Educação Matemática.

O licenciado deverá ser capaz de trabalhar diretamente na sala de aula, elaborar e analisar materiais didáticos, tais como livros, textos, vídeos, softwares e ambientes virtuais de aprendizagem, realizar pesquisas em Educação Matemática, coordenar e supervisionar equipes de trabalho, tendo uma atuação voltada para o desenvolvimento do educando, incluindo a formação ética, a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

6.2 Campo de atuação

O profissional formado pelo Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia estará apto a trabalhar em instituições de ensino, atuando na disciplina de Matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica e no Ensino Médio.

6.3 Organização curricular



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática está em consonância com a legislação nacional, tais como a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, com a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica do IFC, Organização Didática do IFC e demais normativas nacionais e institucionais pertinentes ao Ensino Superior.

A organização curricular do Curso está prevista em oito semestres e tem como princípios orientadores a preparação e o desenvolvimento de profissionais para o magistério na Educação Básica em suas etapas – Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio - e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação quilombola e educação a distância.

De acordo com a Política Institucional de Formação de Professores, Artigo 10, Os cursos de formação inicial de professores para a Educação Básica em nível superior, em cursos de Licenciatura do IFC, terão, no mínimo, 3.210 (três mil duzentas e dez) horas, e no máximo 3.410 (três mil quatrocentas e dez) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - no mínimo 800 (oitocentas) horas, compostas por Formação Geral e pelos Estudos Integradores a esta associados, previstos nos incisos I e IV do Artigo 8º, respectivamente;

II - no mínimo 1600 (mil e seiscentas) horas, compostas por Aprofundamento e Diversificação de Estudo nas Áreas de Atuação Profissional e pelos Estudos Integradores a estes associados, previstos nos incisos II e IV do Artigo 8º respectivamente;

III - 810 (oitocentas e dez) horas, de prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 405 (quatrocentas e cinco) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso da instituição formadora; e



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

b) 405 (quatrocentas e cinco) horas para a Prática como Componente Curricular, distribuídas ao longo do processo formativo.

Ainda, a Política Institucional de Formação de Professores aponta no Artigo 11, que o eixo pedagógico obrigatório compreende um grupo de disciplinas comuns aos cursos de Licenciatura do IFC que busca contribuir para a construção de uma identidade docente. No inciso 1º, destaca-se que este mesmo eixo deverá abarcar carga horária total de, no mínimo, 660 (seiscentas e sessenta) horas.

O Quadro 02, abaixo apresentado, lista os componentes curriculares e a carga horária presentes no Curso no âmbito do eixo pedagógico obrigatório:

Quadro 02 - Componentes Curriculares/ Disciplinas do Eixo Pedagógico Obrigatório do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia

Código	Disciplina	Carga Horária
LMD0423	Filosofia da Educação	60
LMD0402	História da Educação	60
LMD0405	Sociologia da Educação	60
LMD0431	Psicologia da Educação	60
LMD0411	Didática Geral	60
LMD0410	Teorias Educacionais e Curriculares	60
LMD0414	Políticas Públicas da Educação	60
LMD0437	Gestão Educacional	60
LMD0406	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60
LMD0432	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	90
LMD0434	Didática da Matemática	60
LMD0426	Metodologia de Ensino de Matemática	90
LMD0420	Laboratórios de Ensino de Matemática I	90
LMD0425	Laboratórios de Ensino de Matemática II	90
TOTAL		960



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

6.3.1 Núcleo de Formação Geral

O Núcleo de Formação Geral possui caráter de formação generalista, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, composto por campos do saber que constroem o embasamento teórico necessário para a formação docente.

O Quadro 03, abaixo, apresenta as disciplinas e a carga horária presente no Curso no que tange ao Núcleo de Formação Geral.

Quadro 03 - Componentes Curriculares/Disciplinas do Núcleo de Formação Geral do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus Concórdia*

Código	Disciplina	Carga Horária
LMD0402	História da Educação	60
LMD0405	Sociologia da Educação	60
LMD0403	Matemática Fundamental I	90
LMD0423	Filosofia da Educação	60
LMD0410	Teorias Educacionais e Curriculares	60
LMD0408	Matemática Fundamental II	90
LMD0412	Matemática Fundamental III	90
LMD0411	Didática Geral	60
LMD0406	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60
LMD0431	Psicologia da Educação	60
LMD0414	Políticas Públicas da Educação	60
LMD0437	Gestão Educacional	60
LMD0440	Estatística e Probabilidade	60
LMD0434	Didática da Matemática	60
LMD0442	Libras	60
TOTAL		990



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
6.3.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos nas áreas de atuação profissional é composto por campos de saber destinados à caracterização da área específica de formação e conhecimentos pedagógicos.

O Quadro 04, mostra os componentes do Curso e as respectivas cargas horárias do Núcleo de Aprofundamento de Diversificação de Estudos.

Quadro 04 - Componentes Curriculares/Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia

Código	Disciplina	Carga Horária Total	Carga Horária Teoria	Carga Horária PCC
LMD0404	Pesquisa e Processos Educativos I	90	30	60
LMD0401	Geometria Plana	60	60	-
LMD0408	Pesquisa e Processos Educativos II	90	30	60
LMD0407	Geometria Espacial	60	60	-
LMD0415	Pré-Cálculo	60	60	-
LMD0419	História da Matemática	30	30	-
LMD0417	Cálculo I	60	60	-
LMD0418	Educação Financeira	60	60	-
LMD0430	Lógica Básica	30	30	-
LMD0420	Laboratório de Ensino de Matemática I	90	60	30
LMD0413	Pesquisa e Processos Educativos III	90	30	60
LMD0416	Álgebra Linear	60	60	-
LMD0421	Cálculo II	60	60	-
LMD0425	Laboratório de Ensino de Matemática II	90	30	60
LMD0421	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	30	60
LMD0424	Geometria Analítica	60	60	-
LMD0427	Cálculo III	60	60	-
LMD0432	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	90	60	30





Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

LMD0426	Metodologia de Ensino de Matemática	90	60	30
LMD0435	Equações Diferenciais Ordinárias	60	60	-
LMD0441	Fundamentos de Análise Real	60	60	-
LMD0433	Cálculo Numérico	60	60	-
LMD0429	Fundamentos de Álgebra	60	60	-
LMD0438	Matemática Aplicada no Ensino de Ciências	60	30	30
LMD0441	Fundamentos de Análise Real	60	60	-
LMDxxxx	Optativas	90	90	-
TOTAL		1770	1350	420

Dentre os componentes curriculares optativos, estão as disciplinas abaixo relacionadas:

Quadro 05 – Componentes Optativos

Código no SIGAA	Componente Curricular	CH Total
LMD0443	Geometria Não Euclidiana	30
LMD0444	Cálculo Vetorial	60
LMD0445	Equações Diferenciais Parciais	60
LMD0446	Desenho Geométrico	30
LMD0447	Estatística Aplicada	60
LMD0448	Geometria Descritiva	30
LMD0449	Modelagem Matemática	60
LMD0450	Seminários de Resolução de Problemas	30
LMD0451	Física I	60
LMD0452	Cálculo IV	60
LMD0453	Algoritmos e Programação	60
LMD0454	Concepções em Educação Profissional e Tecnológica	30
LMD0455	Introdução a Teoria dos Números	60



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

LMD0456	Tendências em Educação Matemática	30
LMD0457	Tópicos em Discalculia	30
LMD0458	Pesquisa em Educação Matemática	30
LMD0459	Pesquisa Operacional	60
LMD0460	Ensino de Matemática e Infância	60
LMD0461	Aprendizagem Colaborativa e Cooperativa	30

6.3.3 Núcleo de Estudos Integradores e Práticas Pedagógicas

O Núcleo de Estudos Integradores compreende as atividades teórico-práticas de aprofundamento, denominadas Práticas como Componente Curricular (PCC), complementares à formação e ao enriquecimento curricular, denominadas Atividades Curriculares Complementares (ACC).

A PCC deve compor os projetos de cursos de licenciatura com o mínimo de 405 (quatrocentas e cinco) horas vivenciadas ao longo do Curso, com vistas à integração entre o IFC e o sistema de Educação Básica da região, fortalecendo a colaboração interinstitucional e a inserção dos estudantes de licenciatura no contexto educacional. A PCC objetiva fortalecer a relação entre teoria e prática na formação dos estudantes, mediante a valorização da pesquisa individual e/ou coletiva, e visa a preparação dos sujeitos para lidar com a tomada de decisões adequadas ao exercício da profissão, tendo a escola e, sobretudo, a sala de aula, como foco para onde converge a formação.

A carga horária destinada à PCC deverá envolver um movimento de reflexão-ação-reflexão, a partir da proposição de atividades inerentes à prática docente, por meio de estratégias que façam frente à complexidade do processo de ensino e aprendizagem nos campos específicos da formação dos estudantes. Considera-se a PCC um momento formativo de caráter integrador fundamental à compreensão da profissão docente como um processo



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

complexo - cujo entendimento não se restringe a um campo específico de conhecimento - para o que a reflexão teórica deve estar em permanente diálogo com o fazer cotidiano de sua profissão.

As PCC buscam estabelecer a integração interna e externa dos conhecimentos específicos da área, dos saberes didático-pedagógicos e dos conhecimentos humanísticos. Dada a natureza investigativa e, ainda, o diálogo que manterá com os diversos espaços educativos, poderá estar associada às dimensões da pesquisa e inovação e da extensão.

No Quadro 06 são elencados os componentes que incluem as PCC e a carga horária voltada ao Núcleo de Estudos Integradores.

Quadro 06 - Componentes Curriculares/Disciplinas do Núcleo de Estudos Integradores do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus Concórdia*

Código	Disciplina	Carga Horária PCC
LMD0404	Pesquisa e Processos Educativos I	60
LMD0409	Pesquisa e Processos Educativos II	60
LMD0413	Pesquisa e Processos Educativos III	60
LMD0421	Pesquisa e Processos Educativos IV	60
LMD0420	Laboratório de Ensino de Matemática I	30
LMD0425	Laboratório de Ensino de Matemática II	60
LMD0426	Metodologia de Ensino de Matemática	30
LMD0432	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	30
LMD0438	Matemática Aplicada no Ensino de Ciências	30
Total		420

As Atividades Curriculares Complementares (ACC) são componentes obrigatórias, não podendo ser compostas por disciplinas da estrutura curricular e estágio obrigatório. Devem compor de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) da carga horária total de



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

estrutura curricular. A Organização Didática do IFC (2021/2026) regulamenta as ACC em seu Anexo III e agrega a ideia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo as três dimensões enquanto obrigatórias.

No âmbito do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, considerando a sua carga horária curricular total em 3235 horas, o quantitativo a ser integralizado em ACC é de 3% (três por cento), correspondente a 100 horas. Tal como aponta a Organização Didática, cada curso pode estabelecer o fracionamento entre as três dimensões. Nesses termos, no Curso Superior de Licenciatura em Matemática, as atividades de *ensino* devem corresponder a um mínimo de 50% da carga horária total de ACC, ou seja, 50 horas; às atividades de *extensão* a um mínimo de 25% da carga horária de ACC, o que corresponde a 25 horas e; as atividades de *pesquisa* um mínimo de 25%, representando 25 horas.

No Apêndice 1 encontra-se o descritivo das Atividades Curriculares Complementares, em consonância ao que dispõe o Anexo III da Organização Didática do Instituto Federal Catarinense (2021/2026).

A integralização das ACC é de responsabilidade do estudante, devem ser desenvolvidas no decorrer do Curso, entre o primeiro e o último semestre, devendo ser avaliadas e reconhecidas pela Coordenação do Curso, obedecendo aos procedimentos institucionais e em períodos estabelecidos no Calendário Acadêmico.

6.3.4 Relação Teoria-Prática

Segundo Ponte *et al* (2003), para se tornar um professor de Matemática, o licenciando necessita do conhecimento matemático e do conhecimento sobre o ensino de Matemática, mas só isso não basta. É necessário assumir papéis, normas e valores fundamentais da profissão, de modo a qualificar a realização das atividades profissionais inerentes do professor e de identificar-se pessoalmente com a profissão. Nesse sentido, o Curso busca a articulação entre



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

teoria e prática desde os primeiros semestres, não restrita apenas aos Estágios Supervisionados, mas articulada com as demais disciplinas do Curso por meio das Práticas como Componente Curricular e da integração das disciplinas da Matemática com outras áreas do conhecimento. Por isso, é necessário que o futuro professor compreenda o contexto escolar como um processo contínuo e dinâmico, influenciado por múltiplas variáveis educacionais, sociais, históricas e culturais, no qual se aprende e se trabalha desenvolvendo a identidade do professor em formação como agente ativo do processo, ou seja, com a reflexão e a investigação da prática.

As disciplinas de prática buscam envolver os licenciandos na análise de atividades realizadas no contexto profissional durante experiências de campo, relacionadas à observação da prática de professores ou da reflexão sobre a própria prática, enquanto professor em formação.

6.3.5 Relação Teoria-Prática e a Prática como Componente Curricular

As Práticas como Componente Curricular (PCC) desenvolvidas ao longo de todo o Curso, buscam a articulação entre as disciplinas, inserindo o estudante no contexto profissional e visando a elaboração de um trabalho interdisciplinar. Nessa perspectiva, compreende-se que o fato de o licenciando estar em contato com a escola desde o início do Curso contribui para um olhar reflexivo-ativo sobre os problemas enfrentados pelo professor de Matemática no contexto da sala de aula. Ademais, a discussão de tais problemas abre a possibilidade de realização de pesquisas conjuntas entre estudantes, professores em exercício e formadores, numa perspectiva de levantar soluções para problemas intrínsecos à docência.

6.3.6 Pesquisa e Processos Educativos (PPE)



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Seguindo a perspectiva da interdisciplinaridade apontada em 6.3.5, de modo a materializar uma prática que integre os conhecimentos, o Curso apresenta componentes curriculares que dialogam entre si por meio de um grupo de disciplinas denominadas Pesquisa e Processos Educativos (PPE). As disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos são Componentes Curriculares Obrigatórios do Curso de Licenciatura em Matemática, sendo integrantes da matriz curricular de forma transversal do primeiro (1º) ao quarto (4º) semestre. Ademais, as disciplinas de PPE têm como objetivos a formação com pesquisa e com extensão, com a inserção desde o processo inicial de formação nos campos de atuação profissional. Procura desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do licenciando, além de contribuir para a formação básica, profissional, ética, científica e política.

As disciplinas de PPE têm o papel de articular os demais componentes curriculares do semestre/fase, em uma proposta que contemple a relação ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da Prática como Componente Curricular (PCC), a fim de que favoreça e garanta as vivências dos acadêmicos na docência da Matemática na Educação Básica.

A carga horária de cada PPE compreende: 30 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora; e 60 (sessenta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular nos espaços do exercício da profissão docente.

No que se refere aos campos de investigação das PPE estes se constituem nos eixos de formação do Curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação e Gestão. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação dos professores das disciplinas de PPE contemplam o movimento de aproximar os licenciandos com a realidade da profissão e, ao mesmo tempo, possibilitam a aprendizagem dos processos de pesquisa, dos objetivos, das possibilidades metodológicas, dos instrumentos de constituição de dados e do processo de análise e conclusão inerentes à prática da pesquisa. O Quadro 07 serve como norte no planejamento semestral da disciplina, cabendo a cada professor e demais professores



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

do semestre/fase o detalhamento das atividades no Plano de Ensino e em acordo com o regulamento das PPE (Apêndice 03):

Quadro 07 – Orientações sobre ações metodológicas a serem desenvolvidas no âmbito de cada PPE

Semestre/ Fase	PPE	Ementa	Orientações Metodológicas	Natureza	Componente(s) Associado(s)
1 ^a	I	Fundamentos da Pesquisa Científica. Ciência e Conhecimento. Epistemologia da Pesquisa Educacional. A pesquisa na perspectiva científica e educativa para o professor de Matemática. Normas Técnicas para a Pesquisa. Estudo, leitura e produção textual.	Elaboração de projeto de pesquisa ancorado em uma temática/problema associados a profissão/profissionalização docente. Construção de um instrumento de coleta de informações (questionário), aplicação do instrumento e análise de dados frente ao conteúdo obtido. Desenvolvimento de um resumo simples sobre as atividades executadas.	Pesquisa	História da Educação Matemática Fundamental I Geometria Plana
2 ^a	II	A formação profissional do professor de Matemática na perspectiva das diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, da inclusão, dos direitos humanos e da educação ambiental.	Elaboração de projeto de pesquisa ancorado nas temáticas transversais, sob objetivo de análise documental frente a materiais didáticos (livros, apostilas, entre outros), utilizados por professores nas escolas e/ou entrevista com professores. Fórum de Temáticas Transversais. Desenvolvimento de um resumo expandido acerca das atividades realizadas.	Pesquisa e Extensão	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão
3 ^a	III	Epistemologia do professor de matemática. A Educação Matemática como campo profissional e científico. Saberes docentes. Educação Matemática Crítica. Políticas públicas de formação e	Elaboração de um projeto de pesquisa sobre os saberes dos professores de Matemática ou sobre o desenvolvimento profissional associado às políticas públicas de formação e valorização docente. Construção e aplicação de instrumento de	Pesquisa e Extensão	Políticas Públicas em Educação Educação Financeira





Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

		valorização docente.	coleta de dados e análise de seus resultados. Escrita científica. Fórum de Políticas Públicas e Valorização Docente.		
4ª	IV	Concepções de Avaliação. Avaliação à luz da legislação e das tendências/metodologias em Educação Matemática. Avaliação e sua relação com o planejamento didático.	Elaboração de projeto de pesquisa associado a temática avaliação. Construção de instrumento de coleta de informações, aplicação do instrumento e análise de dados frente ao conteúdo obtido. Desenvolvimento de um artigo sobre as atividades executadas. Participação em perspectiva colaborativa entre estudante e escola em momentos de avaliação (conselhos, aulas e outras situações).	Pesquisa e Extensão	Laboratório de Ensino de Matemática I Didática Geral

O desenvolvimento das práticas pressupõe planejamento coletivo entre os professores envolvidos em cada semestre, num movimento de projeção de estratégias de articulação entre as disciplinas e da socialização das experiências, além da otimização dos trabalhos apresentados pelo estudante para fins de avaliação.

O professor da disciplina, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, será responsável por coordenar o planejamento da proposta do PCC junto aos demais professores da fase/semestre. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelo professor da disciplina, com a coorientação dos demais professores da fase, de acordo com a necessidade dos licenciandos.

A carga horária destinada ao docente pela coorientação será definida conforme a necessidade, em vista do planejamento coletivo no início do semestre. Cabe ao professor da disciplina a administração burocrática da mesma: registros, contato com escolas, documentos



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

para encaminhamento dos licenciandos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, entre outros.

Os instrumentos de planejamento e a produção dos licenciandos, ao final de cada PPE, deverão ser compilados pelo professor e enviados por e-mail em arquivo digital à coordenação do Curso. Caberá aos professores formadores incentivar a publicação da produção das PCC em eventos e/ou periódicos da área.

A avaliação e seus critérios deverão ser definidos pelos professores no planejamento do início de cada semestre. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

6.4 Interdisciplinaridade

Embora a estrutura curricular do Curso seja disciplinar, a metodologia e a abordagem dos conteúdos busca estabelecer relações entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores. A articulação entre o corpo docente do Curso é que vai permitir maiores avanços nas relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para garantir essa articulação, o planejamento semestral será indispensável, a partir da compreensão do Projeto Pedagógico pelo corpo docente. A proposta de articulação entre as disciplinas do semestre e ao longo do Curso através dos trabalhos da PCC, já evidencia a ocorrência da interdisciplinaridade, que será reforçada por meio de diálogos programados em reuniões pedagógicas entre os professores que atuam em cada semestre.

Os temas transversais estão contemplados na matriz curricular do Curso de modo explícito e também implícito. A disciplina Pesquisa e Processos Educativos II (PPE II) traz, de forma objetiva em seu ementário, o estudo das questões ambientais, étnico-raciais, gênero, sexualidade, religião, faixa geracional, inclusão e direitos humanos. Entende-se que tais temáticas não podem se esgotar em um único componente e, por isso, são suscitadas em



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

outras disciplinas, seja de natureza prática ou teórica, de forma a constituírem-se enquanto discussões e reflexões recorrentes a serem levantadas no período formativo. Os eventos promovidos pelo Curso, tais como a Semana Acadêmica (primeiro semestre de cada ano) e o Ciclo de Debates (segundo semestre de cada ano), devem considerar os temas transversais como elementos constitutivos de suas estruturas e sobre os quais seja possível relacionar o fazer do professor de Matemática. Outras disciplinas, tais como Teorias Educacionais e Curriculares, Educação Financeira, Matemática Aplicada no Ensino de Ciências, Estágios Supervisionados, Educação Especial e Libras, são exemplos de componentes em que um ou mais temas transversais são notadamente discutidos.

Os eventos promovidos pelo *Campus* Concórdia, a exemplo dos Encontros de Educação e Diversidade, também serão espaços de participação e formação para estudantes e formadores do Curso de Licenciatura em Matemática. O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os *Campi*.

6.5 Curricularização da Pesquisa e Extensão

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014 – 2024), as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

O PPC do Curso de Licenciatura em Matemática deve garantir no mínimo 10% da carga horária total para atividades curricularizáveis de pesquisa e de extensão, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES 07/2018 e normativa interna do IFC. A carga horária das atividades curricularizáveis de pesquisa e da extensão devem ser especificadas na matriz curricular do Curso. Conforme normativa do IFC, as atividades desenvolvidas de forma integrada, articulada e de modo indissociável, serão contabilizadas simultaneamente para atendimento da carga horária prevista, tanto para curricularização da extensão, como da pesquisa. Não podem ser previstas atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão nos componentes Estágio Curricular e Atividades Curriculares Complementares.

No Curso de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia, as atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa serão desenvolvidas em consonância com o previsto no Artigo 5 do regulamento do IFC, em disciplinas específicas, como integrante de carga horária de disciplinas e como atividade acadêmica, composta de ações de extensão e pesquisa, com carga horária em evento específico (Semana Acadêmica). No Quadro 08, abaixo apresentado, encontra-se o detalhamento das atividades de Pesquisa e Extensão associadas aos componentes curriculares do Curso.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Quadro 08 – Componentes Curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática que apresentam curricularização integral ou parcial da pesquisa e da extensão

Código	Disciplina	Carga Horária Total	Carga Horária Pesquisa	% Pesquisa	Carga Horária Extensão	% Extensão
LMD0404	Pesquisa e Processos Educativos I	90	90	100	-	-
LMD0409	Pesquisa e Processos Educativos II	90	90	100	30	33
LMD0413	Pesquisa e Processos Educativos III	90	90	100	30	33
LMD0421	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	90	100	30	33
LMD0420	Laboratório de Ensino de Matemática I	90	-	-	30	33
LMD0425	Laboratório de Ensino de Matemática II	90	-	-	30	33
LMD0426	Metodologia de Ensino de Matemática	90	90	100	30	33
LMD0432	Tecnologias no Ensino de Matemática	90	30	33	30	33
LMD0438	Matemática Aplicada no Ensino de Ciências	60	60	100	-	-
LMD0406	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60	-	-	30	33
LMD0411	Didática Geral	60	-	-	15	16,5
LMD0414	Políticas Públicas em Educação	60	-	-	15	16,5
LMD0418	Educação Financeira	60	-	-	15	16,5
LMD0437	Gestão Educacional	60	-	-	30	16,5
LMD0442	Libras	60	-	-	15	16,5
Total			540h		330h	

No âmbito das atividades de curricularização da extensão também está prevista a atividade da Semana Acadêmica, a qual deverá contemplar, dentro do período de integralização do Curso, 30 horas de participação, mediante certificação a ser registrada pelo Curso. As temáticas tratadas nas proposições da Semana Acadêmica serão de caráter teórico e prático e no sentido de aprofundamento ou complementação dos conteúdos curriculares. Os



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

estudantes da sétima fase estarão envolvidos no processo de concepção, organização, divulgação e execução do evento, analisando os resultados para a sua formação e o impacto para a comunidade participante.

A carga horária total do Curso para Curricularização da pesquisa e da extensão será de 900 horas, distribuídas em: i) componentes específicos (PPE I e Matemática Aplicada no Ensino de Ciências) com percentual total de pesquisa, 150 horas; ii) componentes com percentual de carga horária destinada à pesquisa e percentual destinado à extensão, total de 540 horas; iii) componentes específicos (PPE, Laboratório de Ensino de Matemática I, Laboratório de Ensino de Matemática II, Educação Especial, Didática Geral, Políticas Públicas em Educação, Educação Financeira, Gestão Educacional e Libras) com percentual parcial em extensão, total 330 horas; iv) evento de extensão, total 30 horas. O total de pesquisa no Curso, portanto, se constitui em 540 horas, ou seja, 16,7%. O percentual de extensão se constitui em 360 horas, ou seja, 11,12%.

As concepções e estratégias de curricularização da pesquisa e da extensão, no âmbito do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do *Campus* Concórdia, abarcam a promoção de estratégias para o desenvolvimento profissional, considerando a formação inicial um espaço experiencial prévio do exercício docente na sua totalidade e que auxilia o estudante no planejamento de demandas do ensino e no enfrentamento de situações e problemas reais, o que pode atenuar as dificuldades de início de carreira. Nessa perspectiva, estão incluídas atividades em uma gama de componentes curriculares que agregam: i) formulação de projetos com base em problemáticas associadas a profissão docente, a elaboração de instrumentos de coleta de informações e os estudos sobre as estratégias de análise e tratamento de dados; ii) a seleção de referenciais teóricos e documentos suscetíveis a examinação, segundo objetivos e aspectos demarcados e de interesse; iii) o planejamento e organização de eventos, tais como fóruns, mostras, seminários e outros, a partir de estudos e



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

produções resultantes da pesquisa e; iv) da construção inovadora de materiais didático-pedagógicos nos componentes que agregam, além do ensino, os pressupostos extensionistas e científicos.

O Apêndice 4 deste Projeto Pedagógico demarca, de forma detalhada, as ações a empreender nos componentes curriculares expressos no Quadro 08 (acima) para o alcance do intento de interdisciplinaridade requerida e a formação compromissada com valores para o desenvolvimento global da sociedade.

6.6 Linhas de pesquisa

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em consonância aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e do *Campus*. Estas, por sua vez, serão definidas ao longo do processo e em acordo com as necessidades dos projetos apresentados pelos docentes e discentes que farão os grupos de pesquisas que atendem às grandes áreas do CNPq tais como: Matemática Aplicada, Processos de Ensino e Aprendizagem, Tecnologias Digitais no Ensino, Formação de Professores, Interdisciplinaridade, Educação Científica e Tecnológica e Educação Matemática.

Pontua-se que o corpo docente do Curso fundou no ano de 2012 um Grupo de Pesquisa Institucional, certificado pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual, atualmente, abriga 12 pesquisadores (professores do Curso), um técnico e dois discentes. O Grupo de Pesquisa em Educação Matemática (GPEMat) abriga linhas de pesquisa sensíveis ao perfil de trabalho e atuação de seus integrantes e constitui um elemento agregador de experiências e conhecimentos com vistas ao desenvolvimento pleno dos objetivos constantes no projeto de curso.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

6.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Curso de Licenciatura em Matemática não conta com Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), exige, porém, os Relatórios Parciais e Finais de Estágio Supervisionado, os quais são apresentados e entregues ao término de cada uma de suas etapas. Os Relatórios Parciais são documentos produzidos pelos licenciandos ao final das Etapas I e III, enquanto os Relatórios Finais são os documentos produzidos nas Etapas II e IV. Nos Estágios Supervisionados II e IV, os relatórios produzidos deverão ser encaminhados à Biblioteca da Instituição em cópia digitalizada e são considerados pelo Núcleo Docente Estruturante como equivalentes a um Trabalho de Conclusão de Curso.

Tal concepção acerca dos relatórios deve-se ao fato de que o documento construído pelos acadêmicos compreende uma estrutura textual que envolve aspectos da pesquisa no campo da Educação Matemática, tais como problemática, objetivos, fundamentação teórica, análise crítica dos dados de campo (observação e regência) e considerações finais.

6.8 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática terá carga horária de 405 horas e é parte integrante do currículo obrigatório, sendo realizado a partir do 5º (quinto) semestre. Poderá ser realizado em turno diferente do de funcionamento do Curso e visa assegurar o contato do acadêmico com situações, contextos e instituições de ensino, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais reais, servindo de experiência para o exercício de sua profissão.

O Estágio Supervisionado é uma instância privilegiada que permite a articulação entre o estudo teórico e os saberes práticos e tem como propósito a inserção do futuro professor de



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Matemática no mundo do trabalho das instituições de ensino. Nesse sentido, se apresentam como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- a) Complementar o ensino e a aprendizagem a partir do contato com a realidade das escolas;
- b) Inserir o futuro professor à realidade educacional;
- c) Avaliar a prática pedagógica como educador em construção;
- d) Possibilitar uma prática que integre o saber popular e o científico.

6.8.1 Etapas do Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Matemática tem carga horária de 405 horas e é parte integrante do currículo obrigatório, sendo realizado a partir do 5º (quinto) semestre. Pode ser realizado em turno diferente do turno de funcionamento do Curso (noturno) e objetiva assegurar o contato do acadêmico da licenciatura com situações, contextos e instituições de ensino, o que permite que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais reais, de modo a servir de experiência para o exercício da futura profissão.

As finalidades básicas do estágio norteiam-se a partir das seguintes proposições: i) complementar o ensino-aprendizagem a partir do contato com a realidade das escolas; ii) inserir o futuro professor à realidade educacional; iii) avaliar a prática pedagógica como educador em construção; iv) possibilitar uma prática que integre o saber popular e o científico.

O Estágio Supervisionado do Curso Superior de Licenciatura em Matemática é orientado por um professor do próprio Curso, podendo ter coorientador, e realizado em 04 (quatro) etapas. Cada etapa, I, II, III e IV, compreenderá 2 (duas) horas semanais junto ao



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

quadro de horário de aulas e o restante da carga horária será orientada pelo professor e realizada pelo estudante fora do horário de aula.

A atribuição da carga horária docente, para efeito de Plano de Trabalho Docente (PTD), será computada como ensino, com o lançamento integral das horas do respectivo Estágio Supervisionado para cada grupo de 10 (dez) ou 12 (doze) acadêmicos, conforme disponibilidade de docentes no Curso. Cada docente poderá assumir, no máximo, a docência/orientação de 12 (doze) alunos de Estágio Supervisionado no mesmo semestre letivo. Os detalhes serão apresentados no regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme Apêndice 2. Abaixo segue a síntese das etapas:

1ª. Etapa - Estágio Supervisionado I (105h) – As horas serão distribuídas em estudo de referenciais bibliográficos, trocas de experiências entre os acadêmicos, observação e coparticipação em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do Projeto Político Pedagógico da Escola, do Plano de Ensino de Matemática e da análise do livro/material didático adotado pela instituição concedente do estágio, além da apresentação de uma produção escrita relativa ao relatório parcial de estágio no Ensino Fundamental. Para o desenvolvimento da observação e coparticipação, o acadêmico deverá acompanhar o professor regente, no mínimo, 20 horas em campo de estágio.

2ª Etapa - Estágio Supervisionado II (105h) – Nesta etapa o acadêmico realiza a regência de aula, preferencialmente em uma das turmas observadas na Etapa I. Busca-se solidificar os conhecimentos teóricos construídos ao longo do Curso e concretizar habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. Além da prática da docência, que deverá abrigar, no mínimo, 12 horas em sala de aula, as demais horas serão subdivididas em orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, escrita do relatório final, planejamento do seminário de socialização para encerramento da etapa referente aos anos



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

finais do Ensino Fundamental. Ao final dessa etapa o acadêmico deverá elaborar um relatório e apresentar no Fórum de Socialização de Estágio do Ensino Fundamental.

3ª Etapa - Estágio Supervisionado III (90h) – As horas serão distribuídas em estudo de referenciais bibliográficos, trocas de experiências entre os acadêmicos, observação e coparticipação em turmas do Ensino Médio, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica do Projeto Político Pedagógico da Escola, do Plano de Ensino de Matemática e da análise do livro/material didático adotado pela instituição concedente do estágio, além da apresentação de uma produção escrita relativa ao relatório parcial de estágio no Ensino Médio. Para o desenvolvimento da observação e coparticipação, o acadêmico deverá acompanhar o professor regente, no mínimo, 20 horas em campo de estágio.

4ª Etapa: Estágio Supervisionado IV (105h) – Nesta etapa o acadêmico realiza a regência de aula, preferencialmente em uma ou mais turmas observadas na Etapa III. Busca-se solidificar os conhecimentos teóricos construídos ao longo do Curso e concretizar habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente. Além da prática da docência, que deverá abrigar, no mínimo, 12 horas em sala de aula, as demais horas serão subdivididas em orientações gerais, trocas de experiências entre os acadêmicos, escrita do relatório final, planejamento do seminário de socialização para encerramento da etapa referente ao Ensino Médio. Ao final dessa etapa o acadêmico deverá elaborar um relatório e apresentar no Fórum de Socialização de Estágio do Ensino Médio.

6.8.2 Sistema de Avaliação do Estágio

A avaliação dos estágios configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e será realizado pelos professores orientadores (IFC) e pelo professor regente de classe da instituição concedente (supervisor). Para obter aprovação o acadêmico deverá atingir nota igual ou superior a sete (7,0). A nota do orientador terá peso 70% e a do professor regente da instituição 30%.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

6.9 Programa de Residência Pedagógica (RP)

O Programa de Residência Pedagógica (RP) é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de Educação Básica, a partir da segunda metade de seu curso. Essa imersão deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente da sua Instituição Formadora.

A Residência Pedagógica parte da premissa básica de que a formação de professores nos cursos de licenciatura deve assegurar aos seus egressos habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de Educação Básica.

Os objetivos do Programa são, segundo o que se extrai das orientações contidas no Portal do Ministério de Educação¹:

I - Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;

II - Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;

III - Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;

¹ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/residencia-pedagogica>



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

IV - Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação de professores da Educação Básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018).

Considerando os objetivos do Programa, bem como a necessidade de articulá-los aos contidos no Regimento Interno de Estágio do Curso de Licenciatura em Matemática, o regulamento, expresso no Apêndice 5 deste documento, visa orientar as ações do Programa Residência Pedagógica com vistas à realização das atividades previstas para o Programa e consequente validação das etapas de estágio supervisionado.

6.10 Matriz Curricular

Quadro 09 – Matriz Curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - *Campus* Concórdia, por semestre

1º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH EAD	CH Total
		CH Teórica	CH Prática	CH de curricularização da Extensão (CE)	CH de curricularização da Pesquisa (CP)				
LMD0401	Geometria Plana	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0402	História da Educação	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0403	Matemática Fundamental I	90	-	-	-	-	-	-	90
LMD0404	Pesquisa e Processos Educativos I	30	60	-	90	60	-	-	90
LMC0405	Sociologia da Educação	60	-	-	-	-	-	-	60
Total		300	60	-	90	60	-	-	360

2º semestre



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH EAD	CH Total
		CH Teórica	CH Prática	CH de curricularização da Extensão (CE)	CH de curricularização da Pesquisa (CP)				
LMD0406	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60	-	30	-	-	-	-	60
LMD0407	Geometria Espacial	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0408	Matemática Fundamental II	90	-	-	-	-	-	-	90
LMD0409	Pesquisa e Processos Educativos II	30	60	30	90	60	-	-	90
LMC0410	Teorias Educacionais e Curriculares	60	-	-	-	-	-	-	60
Total		300	60	60	90	60	-	-	360

3º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH EAD	CH Total
		CH Teórica	CH Prática	CH de curricularização da Extensão (CE)	CH de curricularização da Pesquisa (CP)				
LMD0418	Educação Financeira	60	-	15	-	-	-	-	60
LMD0412	Matemática Fundamental III	90	-	-	-	-	-	-	90
LMD0413	Pesquisa e Processos Educativos III	30	60	30	90	60	-	-	90
LMD0414	Políticas Públicas em Educação	60	-	15	-	-	-	-	60
LMC0415	Pré-Cálculo	60	-	-	-	-	-	-	60
Total		300	60	60	90	60	-	-	360

4º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH	CH Total
		CH	CH	CH de	CH de				



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

		Teórica	Prática	curricularização da Extensão (CE)	curricularização da Pesquisa (CP)			EAD	
LMD0416	Álgebra Linear	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0417	Cálculo I	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0411	Didática Geral	60	-	15	-	-	-	-	60
LMD0419	História da Matemática	30	-	-	-	-	-	-	30
LMD0420	Laboratório de Ensino de Matemática I	60	30	30	-	30	-	-	90
LMC0421	Pesquisa e Processos Educativos IV	30	60	30	90	60	-	-	90
Total		300	90	75	90	90	-	-	390

5º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH EAD	CH Total
		CH Teórica	CH Prática	CH de curricularização da Extensão (CE)	CH de curricularização da Pesquisa (CP)				
LMD0421	Cálculo II	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0422	Estágio Supervisionado I	30	-	-	-	-	105	-	105
LMD0431	Psicologia da Educação	-	-	-	-	-	-	60	60
LMD0424	Geometria Analítica	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0425	Laboratório de Ensino de Matemática II	30	60	30	-	60	-	-	90
LMC0426	Metodologia de Ensino de Matemática	60	30	30	90	30	-	-	90
Total		240	90	60	90	90	105	60	465

6º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH EAD	CH Total
		CH Teórica	CH Prática	CH de curricularizaç	CH de curriculariz				



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

				ão da Extensão (CE)	ação da Pesquisa (CP)				
LMD0427	Cálculo III	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0428	Estágio Supervisionado II*	30	-	-	-	-	105	-	105
LMD0429	Fundamentos de Álgebra	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0430	Lógica Básica	30	-	-	-	-	-	-	30
LMD0423	Filosofia da Educação	-	-	-	-	-	-	60	60
LMC0432	Tecnologias Digitais no Ensino de Matemática	60	30	30	30	30	-	-	90
Total		240	30	30	30	30	105	60	405

*Pré-requisitos Estágio Supervisionado II (LMD04228) – LMD0403; LMD0411; LMD0420; LMD0401; LMD0422.

7º semestre									
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				PCC	Estágio	CH EAD	CH Total
		CH Teórica	CH Prática	CH de curriculariz ação da Extensão (CE)	CH de curriculariz ação da Pesquisa (CP)				
LMD0433	Cálculo Numérico	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0434	Didática da Matemática	-	-	-	-	-	-	60	60
LMD0435	Equações Diferenciais Ordinárias	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0436	Estágio Supervisionado III	30	-	-	-	-	90	-	90
LMD0437	Gestão Educacional	60	-	30	-	-	-	-	60
LMC0438	Matemática Aplicada no Ensino de Ciências	30	30	-	60	30	-	-	60
Total		240	30	30	60	30	90	60	390

8º semestre						
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial				CH Total



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

		CH Teórica	CH Prática	CH de curricularização da Extensão (CE)	CH de curricularização da Pesquisa (CP)	PCC	Estágio	CH EAD	
LMD0439	Estágio Supervisionado IV**	30	-	-	-	-	105	-	105
LMD0440	Estatística e Probabilidade	-	-	-	-	-	-	60	60
LMD0441	Fundamentos de Análise Real	60	-	-	-	-	-	-	60
LMD0442	Libras	60	-	15	-	-	-	-	60
LMDxxxx	Optativas	90	-	-	-	-	-	-	90
Total		240	-	15	-	-	105	60	375

**Pré-requisitos Estágio Supervisionado IV (LMD0439) – LMD0401; LMD0403; LMD0407; LMD0408; LMD0411; LMD0412; LMD0420; LMD0422; LMD0426; LMD0436.

Quadro 10 – Síntese da Estrutura Curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - Campus Concórdia

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática	CH
Carga horária teórica	2160
Formação Geral	990
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	1770
Núcleo de Estudos Integradores	420
Eixo pedagógico obrigatório	960
Prática como Componente Curricular (PCC)	420
Carga horária na modalidade a distância – EaD	240
Atividades Curriculares Complementares	100
Carga horária mínima de optativas	90
Estágio Curricular Supervisionado	405
Trabalho de Conclusão de Curso	-
Curricularização da Extensão	330
Curricularização da Pesquisa	540
Atividades Curricularizáveis de Extensão	30
Carga horária total da Curricularização da Extensão	360
Carga horária Total do Curso	3235



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

7. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EaD)

Em decisão coletiva e consensuada pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *Campus* Concórdia, a oferta da Educação à Distância (EaD) se constitui como um desafio formativo e enquanto movimento de adesão sobre o acesso à educação por meio do uso das plataformas tecnológicas. Nessa perspectiva, quatro componentes curriculares da segunda metade da licenciatura, ou a partir do 5º semestre, serão ofertados 100% (cem por cento) em formato EaD, a saber: Filosofia da Educação (60h), Psicologia da Educação (60h), Didática da Matemática (60h) e Estatística e probabilidade (60h). A carga horária inerente a oferta das disciplinas a distância será de cerca de 7% da carga horária total do Curso.

A inserção de carga horária na modalidade a distância está prevista nos documentos institucionais, tais como na Portaria Normativa do IFC – 04/2019 e também na Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021, até o limite de 20% da carga horária total do Curso.

No IFC está também instituído o Centro de Educação a Distância (CeaD), que tem como objetivos: i) capacitar os servidores, docentes e técnico-administrativos, para a atuação em cursos que utilizam da modalidade a distância; ii) estabelecer políticas de formação a distância do IFC e; iii) incentivar o uso de tecnologias da informação e comunicação inovadoras relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem presencial e a distância. Também existe no *Campus* Concórdia o Núcleo de Educação a Distância (NeaD), instituído por portaria específica, formado por equipe multidisciplinar, com a função de acompanhamento e auxílio na oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância do *Campus* Concórdia.

7.1 Estrutura Física para EaD no *Campus* Concórdia





Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

O IFC - *Campus* Concórdia conta com uma ampla infraestrutura e, especificamente, no que concerne às atividades EaD, citam-se: 03 laboratórios de informática equipados; 02 auditórios para palestras e eventos; salas de trabalho compartilhadas para professores, com mesas individuais, computadores com acesso à internet, telefone e impressora; biblioteca (com locais para estudo individual ou em grupo e, além de livros físicos, a assinatura para *e-books* e periódicos nacionais e internacionais); e ainda contará com um espaço destinado à gravação de materiais didáticos, equipado com câmeras, microfones, mesa digitalizadora, iluminação e tela de projeção (atualmente em projeto). Também cabe destacar o suporte às atividades e à infraestrutura pelo NeaD e pela Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI).

7.2 Atividades de Tutoria

As atividades de tutoria realizadas no Curso Superior de Licenciatura em Matemática serão executadas pelo(s) professor(es) do componente curricular ofertado na modalidade EaD. Sendo assim, a mediação pedagógica poderá ocorrer em momentos presenciais previstos e nas atividades de tutoria realizadas com a utilização da modalidade a distância. Ao início de cada semestre serão apresentadas aos discentes, pelo(s) professor(es) do componente curricular e registradas no respectivo Plano de Ensino, as atividades a serem realizadas a distância, os momentos de mediação pedagógica, o ambiente virtual, os critérios e formas de avaliação.

Estas atividades, que atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular e compreendem a mediação pedagógica junto aos discentes, serão realizadas: de acordo com a necessidade do aluno ou do docente; de forma presencial - na sala do professor, na sala de atendimento ao aluno, em sala coletiva ou laboratório de informática; ou, ainda, de forma remota. A eficiência das atividades de tutoria quanto ao uso dos recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo serão verificadas no decorrer da disciplina pelo(s) professor(es), embasando ações corretivas e de



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

A experiência com o ensino remoto durante a pandemia, as capacitações oferecidas pelo *campus* e o uso de tecnologias da educação e da comunicação proporcionaram a aprendizagem de conhecimentos até então ausentes para muitos docentes e discentes, e que agora acessam com facilidade as ferramentas de aprendizagem.

7.3 Equipe Multidisciplinar

As atividades de tutoria realizadas no Curso Superior de Licenciatura em Matemática serão executadas pelo(s) professor(es) do componente curricular ofertado na modalidade EaD. Sendo assim, a mediação pedagógica poderá ocorrer em momentos presenciais previstos e nas atividades de tutoria realizadas com a utilização da modalidade a distância. Ao início de cada semestre serão apresentadas aos discentes, pelo(s) professor(es) do componente curricular e registradas no respectivo Plano de Ensino, as atividades a serem realizadas a distância, os momentos de mediação pedagógica, o ambiente virtual, os critérios e formas de avaliação.

Estas atividades, que atendem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular e compreendem a mediação pedagógica junto aos discentes, serão realizadas: de acordo com a necessidade do aluno ou do docente; de forma presencial - na sala do professor, na sala de atendimento ao aluno, em sala coletiva ou laboratório de informática; ou, ainda, de forma remota. A eficiência das atividades de tutoria quanto ao uso dos recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo serão verificadas no decorrer da disciplina pelo(s) professor(es), embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

A experiência com o ensino remoto durante a pandemia, as capacitações oferecidas pelo *campus* e o uso de tecnologias da educação e da comunicação proporcionaram a aprendizagem de conhecimentos até então ausentes para muitos docentes e discentes, e que



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

agora acessam com facilidade as ferramentas de aprendizagem. A formação, no entanto, é algo em construção permanente e deve ser deflagrada mediante medidas institucionais para ampliação do saber dos professores.

Quadro 11 – Componentes Curriculares, docentes e experiência na perspectiva EaD

Disciplina	Professor(es)	Formação
LMD0423 Filosofia da Educação	Fábio Augusto Guzzo	Curso de Tecnologias da Comunicação e Informação no Contexto Educacional
LMD0431 Psicologia da Educação	Rosane da Silva França Lubasevski Cavaşin	Tutoria curso Recepção Docente IFC Curso de Tecnologias da Comunicação e Informação no Contexto Educacional
LMC0434 Didática da Matemática	Deise Nivia Reisdoefer	Curso de Tecnologias da Comunicação e Informação no Contexto Educacional
LMC Estatística e Probabilidade	Fernando Pinto	Curso de Tecnologias da Comunicação e Informação no Contexto Educacional

7.4 Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no processo de ensino e aprendizagem

Dentro da perspectiva de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TDIC) no processo de ensino e aprendizagem e compreendendo a escola, enquanto organização social, que apresenta uma complexidade natural própria, tanto no âmbito educativo como no organizacional, as TDIC têm vindo a assumir um papel cada vez mais influente e imprescindível, sendo notória uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização. As TDIC adotadas no processo de ensino e aprendizagem devem permitir a execução do projeto pedagógico do Curso, garantir a acessibilidade digital e comunicacional, promover a interatividade entre docentes e discentes, assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Dentre as TDIC disponíveis aos acadêmicos e docentes do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – *Campus* Concórdia e que contribuem no alcance destes objetivos estão: i) *Moodle*, uma plataforma on-line para aprendizado à distância, um sistema de gerenciamento de aprendizagem. Nele, é possível fornecer cursos, aulas e todo tipo de treinamento *on-line*; ii) acesso ao Sistema SIGAA, plataforma que permite registros acadêmicos, interação professor e aluno através de fóruns, disponibilidade de material didático, acesso às informações estudantis e docentes, seja dentro ou fora do *campus*; iii) Portal de Periódicos Capes; iv) Sistema *Pergamum* de Bibliotecas (consulta de acervo, reserva, renovação e acesso a ebooks); v) website do Curso, com todas as informações necessárias, incluindo acesso completo ao PPC do Curso, regulamentos, formulários, entre outros; vi) laboratórios de informática; vii) equipamentos multimídia e acesso a *softwares* gratuitos específicos para algumas disciplinas. Ainda, cabe destacar que todos os servidores (professores e técnicos administrativos) possuem uma conta institucional google de e-mail com possibilidade de uso de ferramentas como Classroom, GoogleMeet, Documentos, Planilhas, entre outras possibilidades, o que também favorece a acessibilidade digital e comunicacional com os alunos.

7.5 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA), que será utilizado no Curso Superior de Licenciatura em Matemática na disciplina oferecida na modalidade EaD, será o *Moodle* (moodle.org), um dos mais populares LMS (*Learning Management System*) do mundo. Este sistema caracteriza-se por ser extremamente modular, sendo possível implantar e utilizar inúmeros módulos de tarefas, provas, recursos multimídia, livros, publicações virtuais, ligar com tipos conhecidos de sistemas de conteúdo para educação a distância, como o SCORM (*Sharable Content Object Reference Model*) e sistema de gerenciamento de conteúdo multiplataforma.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

O *Moodle* permite backup, restauração, cópia de parte ou de todo o conteúdo de disciplinas/cursos, auxiliando professores e administradores na padronização e oferta das disciplinas/cursos. A criação de identidade visual própria da instituição também é uma possibilidade, através de temas, permitindo reconhecimento imediato do ambiente por parte de qualquer usuário. O *Moodle* permite o uso de recursos distribuídos, usando banco de questões para tarefas em vários cursos; possibilita a criação de recursos multimídia, como livros e vídeos. Com outros módulos é possível a interação através de mensagens, emails e web-conferências de alunos, mediadores (docentes) e equipe de suporte. O *Moodle* também possui ferramentas de acessibilidade e permite a criação de tarefas e recursos específicos para esse fim.

O AVEA será utilizado pelos docentes para disponibilizar os materiais de estudo, os conteúdos, para registro dos momentos presenciais e síncronos e, também, das notas. É importante destacar que todas as informações relativas ao desenvolvimento da disciplina ofertada no formato EaD, como por exemplo o acesso às informações, a forma de aulas síncronas e assíncronas e as TDIC a serem utilizadas serão apresentadas no plano de ensino da disciplina. Ainda, no decorrer das aulas, será realizado pelo(s) professor(es) da disciplina o acompanhamento da apropriação do conteúdo e das metodologias desenvolvidas.

7.5.1 Material Didático

O material didático que será utilizado para a disciplina ofertada na modalidade EaD levará em consideração o objetivo da mesma e o aprofundamento necessário para fortalecer o aprendizado do aluno. Os materiais disponibilizados aos discentes, de acordo com a definição do(s) professor(es) responsável(is) pela disciplina, compreendem: artigos científicos, bibliografias básica e complementar apresentadas no plano de ensino; *ebooks* disponibilizados na biblioteca do IFC; legislações aplicadas à área da matemática e/ou sites de legislações específicas da área e vídeos. De acordo com a necessidade, poderá ser



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
disponibilizado material didático adicional, tais como textos, slides de aulas e videoaulas.

8. AVALIAÇÃO

8.1 Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Segundo a Organização Didática do IFC (2021-2026), a avaliação da aprendizagem acadêmica é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem.

Entre os critérios a serem considerados no processo de avaliação no Curso Superior de Licenciatura em Matemática estão o domínio dos conteúdos básicos trabalhados, assiduidade, habilidade de utilização/aplicação dos conteúdos desenvolvidos em aula e comprometimento.

A aprovação nas disciplinas dar-se-á por média semestral da disciplina ou resultado do exame final. A avaliação do processo ensino e aprendizagem compreende a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade. Ademais, deverá ser feita pelo docente, com atribuição de notas, expressas em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com um decimal. Será considerado aprovado por média semestral da disciplina o estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 7,0 (sete inteiros), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina. Será considerado aprovado por resultado do exame final da disciplina o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) inferior a 7,0 (sete inteiros) após prestar exame final (NE) e obtiver média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco). Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que tiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete inteiros) e não comprovar frequência igual ou superior a 75%. Será considerado



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

reprovado na disciplina o acadêmico que tiver frequência igual ou superior a 75% e, após o exame final não alcançar média semestral igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros).

Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação, de acordo com a previsão normativa da Organização Didática do IFC.

8.2 Sistema de avaliação do Curso

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069/2014 do Consuper/IFC.

A avaliação do Curso é realizada, integrando três modalidades: Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: autoavaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP); Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): visitas *in loco* de comissões externas e Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação institucional é realizada através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação (CLA) de cada *Campus*.

No *Campus* Concórdia, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil. O Curso de Licenciatura em Matemática utiliza os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do Curso. Sendo assim, são utilizados os resultados obtidos através da avaliação interna: avaliação *in loco* do Curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes (ENADE). Já com relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos por meio da autoavaliação institucional, via CPA do IFC.

Conforme a Organização Didática do IFC, o NDE do Curso deverá acompanhar, junto a Coordenação do Curso e CPA/CLA os processos de avaliação interna e externa, de forma a contribuir com ações de desenvolvimento do Curso.

8.3 Aproveitamento de estudos

O aproveitamento de estudos no curso de Licenciatura em Matemática do IFC segue as diretrizes da Organização Didática dos Cursos do IFC, que permite o aproveitamento de estudos realizados em outras instituições de ensino nacionais legalmente credenciadas, reconhecidas e/ou autorizadas pelo MEC, ou estrangeiras, ou ainda, em outros cursos do IFC.

Para solicitar o aproveitamento, o acadêmico deve protocolar o pedido no setor de Registro Acadêmico (RACI), atendendo os prazos estabelecidos no calendário acadêmico do campus e seguindo o trâmite e documentação indicados pela Organização Didática. Após os devidos trâmites, o pedido será encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso.

O aproveitamento será concedido se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado, conforme previsto na Organização Didática do IFC.

É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem para atender às condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

do estudante a média aritmética dos componentes aproveitados. A mesma documentação não poderá ser utilizada para validar mais de um componente curricular.

Os componentes cursados no IFC que possuam equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico serão aproveitados automaticamente.

8.3.1 Limites de Aproveitamento de Estudos

Nos casos de transferência interna ou externa, ingresso de diplomado ou reingresso, o pedido deve ser feito no semestre letivo de ingresso, dentro dos prazos instituídos em calendário institucional.

O estudante pode aproveitar até dois (2) componentes curriculares cursados com êxito em instituições externas ao IFC, simultaneamente à realização do curso. Nesse caso, recomenda-se que a ementa seja apreciada pelo professor responsável pela disciplina a ser aproveitada no curso de Matemática do IFC antes da matrícula na instituição externa.

Casos excepcionais serão analisados pelo colegiado do curso.

8.4 Avaliação de extraordinário saber

A avaliação de extraordinário saber traz a possibilidade do estudante solicitar a dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC de Licenciatura em Matemática, de acordo com os critérios estabelecidos na Organização Didática do IFC.

8.5 Expedição de diploma

Ao acadêmico concluinte do Curso de Licenciatura em Matemática, em todas as suas etapas previstas na matriz curricular, será concedido diploma com o título de Licenciado em Matemática. Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o estudante concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

9. EMENTÁRIO

9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

1º Semestre

Componente Curricular	GEOMETRIA PLANA	Carga Horária	60h
Ementa	História da Geometria. Entes geométricos. Ângulos. Axiomas de incidência, ordem e medição. Triângulos. Relações métricas. Paralelismo. Perpendicularismo. Teorema de Tales. Transformações geométricas. Pontos notáveis do triângulo. Polígonos. Quadriláteros notáveis. Círculo e Circunferência. Áreas de superfícies planas. Lugares geométricos.		
Bibliografia Básica	DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar: geometria plana . 8. ed. v. 9. São Paulo: Atual, 2005. IEZZI, Gelson (org). Geometria Plana: conceitos básicos . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2008. FRANCO, Valdeni Soliani; GERÔNIMO, João Roberto. Geometria plana e espacial: um estudo axiomático . 2. ed. Maringá: EDUEM, 2010.		
Bibliografia Complementar	BARBOSA, Ruy Madsen. Descobrimos a Geometria Fractal . 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. BOYER, Carl Benjamin. História da matemática . São Paulo: Edgard Blucher, 1996. MORGADO, Augusto César de Oliveira; WAGNER, Eduardo; JORGE, Miguel. Geometria I . 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. REZENDE, Eliane Quelho Frota; QUEIROZ, Maria Lucia Bontorim de. Geometria euclidiana plana e construções geométricas . 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. RICH, Barnett. Teorias e problemas de geometria . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.		

Componente Curricular	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico social, político e econômico da educação brasileira. A escola no contexto histórico catarinense. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais, indígena, quilombola.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação : da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed. Campinas: Editores Associados, 2008.
Bibliografia Complementar	GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação brasileira . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. HILSDORF, Maria Lucia Spedo. História da Educação Brasileira : leituras. São Paulo: Cengage Learning Thomson, 2003. LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.). 500 anos de educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica, 2000. SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX : ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008. ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil : dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Plano, 2004.

Componente Curricular	MATEMÁTICA FUNDAMENTAL I	Carga Horária	90h
Ementa	Sistema de numeração em diferentes bases. Conjuntos numéricos: Operações e Propriedades. Potenciação e radiciação. Teorema fundamental da aritmética e seus desdobramentos. Expressões algébricas. Equações e inequações do 1º e 2º grau. Razão e proporção. História da Matemática relacionada ao conteúdo.		
Bibliografia Básica	BOULOS, Paulo. Pré-cálculo . São Paulo: Makron Books Ltda, 1999. IEZZI, Gelson et al. Matemática : ciência e aplicações. v. 2. São Paulo: Atual, 2004. LIPSCHUTZ, Seymour; SILVA, Fernando Vilain Heusi da. Teoria dos conjuntos . São Paulo: McGraw-Hill, 1978.		
Bibliografia Complementar	BONJORNIO, José Roberto; GIOVANNI, José Ruy. Matemática completa . v. 1. São Paulo: FTD, 2005. DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática . São Paulo: Ática, 1994. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar : conjuntos, funções. São Paulo: Atual, 2007. MACHADO, Nilson José. Matemática por assunto : lógica, conjuntos e funções. v. 1. São Paulo: Scipione, 1988. MACHADO, Antônio dos Santos. Matemática : temas e metas – conjuntos numéricos e funções. v. 1. São Paulo: Atual, 1988.		

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I	Carga Horária	90h
-----------------------	-----------------------------------	---------------	-----



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Ementa	Fundamentos da Pesquisa Científica. Ciência e Conhecimento. Epistemologia da Pesquisa Educacional. A pesquisa na perspectiva científica e educativa para o professor de Matemática. Normas Técnicas para a Pesquisa. Estudo, leitura e produção textual.
Bibliografia Básica	DEMO, Pedro. Pesquisa : princípio científico e educativo. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006. KOCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica . 32 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. Pesquisa em educação : abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria (Org.). Reinventar a escola . 6. ed. -. Petrópolis: Vozes, 2008. LUDKE, Menga; PUGGIAN, Cleonice; CEPPAS, Filipe; AVALCANTE, Rita Laura; COELHO, Suzana Lanna B. (Coord.). O professor e a pesquisa . 5. ed. São Paulo: Papirus, 2007. MORAES, Maria Cândida. O paradigma educacional emergente . 13. ed. Campinas: Papirus, 2007. PERRENOUD, Philippe. Pedagogia diferenciada : das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000. SANTOS, Boaventura Souza. Um discurso sobre as ciências . 16 ed. Porto: 2010.

Componente Curricular	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	O surgimento da sociologia. A construção do pensamento sociológico clássico e a educação. A educação e a escola diante das desigualdades sociais (econômica, étnico racial, gênero). O papel da escola nos processos de inclusão social e as ações afirmativas. As transformações no mundo do trabalho e os desafios da educação.		
Bibliografia Básica	BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação . 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. DURKHEIM, Emile. Educação e Sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 2001. CIAVATTA, Maria.; FRIGOTTO, Gaudencio. (Org). A experiência do trabalho e a educação básica . 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2010.		
Bibliografia Complementar	CIAVATTA, Maria.; FRIGOTTO, Gaudencio. (Org). A experiência do trabalho e a educação básica . 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2010. ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Educação e crise do trabalho : perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). Capitalismo, trabalho e educação . 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

2º Semestre

Componente Curricular	EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONCEPÇÕES, SUJEITOS E PROCESSOS DE INCLUSÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Fundamentos e concepções da Educação Especial. História e Política da Educação Especial no Brasil. Organização do trabalho pedagógico e os processos de inclusão: sujeitos da educação especial, currículo e processos avaliativos. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum, acessibilidade nos espaços educacionais. Tecnologia Assistiva e Desenho Universal.		
Bibliografia Básica	BAPTISTA, Cláudio Roberto (org.) Inclusão e escolarização : múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006. CECCIM, Ricardo Burg et al. Educação & exclusão : abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.). O desafio das diferenças nas escolas . 4. ed. Petrópolis : Vozes, 2011.		
Bibliografia Complementar	BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva . Brasília, DF: Secretaria de Educação, 2010. CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão . 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão escolar . São Paulo: Summus, 2006. PACHECO, José; RÓSA EGGERTSDÓTTIR; GRETAR L. MARINÓSSON. Caminhos para a inclusão : um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007. SKLIAR, Carlos. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		

Componente Curricular	GEOMETRIA ESPACIAL	Carga Horária	60h
Ementa	Representação plana de objetos tridimensionais. Posição relativa de planos e retas. Sólidos geométricos. Inscrição e circunscrição de sólidos. Superfícies e sólidos de revolução.		
Bibliografia	DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar :		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Básica	geometria espacial, posição e métrica. 6. ed. v. 10. São Paulo: Atual, 2005. GERÔNIMO, João Roberto; FRANCO, Valdeni Soliani. Geometria plana e espacial: um estudo axiomático. 2. ed. Maringá: Eduem, 2010. MORGADO, Augusto César de Oliveira; WAGNER, Eduardo; JORGE, Miguel. Geometria II . VestSeller, 2009.
Bibliografia Complementar	GIOVANNI, José Ruy; BONJORNIO, José Roberto. Matemática completa . 2. ed. v. 2. São Paulo: FTD, 2005. GONÇALVES JUNIOR, Oscar. Matemática por assunto: geometria plana e espacial. 2. ed. v. 6. São Paulo: Scipione, 1989. LIMA, Elon Lages. Medida e forma em geometria: comprimento, área, volume e semelhança. Rio de Janeiro: SBM, 1991. RICH, Barnett. Teoria e problemas de Geometria . Coleção Schaum. Porto Alegre: Bookman, 2003. BOYER, Carl Benjamin. História da matemática . São Paulo: Edgard Blucher, 1996.

Componente Curricular	MATEMÁTICA FUNDAMENTAL II	Carga Horária	90h
Ementa	Sequência numérica. Progressão aritmética e Progressão geométrica. Sistemas lineares. Matrizes e determinantes. Análise combinatória. Probabilidade discreta.		
Bibliografia Básica	MUNIZ NETO, Antonio Caminha. Tópicos de matemática elementar: polinômios., vol. 6: 1. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2012. 216 p. (Coleção do professor de matemática). IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. BOULOS, Paulo. Pré-cálculo . São Paulo: Pearson Makron Books, 2012.		
Bibliografia Complementar	IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: Complexos, polinômios e equações. vol. 6. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. CARMO, Manfredo Perdigão do; MORGADO, A. C.; WAGNER, Eduardo. Trigonometria, números complexos . 3. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar: sequências, matrizes, determinantes e sistemas. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: Funções, limite, derivação e integração. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de Cálculo . v. 1. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.		

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II	Carga Horária	90h
Ementa	A formação profissional do professor de Matemática na perspectiva das diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, da inclusão, dos direitos		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	humanos e da educação ambiental.
Bibliografia Básica	GIROUX, Henry. Os professores como intelectuais : rumo a uma nova pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. MONTEIRO, Alexandrina; POMPEU JUNIOR, Geraldo. A matemática e os temas transversais . São Paulo: Moderna, 2001. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício do professor : profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.
Bibliografia Complementar	DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel : a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática: 1994. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A academia vai à escola . Campinas: Papirus, 1995. LOMBARDI, José Claudinei (org.). Globalização, pós-modernidade e educação : história, filosofia e temas transversais. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, Caçador, SC: UNC, 2003. PEREIRA, Júlio César R. ZEICHNER, Kenneth (Org.). A pesquisa na formação e no trabalho docente . Belo Horizonte: Autêntica, 2012. SKOVSMOSE, Ole. Educação crítica : incerteza, matemática, responsabilidade. São Paulo: Cortez, 2007.

Componente Curricular	TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES	Carga Horária	60h
Ementa	Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares		
Bibliografia Básica	FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo : uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar . Campinas: Autores Associados, 2012.		
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; MEYER, Dagmar Estermann; LOURO, Guacira Lopes; VEIGA NETO, Alfredo José da. O currículo nos limiares do contemporâneo . 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2008. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia . São Paulo: Autores Associados, 1994. SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade : uma introdução às teorias do		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
--	--

3º Semestre

Componente Curricular	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	Carga Horária	60h
Ementa	Noções Básicas de Finanças e Economia. Finança Pessoal e Familiar, sistema de amortização, análise de investimentos e impostos. Análise das políticas nacionais para Educação Financeira na Educação Básica. Letramento financeiro e as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira.		
Bibliografia Básica	ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de matemática elementar : matemática comercial, financeira e estatística descritiva. V. 11. São Paulo: Atual, 2004. HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
Bibliografia Complementar	GIMENES, Cristiano Marchi. Matemática financeira com HP-12C e Excel : uma abordagem descomplicada. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. Matemática financeira . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993. SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira : aplicações à análise de investimentos. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. SPINELLI, Walter. Matemática comercial e financeira . 14. ed. São Paulo: Ática, 2004. VANNUCCI, Luiz Roberto. Cálculos financeiros aplicados e avaliação econômica de projetos de investimento . São Paulo: Texto novo, 2003.		

Componente Curricular	MATEMÁTICA FUNDAMENTAL III	Carga Horária	90h
Ementa	Relações trigonométricas no triângulo retângulo, nos triângulos quaisquer e na circunferência. Transformações. Identidades. Equações e inequações trigonométricas. Números complexos. Polinômios e equações polinomiais.		





Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Bibliografia Básica	MORGADO, Augusto Cesar de Oliveira; CARVALHO, João Bosco Pitombeira de; CARVALHO, Paulo Cezar Pinto; FERNADEZ, Pedro de Jesus. Análise combinatória e probabilidade : com as soluções de exercícios. 9. Ed. Rio de Janeiro: SBM, 2006. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar : Conjuntos e funções. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2010. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar : trigonometria. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2013.
Bibliografia Complementar	ANTUNES, Fernando do Coltro. Matemática por assunto : trigonometria. 2. ed. v. 3. São Paulo: Scipione, 1989. BOULOS, Paulo. Pré-cálculo . São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A : Funções, limite, derivação e integração. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de Cálculo . v. 1. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001. IEZZI, Gelson. et al. Matemática: ciência e aplicações . V. 1. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2010.

Componente Curricular	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS III	Carga Horária	90h
Ementa	Epistemologia do professor de Matemática. Saberes docentes. Educação Matemática Crítica. Educação Matemática como campo profissional e científico. Políticas públicas de formação e valorização docente.		
Bibliografia Básica	BECKER, F. A Epistemologia do Professor : o cotidiano da escola. Petrópolis, Vozes, 2008. SKOVSMOSE, O. Educação matemática crítica : a questão da democracia. São Paulo: Papirus, 2001. TARDIF, M. Saberes Docentes e Formação Profissional . 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.		
Bibliografia Complementar	BECKER, F. A Epistemologia do Professor de Matemática . Petrópolis: Vozes, 2012. REISDOEFER, Deise Nivia. Os descaminhos da docência : narrativas de licenciados que abandonam a profissão. Curitiba: Appris, 2022. IMBERNÓN, Francisco. Ser docente en una sociedad compleja : la difícil tarea de enseñar. Barcelona: Crítica y Fundamentos, 2017. SKOVSMOSE, O. Desafios da reflexão em educação matemática crítica . São Paulo: Papirus, 2008. SILVA, G. H. G.; LIMA, I. M. S.; RODRÍGUEZ, F. A. G. Educação Matemática Crítica e a (In)Justiça Social : práticas pedagógicas e formação de professores. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2021.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.		
Bibliografia Básica	NEY, Antonio. Política educacional : organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: Wak, 2007. SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB : por uma outra política educacional. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. (Educação contemporânea). SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . 2. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2008.		
Bibliografia Complementar	CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil : leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). A experiência do trabalho e a educação básica . 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. MORAES, Maria Célia Marcondes (Org.). Iluminismo às avessas : produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, educação e currículo no Brasil : dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Plano: Autores Associados, 2004.		

Componente Curricular	PRÉ-CÁLCULO	Carga Horária	60h
Ementa	Relações. Conceito de funções. Função composta. Função inversa. Funções exponenciais. Logaritmos. Funções logarítmicas. Função modular. Funções trigonométricas. Funções polinomiais.		
Bibliografia Básica	BOULOS, Paulo. Pré-cálculo . São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. IEZZI, Gelson et al. Matemática : ciência e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atual, 2010. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; DOLCE, Osvaldo. Fundamentos de matemática elementar 2 : logaritmos. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013.		
Bibliografia Complementar	IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar 1 : conjuntos e funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2010 GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de Cálculo . v. 1. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC. 2001. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A : Funções, limite, derivação e integração. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2006. BIANCHINI, Edwaldo; PACCOLA, Herval. Curso de matemática . 3. ed. São Paulo, SP: Moderna. 2003.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar 3: trigonometria . 8.ed. São Paulo: Atual. 2004.
--	--

4º Semestre

Componente Curricular	DIDÁTICA GERAL	Carga Horária	60h
Ementa	Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino-aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da aprendizagem.		
Bibliografia Básica	LIBÂNEO, José Carlos. Didática . São Paulo: Cortez, 2000. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) Didática : o ensino e suas relações. 17. Ed. Campinas: Papirus, 2010.		
Bibliografia Complementar	CANDAU, Vera Maria (Org.). A Didática em questão . 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora : uma prática em construção da pré-escola à universidade. 31. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública : a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1993. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento : projeto de ensino aprendizagem e projeto político-pedagógico. 23. ed. São Paulo: Libertad, 2012.		

Componente Curricular	ÁLGEBRA LINEAR	Carga Horária	60h
Ementa	Vetores. Espaços Vetoriais. Base e dimensão de um espaço vetorial. Transformações Lineares. Operadores lineares. Autovalores e Autovetores. Diagonalização de Operadores. Produto interno.		
Bibliografia Básica	ANTON, Howard; BUSBY, Robert C. Álgebra linear contemporânea . Porto Alegre: Bookman, 2006. BOLDRINI, José Luiz et al. Álgebra linear . São Paulo: Harbra, 1980.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	LIMA, Elon Lages. Geometria analítica e álgebra linear . 2 ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2013.
Bibliografia Complementar	LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. Álgebra linear . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. LEON, Steven J. Álgebra linear com aplicações . 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. KOLMAN, Bernard; HILL, David R. Introdução à álgebra linear : com aplicações. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. POOLE, David; MONTEIRO, Martha Salermo. Álgebra linear . São Paulo: Cengage Learning, 2004. STEINBRUCH, Alfredo; WINTERLE, Paulo. Álgebra linear . 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1987.

Componente Curricular	CÁLCULO I	Carga Horária	60h
Ementa	Limite e continuidade de funções. Derivada. Diferencial. Aplicações das derivadas: Taxa de variação. Máximos e mínimos. Determinação de extremos locais. Concavidade e pontos de inflexão. Análise de gráficos. Regras de L'Hospital.		
Bibliografia Básica	FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A : funções, limite, derivação e integração. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . v. 1. São Paulo: Harbra, 1994. STEWART, James. Cálculo . 2. ed. v. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
Bibliografia Complementar	ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . 8. ed. v. 1. Porto Alegre: Bookman, 2007. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo . 5. ed. v. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2008. HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo : um curso moderno e suas aplicações. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . v. 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 2010. THOMAS, George Brinton; WEIR, Maurice D.; HASS, Joel. Cálculo . 11. ed. v. 1. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009.		

Componente Curricular	HISTÓRIA DA MATEMÁTICA	Carga Horária	30h
Ementa	A construção da Matemática no contexto das relações sociais, filosóficas e históricas. A Matemática Oriental. A Matemática Grega. A Matemática Medieval. Renascença. A matemática dos Séculos XVII e XVIII. A Renovação do fim do Século XIX. A Matemática abstrata no Século XX.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Bibliografia Básica	BOYER, Carl Benjamin. História da matemática . São Paulo: Edgard Blucher, 1996. MACHADO, Nilson José. Matemática e língua materna . 5a ed. São Paulo: Cortez, 2001. MIGUEL, Antônio; MIORIN, Maria Ângela. História na educação matemática: propostas e desafios . Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
Bibliografia Complementar	CONTADOR, Paulo Roberto Martins. Matemática: uma breve história . 3. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008. EVES, Howard. Introdução à História da Matemática . Campinas: UNICAMP, 2008. MENDES, Iran Abreu; FOSSA, John A.; Valdés, Juan E. Nápoles. A história como um agente de cognição na educação matemática . Porto Alegre: Sulina, 2006. CRATO, Nuno. A matemática das coisas: do papel A4 aos atacadores de sapatos, do GPS às rodas dentadas . 9. ed. Lisboa, Portugal: Gradiva, 2010. ROQUE, Tatiana. História da matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas . Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Componente Curricular	LABORATÓRIO DE ENSINO DE MATEMÁTICA I	Carga Horária	90h
Ementa	Noções básicas sobre os conceitos matemáticos na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Planejamento e organização do processo de ensino e de aprendizagem de matemática para os anos finais do ensino fundamental e Educação Inclusiva. Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e reflexão, bem como produção textual. Documentos oficiais norteadores do ensino fundamental.		
Bibliografia Básica	BRENELLI, Rosely Palermo. O jogo como espaço para pensar: a construção de noções lógicas e aritméticas . 9. ed. Campinas: Papirus, 2012. KAMII, Constance. A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a seis anos . 39. ed. Campinas: Papirus, 2012. MOREIRA, Plínio Cavalcanti; DAVID, Maria Manuela M. S. A formação matemática do professor: licenciatura e prática docente escolar . Belo Horizonte: Autêntica, 2007.		
Bibliografia Complementar	BARBOSA, Ruy Madsen. Conexões e educação matemática 1: brincadeiras, explorações e ações . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Aprender com jogos e situações-problema . Porto Alegre: Artmed, 2000. MACEDO, Lino de. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005. MUNIZ, Cristiano Alberto. Brincar e jogar: enlaces teóricos e metodológicos no campo da educação matemática . 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Inez de Souza Vieira; MILANI, Estela. Jogos de matemática de 6º a 9º ano . Porto Alegre: Artmed, 2007.		

Componente	PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS	Carga Horária	90h
------------	---------------------------------	---------------	-----



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Curricular	IV		
Ementa	Concepções de Avaliação. Avaliação à luz da legislação e das tendências/metodologias em Educação Matemática. Avaliação e sua relação com o planejamento didático.		
Bibliografia Básica	HOFFMANN, J. Avaliar para promover : as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 1991. LUCKESI, C C. Avaliação da aprendizagem escolar : estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999. RAPHAEL, S. KESTER C (orgs.). Avaliação sob exame . 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.		
Bibliografia Complementar	BARLOW, M. Avaliação Escolar : Mitos e Realidades. Porto Alegre: Artmed, 2006. DEPRESBITERIS, L. O desafio da avaliação da aprendizagem : dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: E.P.U., 1989. GAMA, Z.J. Avaliação na Escola de 2º Grau . Campinas: Papirus, 1993 GANDIN, D. Planejamento como Prática Educativa . São Paulo: Edições Loyola, 1999. HOFFMANN, J. Avaliação : Mito & Desafio – uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005. LUDKE, M. & MEDIANO, Z. (org.) Avaliação na escola de 1º Grau . Campinas: Papirus, 1994.		

5º Semestre

Componente Curricular	CÁLCULO II	Carga Horária	60h
Ementa	Integral indefinida. Técnicas de integração. Integral definida. Teorema fundamental do cálculo. Aplicações da integral: área entre curvas, comprimento de arco e volume de sólido de revolução. Integrais impróprias.		
Bibliografia Básica	ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . 8. ed. v. 1. Porto Alegre: Bookman, 2007. FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A : funções, limite, derivação e integração. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . v. 1. São Paulo: Harbra, 1994.		
Bibliografia Complementar	GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo . 5. ed. v. 1 e v. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2008. HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo : um curso moderno e suas aplicações. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. SIMMONS, George Finlay. Cálculo com geometria analítica . v. 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 2010.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	STEWART, James. Cálculo . 2. ed. v. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2010. THOMAS, George Brinton; WEIR, Maurice D.; HASS, Joel. Cálculo . 11. ed. v. 1. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009.
--	---

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I	Carga Horária	105h
Ementa	Constructos teóricos sobre Estágio e docência. Estágio na perspectiva da legislação vigente. Diagnóstico da escola campo de estágio com observação, registro e problematização do cotidiano da escola, dos fundamentos da estrutura e organização da escola, da sala de aula de matemática e do professor de matemática dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica (Regular ou Educação de jovens e Adultos). Pré-projeto de docência/intervenção. Relatório descritivo e analítico.		
Bibliografia Básica	CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil : leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MOREIRA, Plínio Cavalcanti. A formação matemática do professor : licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.		
Bibliografia Complementar	NACARATO, Adair Mendes (org.); PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela (org.). A formação do professor que ensina Matemática : perspectivas e pesquisas. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor : profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado . 21. ed. Campinas: Papirus, 2010. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela M. S. Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.		

Componente Curricular	GEOMETRIA ANALÍTICA	Carga Horária	60h
Ementa	Vetores R^2 e R^3 : operações vetoriais, produto escalar, vetorial e misto. Retas, Planos e Cônicas. Posições relativas de retas e planos. Quádricas.		
Bibliografia Básica	CAMARGO, Ivan de; BOULOS, Paulo. Geometria analítica : um tratamento vetorial. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . v. 1 e 2. São Paulo: Harbra, 1994. WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica . São Paulo: Makron Books, 2000.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Bibliografia Complementar	IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar: geometria analítica. 5. ed. v. 7. São Paulo: Atual, 2005. CAROLI, Alésio de; CALLIOLI, Carlos; FEITOSA, Miguel Oliva. Matrizes, vetores, geometria analítica: teoria e exercícios. São Paulo: Nobel, 1984. MACHADO, Antônio dos Santos. Álgebra linear e geometria analítica. 2. ed. São Paulo: Atual, 1982. RICH, Barnett. Teoria e problemas de geometria: inclui geometrias plana, analítica e de transformação. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. JULIANELLI, José Roberto. Cálculo Vetorial e Geometria Analítica. Rio de Janeiro: Ciência Moderna: 2008.
----------------------------------	--

Componente Curricular	LABORATÓRIO DE ENSINO DE MATEMÁTICA II	Carga Horária	90h
Ementa	Planejamento e organização do processo de ensino e de aprendizagem de matemática para o ensino médio (acadêmico e técnico profissionalizante), Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva. Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e reflexão, bem como produção textual. Documentos oficiais norteadores do ensino médio.		
Bibliografia Básica	LORENZATO, Sérgio (Org.). O Laboratório de ensino de matemática na formação de professores. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélia. Investigações matemáticas na sala de aula. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.		
Bibliografia Complementar	FIorentini, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2009. MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: ARTMED, 2005. SOUZA, Júlio César de Mello e. Matemática divertida e curiosa. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. RIBEIRO, Flávia Dias. Jogos e modelagem na educação matemática. Curitiba: IBPEX, 2008. ZOBOLI, Graziella. Práticas do ensino: subsídios para a atividade docente. São Paulo: Ática, 1990.		

Componente Curricular	METODOLOGIA DE ENSINO DE MATEMÁTICA	Carga Horária	60h
Ementa	Possibilidades metodológicas da Resolução de Problemas, da História da Matemática, da Modelagem Matemática, da Etnomatemática, dos Jogos e da Investigação Matemática para o ensino de Matemática na Educação Básica.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Bibliografia Básica	BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. (org.) Educação Matemática: pesquisa em movimento . São Paulo: Cortez, 2005. D' AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. MENDES, Iran Abreu; FOSSA, John A.; VALDÉS, Juan E. Nápoles. A História como um agente de cognição na educação matemática . Porto Alegre: Sulina, 2006.
Bibliografia Complementar	BRENELLI, Rosely Palermo. O jogo como espaço para pensar . Campinas: Papirus, 1996. BURAK, Dionísio; PACHECO, Edilson Roberto; KLÜBER, Tiago Emanuel (Org.). Educação matemática: reflexões e ações . Curitiba: CRV, 2010. MENDES, Iran Abreu; FOSSA, John A.; VALDÉS, Juan E. Nápoles. A História como um agente de cognição na educação matemática . Porto Alegre: Sulina, 2006. MIGUEL, Antonio et al. História da matemática em atividades didáticas . 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009. PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana; OLIVEIRA, Hélia. Investigações matemáticas na sala de aula . Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Componente Curricular	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Teorias e fundamentos psicológicos que envolvem ensino e aprendizagem, circunstâncias de sua produção e suas implicações para as práticas pedagógicas. Processos de subjetivação do sujeito educacional contemporâneo. Alteridade e educação. Concepções de sujeitos subjacentes às abordagens epistemológicas do desenvolvimento humano. A constituição da subjetividade. Juventudes na contemporaneidade.		
Objetivos	Oportunizar aos alunos do curso de matemática, o debate, a reflexão e o conhecimento dos conteúdos da disciplina de Psicologia da Educação, com a intenção de compreender a relação desta Ciência com a formação docente e a prática profissional.		
Metodologia	A prerrogativa metodológica estará amparada pelas TDIC, garantindo acesso aos materiais produzidos pelo professor, através das plataformas Moodle e Sigaa, além das demais descritas em “7.4”. Nesses termos, tarefas, materiais de apoio e outros serão inseridos, garantindo acesso e comunicação ao estudante.		
Crítérios e Formas de Avaliação	A avaliação é considerada resultado de um processo, refletindo sobre o todo do estudo e do desenvolvimento das tarefas e instrumentos propostos pelo professor ao estudante.		
Bibliografia Básica	LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . 21. ed. São Paulo: Summus, 1992. MARTINS, Lígia, Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico- cultural e da pedagogia histórico-crítica .		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	Campinas: Autores Associados, 2013. MOREIRA, Marco Antonio. Teorias de Aprendizagem . São Paulo: E.P.U. Editora pedagógica e Universitária Ltda., 1999.
Bibliografia Complementar	OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky – aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico . São Paulo: Scipione, 2010. PIAGET, Jean. Epistemologia genética . São Paulo: Martins Fontes, 1990. VIGOTSKY, Lev, Semyonovich. A construção do pensamento e da linguagem . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. VIGOTSKY, Lev, Semyonovich. LURIA, A. R.; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança : com introdução de Émile Jalley. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

6º Semestre

Componente Curricular	CÁLCULO III	Carga Horária	60h
Ementa	Funções de várias variáveis. Limites e continuidade. Derivadas parciais. Gradiente. Máximos e mínimos. Multiplicadores de Lagrange. Coordenadas polares, cilíndricas e esféricas. Integrais Múltiplas.		
Bibliografia Básica	FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo B : funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . v. 2. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. STEWART, James. Cálculo . 2. ed. v. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
Bibliografia Complementar	ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . 8. ed. v. 2. Porto Alegre: Bookman, 2007. GUIDORIZZI, Hamilton Luiz. Um curso de cálculo . 5. ed. v. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2008. HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo : um curso moderno e suas aplicações. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. SIMMONS, George F. Cálculo com geometria analítica . v. 2. São Paulo: McGraw – Hill, 1987. THOMAS, George Brinton; WEIR, Maurice D.; HASS, Joel. Cálculo . 11. ed. v. 2. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2009.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II	Carga Horária	105h
Ementa	Estudos teórico-reflexivos acerca da prática docente. Projeto de docência. Estágio de docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica. Relatório.		
Bibliografia Básica	CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil : leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MOREIRA, Plínio Cavalcanti. A formação matemática do professor : licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.		
Bibliografia Complementar	NACARATO, Adair Mendes (org.); PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela (org.). A formação do professor que ensina Matemática : perspectivas e pesquisas. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor : profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado . 21. ed. Campinas: Papirus, 2010. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela M. S. Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.		

Componente Curricular	FUNDAMENTOS DE ÁLGEBRA	Carga Horária	60h
Ementa	Aritmética dos números inteiros. Relações, aplicações e operações. Grupos. Anéis e corpos.		
Bibliografia Básica	DOMINGUES, Hygino Hugueros.; IEZZI, Gelson. Álgebra moderna . São Paulo: Atual, 2008. GONÇALVES, Adilson. Introdução à álgebra . Rio de Janeiro: Projeto Euclides, 1979. HERSTEIN, Israel Nahan. Tópicos de álgebra . São Paulo: Editora Polígono, 1970.		
Bibliografia Complementar	LANG, Serge. Estruturas algébricas . Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2003. MONTEIRO, Luis Henrique Jacy. Elementos de álgebra . Rio de Janeiro: LTC, 1978. ABRAMO, Hefez. Curso de álgebra . Rio de Janeiro: IMPA, 2002. GARCIAS, Arnaldo; LEQUAIN, Yves Albert E. Elementos de álgebra . Rio de Janeiro: Projeto Euclides, 2002. VILANOVA, Clóvis. Elementos da teoria dos grupos e da teoria dos anéis . Rio de Janeiro: IMPA, 1972.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	LÓGICA BÁSICA	Carga Horária	30h
Ementa	Proposições e conectivos. Operações lógicas sobre proposições. Tabelas-verdade. Tautologia, contradições e contingências. Implicação e equivalência lógica. Validade e demonstração. Sentenças abertas e operações lógicas. Quantificadores.		
Bibliografia Básica	ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática . São Paulo: Nobel, 2002. DAGHLIAN, Jacob. Lógica e álgebra de Boole . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da. Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.		
Bibliografia Complementar	BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. Aprendendo lógica . 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. COPI, Irving, Marmer. Introdução à lógica . 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978. MACHADO, Nilson José. Lógica? É lógico! 6. ed. São Paulo: Scipione, 1994. LEFEBVRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética . 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. SALMON, Wesley C. Lógica . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. LUNGARZO, Carlos. O que é lógica . 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.		

Componente Curricular	TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	Carga Horária	90h
Ementa	Estudo do movimento histórico da disseminação e inserção das tecnologias na Educação e na Educação Matemática. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática. Cultura digital. Internet e Educação. Ambientes virtuais de aprendizagem. Objetos virtuais de aprendizagem. Softwares no ensino de Matemática.		
Bibliografia Básica	BORBA, Marcelo de Carvalho; SILVA, Ricardo Scucuglia Rodrigues; GADANIDIS, George. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: sala de aula e internet em movimento . Belo Horizonte: Autêntica, 2014. BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. Informática e educação matemática . 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. NÓBREGA, Jorge Cássio Costa; ARAÚJO, Luís Cláudio Lopes de. Aprendendo matemática com o GeoGebra . Exato: São Paulo, 2010.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Fernando José de. Educação e informática: os computadores na escola . 4. ed. São Paulo: Cortez; 2009. COAN, Lisani Geni Wachholz; MORETTI, Mércles Thadeu (Org.). Aplicações matemáticas com tecnologias de informação e comunicação: cooperação entre UFSC, IFSC e UMINHO . Florianópolis: Insular, 2016. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência - o futuro do pensamento na era da informática . Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarcísio.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 16. ed. Campinas (SP): Papirus, 2009. RICHIT, Adriana. (org). Tecnologias digitais em educação : perspectivas teóricas e metodológicas sobre formação e prática docente. Curitiba, CRV, 2014.
--	---

Componente Curricular	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Ética e Educação.		
Objetivos	Apresentar aos alunos algumas concepções de educação com base na história da filosofia.		
Metodologia	A prerrogativa metodológica estará amparada pelas TDIC, garantindo acesso aos materiais produzidos pelo professor, através das plataformas Moodle e Sigaa, além das demais descritas em “7.4”. Nesses termos, tarefas, materiais de apoio e outros serão inseridos, garantindo acesso e comunicação ao estudante.		
Critérios e Formas de Avaliação	A avaliação é considerada resultado de um processo, refletindo sobre o todo do estudo e do desenvolvimento das tarefas e instrumentos propostos pelo professor ao estudante.		
Bibliografia Básica	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação e da pedagogia : geral e do Brasil. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. KANT, Immanuel. Sobre a Pedagogia . 6. ed. Piracicaba: UNIMEP, 2011.		
Bibliografia Complementar	FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação : cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000. FREIRE, Paulo. Política e educação . São Paulo: Paz e Terra, 2014. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação : da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética : de Platão a Foucault. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. PLATÃO. Apologia de Sócrates : precedido de, Sobre a piedade (Êutifron); e seguido de, Sobre o dever (Críton). São Paulo: L&PM, 2009.		

7º Semestre



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	CÁLCULO NUMÉRICO	Carga Horária	60h
Ementa	Erros. Zero de funções reais. Solução de sistemas de equações lineares e não-lineares. Interpolação. Ajuste de curvas. Integração numérica. Solução numérica de equações diferenciais de 1ª ordem.		
Bibliografia Básica	ARENALES, Selma Helena de Vasconcelos; DAREZZO, Artur. Cálculo numérico : aprendizagem com apoio de software. São Paulo: Thomson, 2008. BARROSO, Leônidas Conceição et al. Cálculo numérico com aplicações . 2. ed. São Paulo: Harbra, 1987. RUGGIERO, Marcia A. Gomes; LOPES, Vera Lucia da Rocha. Cálculo Numérico : aspectos teóricos e computacionais. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.		
Bibliografia Complementar	BURDEN, Richard L.; FAIRES, J. Douglas. Análise numérica . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. BURIAN, Reinaldo; LIMA, Antonio Carlos de; HETEM JUNIOR, Annibal. Cálculo Numérico . Rio de Janeiro: LTC, 2007. CUNHA, Maria Cristina. Métodos numéricos . 2. ed. rev. ampl. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2000. FRANCO, Neide Maria Bertoldi. Cálculo numérico . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. SPERANDIO, Décio; MENDES, João Teixeira; SILVA, Luiz Henry Monkene. Cálculo numérico : características matemáticas e Computacionais dos métodos numéricos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.		

Componente Curricular	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS ORDINÁRIAS	Carga Horária	60h
Ementa	Equações diferenciais de 1ª ordem. Equações diferenciais lineares de 2ª ordem. Sistemas de equações diferenciais lineares. Transformada de Laplace. Resolução de EDO s utilizando transformada de Laplace.		
Bibliografia Básica	BOYCE, William E.; DIPRIMA, Richard. C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno . 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. BRONSON, Richard; Costa, Gabriel B. Equações diferenciais . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. ZILL, Dennis; CULLEN, Michael R. Equações diferenciais . 3. ed. v. 1. São Paulo: Makron Books, 2001.		
Bibliografia Complementar	BASSANEZI, Rodney Carlos; D'AMBROSIO, Ubiratan. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática : uma nova estratégia. São Paulo: Contexto, 2009. DIACU, Florin. Introdução a equações diferenciais : teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2004. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . v. 1. São Paulo: Harbra, 1994.		



Ministério da Educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	SIMMONS, George Finlay; KRANTZ, Steven G. Equações diferenciais : teoria, técnica e prática. São Paulo: McGraw-Hill, 2008. ZILL, Dennis. Equações diferenciais com aplicações em modelagem . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. Campinas, SP: Papirus, 2012.
--	--

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO III	Carga Horária	90h
Ementa	Constructos teóricos sobre Estágio e docência. Estágio na perspectiva da legislação vigente. Diagnóstico da escola campo de estágio com observação, registro e problematização do cotidiano da escola, dos fundamentos da estrutura e organização da escola, da sala de aula de matemática e do professor de matemática do Ensino Médio (Regular, Educação de Jovens e Adultos ou Educação Profissional Técnica de nível de médio). Estudos teórico-reflexivos sobre estágio em outros espaços (Espaço de privação de liberdade, Homeschooling, Educação de Campo, dentre outros). Pré-projeto de docência/intervenção. Relatório descritivo e analítico.		
Bibliografia Básica	FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : Saberes necessários à prática educativa. 44 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado . 21. ed. Campinas: Papirus, 2010. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
Bibliografia Complementar	MOREIRA, Plínio Cavalcanti. A formação matemática do professor : licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. NACARATO, Adair Mendes (org); PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela (org). A formação do professor que ensina Matemática : perspectivas e pesquisas. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor : profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. TOMAZ, Vanessa Sena; DAVID, Maria Manuela M. S. Interdisciplinaridade e aprendizagem da matemática em sala de aula . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.		

Componente Curricular	GESTÃO EDUCACIONAL	Carga Horária	60h
Ementa	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Bibliografia Básica	GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. SILVA, Naura Syria Ferreira Corrêa da (Org). A gestão da educação na sociedade mundializada: por uma nova cidadania . Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
Bibliografia Complementar	DOURADO, Luiz, Fernandes. (Org.). Políticas e Gestão: novos marcos regulatórios da educação no Brasil? São Paulo: Xamã, 2009. OLIVEIRA, Dalila, Andrade; DUARTE, Adriana. (Orgs.) Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento . Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos . 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza. (Orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação . Análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Org.) Política e Gestão da Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Componente Curricular	MATEMÁTICA APLICADA NO ENSINO DE CIÊNCIAS	Carga Horária	60h
Ementa	Linguagem e representação matemática. O papel da Matemática na constituição do conhecimento nas Ciências. Matemática, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Fenômenos científicos e linguagem matemática.		
Bibliografia Básica	D'AMORE, Bruno. Elementos de didática da matemática . São Paulo: Livraria da Física, 2007. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). Didática e interdisciplinaridade . Campinas: Papirus, 1998. D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática . 21. ed. Campinas: Papirus, 2010.		
Bibliografia Complementar	BRASIL. Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica . Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2006. D'AMBROSIO, Ubiratan. Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática . 6. ed. São Paulo: Summus, 1986. MACHADO, Nilson José. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua . 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011. SAMPAIO, Marisa Narciso; LEITE, Lígia Silva. Alfabetização tecnológica do professor . 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. PETEROSI, Helena Gemignani. Formação do professor para o ensino técnico . São Paulo: Loyola, 1994.		

Componente	DIDÁTICA DA MATEMÁTICA	Carga Horária	60h
------------	------------------------	---------------	-----



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Curricular			
Ementa	Fundamentos norteadores da Didática da Matemática. Estudo dos construtos teóricos e metodológicos relativos à Didática da Matemática: elementos da didática da matemática francesa e demais elementos da didática contemporânea. Teoria do Registro de Representação Semiótica.		
Objetivos	Compreender as relações entre o ensino e a aprendizagem da Matemática por meio de teorias/conceitos próprios da área da Educação Matemática.		
Metodologia	A prerrogativa metodológica estará amparada pelas TDIC, garantindo acesso aos materiais produzidos pelo professor, através das plataformas Moodle e Sigaa, além das demais descritas em “7.4”. Nesses termos, tarefas, materiais de apoio e outros serão inseridos, garantindo acesso e comunicação ao estudante.		
Crítérios e Formas de Avaliação	A avaliação é considerada resultado de um processo, refletindo sobre o todo do estudo e do desenvolvimento das tarefas e instrumentos propostos pelo professor ao estudante.		
Bibliografia Básica	D’AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática : da teoria à prática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997. D’AMORE, Bruno. Elementos de didática da matemática . São Paulo: Editora Livraria da Física, 2007. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.		
Bibliografia Complementar	ÁVILA, Geraldo. Várias faces da matemática : tópicos para licenciatura e leitura geral. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2010. GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa . 19. ed. São Paulo: Loyola, 2011. MACHADO, Silvia Dias Alcântara (org.). Educação matemática : uma (nova) introdução. São Paulo: PUC, 1999. ROSA NETO, Ernesto. Didática da Matemática . São Paulo: Ática, 2010. PAIS, Luiz Carlos. Didática da matemática : uma análise da influência francesa. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.		

8º Semestre

Componente Curricular	FUNDAMENTOS DE ANÁLISE REAL	Carga Horária	60h
Ementa	Conjuntos enumeráveis e não enumeráveis. Noções de conjuntos. Números reais.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	Noções de topologia na reta. Sequências numéricas. Limites de funções.
Bibliografia Básica	ÁVILA, Geraldo. Análise matemática para licenciatura . 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Blücher, 2006. ÁVILA, Geraldo. Introdução à análise matemática . 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1999. LIMA, Elon Lages. Curso de análise . v. 1. 14. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012.
Bibliografia Complementar	BARTLE, Robert Gardner. Elementos de análise real . Rio de Janeiro: Ed. Câmpus, 1983. FIGUEIREDO, Djairo Guedes de. Análise I . Rio de Janeiro: LTC, 1996. LIMA, Elon Lages. Análise real : funções de uma variável. v. 1. 11. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2012. RUDIN, Walter. Princípio de análise matemática . Rio de Janeiro: Livro Técnico S. A. Editora Universidade de Brasília, 1971. DE MAIO, Waldemar. Cálculo e análise : cálculo diferencial e integral a uma variável. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2007.

Componente Curricular	ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV	Carga Horária	105h
Ementa	Estudos teórico-reflexivos acerca da prática docente. Projeto de docência. Estágio de docência no Ensino Médio (Regular, Educação de Jovens e Adultos ou Educação Profissional Técnica de nível médio). Relatório.		
Bibliografia Básica	TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional . 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. MOREIRA, Plínio Cavalcanti. A formação matemática do professor : licenciatura e prática docente escolar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.		
Bibliografia Complementar	ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . Campinas, SP: Papirus, 2010. Série Prática Pedagógica. NACARATO, Adair Mendes (org). PAIVA, Maria Auxiliadora Vilela (org.). A formação do professor que ensina Matemática : perspectivas e pesquisas. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. PERRENOUD, Philippe. A prática reflexiva no ofício de professor : profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002. PICONEZ, Stela C. Bertholo (Coord.) A prática de ensino e o estágio supervisionado . 21. ed. Campinas: Papirus, 2010. PIMENTA. Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade teoria e prática? 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	LIBRAS	Carga Horária	60h
Ementa	Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos. Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.		
Bibliografia Básica	CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira . 2. ed. São Paulo (SP): EDUSP, 2001. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem : neolinguísticas. São Paulo, SP: Plexus, 2007. SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos : concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010.		
Bibliografia Complementar	FELIPE, Tanya. A.; MONTEIRO, Myrna. S. Libras em Contexto : curso básico, livro do professor instrutor – Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2000. PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In.: SKLIAR, C (org): A surdez, um olhar sobre as diferenças . Porto Alegre: Mediação, 1998. QUADROS, Ronice. Muller. de & KARNOPP L. B. Língua de Sinais Brasileira : Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas. 2004. QUADROS, Ronice, Muller. Educação de surdos : a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997. SÁ, Nídia Limeira. Regina. Educação de Surdos : A Caminho do Bilingüismo. EDUF, 1999.		

Componente Curricular	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	Carga Horária	60h
Ementa	A natureza e fundamentos do método estatístico. População e amostra. Séries e gráficos estatísticos. Distribuição de frequência. Medidas de posição, dispersão, assimetria e curtose. Probabilidade. Distribuição de probabilidade: Binomial e Normal. Inferência estatística. Correlação e Regressão.		
Objetivos	Dar subsídios aos acadêmicos para observarem, descreverem e analisarem fenômenos que os cercam por meio de técnicas estatísticas.		
Metodologia	A prerrogativa metodológica estará amparada pelas TDIC, garantindo acesso aos materiais produzidos pelo professor, através das plataformas Moodle e Sigaa, além das demais descritas em “7.4”. Nesses termos, tarefas, materiais de apoio e outros serão inseridos, garantindo acesso e comunicação ao estudante.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Critérios e Formas de Avaliação	A avaliação é considerada resultado de um processo, refletindo sobre o todo do estudo e do desenvolvimento das tarefas e instrumentos propostos pelo professor ao estudante.
Bibliografia Básica	BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. MILONE, Giuseppe. Estatística: geral e aplicada . São Paulo: Cengage Learning, 2009. LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
Bibliografia Complementar	CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. SPIEGEL, Murray Ralph. Estatística . 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993. TRIOLA, Mário F. Introdução à estatística . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. VIEIRA, Sonia. Elementos de Estatística . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

9.2 Componentes Curriculares Optativos

Componente Curricular	CÁLCULO IV	Carga Horária	60h
Ementa	Integrais de Linha. Integrais de superfície. Divergente e rotacional. Teorema de Green. Teorema de Stokes. Séries numéricas. Convergência de Séries e Critérios de Convergência. Expansão de uma Função em séries de Potências.		
Bibliografia Básica	FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo B: funções de várias variáveis, integrais múltiplas, integrais curvilíneas e de superfície . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo : v. 4. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. STEWART, James. Cálculo . 2. ed. v. 2. São Paulo: Cengage Learning, 2010.		
Bibliografia Complementar	GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo : v. 3. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. BOULOS, Paulo; ABUD, Zara Issa. Cálculo diferencial e integral . v. 2. São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . v. 2. São Paulo: Harbra & Row do Brasil, 1977. ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen. Cálculo . 8. ed. v. 2. Porto Alegre: Bookman, 2007.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	FÍSICA I	Carga Horária	60h
Ementa	Grandezas físicas. Mecânica vetorial. Cinemática e dinâmica da partícula. Conceitos de mecânica básica.		
Bibliografia Básica	HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. Fundamentos de física : v. 1: mecânica. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008. NUSSENZVEIG, Herch, Moyses. (Herch Moyses. Curso de física básica : 1 mecânica. 4. ed. São Paulo: E. Blucher, 2002. YOUNG, Hugh D.; FREEDMAN, Roger A. Física I : mecânica. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2008.		
Bibliografia Complementar	ALONSO, Marcelo; FINN, Edward J. Física : um curso universitário. 2. ed. São Paulo: E. Blücher, 2014. HEWITT, Paul G. Física conceitual . 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. HEWITT, Paul G. Física conceitual . 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. KNIGHT, Randall Dewey. Física : uma abordagem estratégica: volume 1: mecânica newtoniana, gravitação, oscilações e ondas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. TIPLER, Paul Allen; MOSCA, Gene. Física para cientistas e engenheiros : volume 1: mecânica, oscilações e ondas, termodinâmica. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2009.		

Componente Curricular	GEOMETRIA NÃO EUCLIDIANA	Carga Horária	30h
Ementa	Noções de Geometria Projetiva, Fractal, Hiperbólica, da Superfície da Esfera e Topologia.		
Bibliografia Básica	BARBOSA, Ruy Madsen. Descobrimos a Geometria Fractal . 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. FRANCO, Valdeni Soliani; GERÔNIMO, João Roberto. Geometria plana e espacial : um estudo axiomático. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2010. BOYER, Carl Benjamin. História da matemática . São Paulo: Edgard Blucher, 1996.		
Bibliografia Complementar	JANOS, Michel. Geometria Fractal . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. IEZZI, Gelson (org). Geometria Plana : conceitos básicos. 1ª ed. São Paulo: Atual, 2008. REZENDE, Eliane Quelho Frota; QUEIROZ, Maria Lucia Bontorim de. Geometria euclidiana plana e construções geométricas . 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. RICH, Barnett. Teorias e problemas de geometria . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. EVES, Howard. Introdução à História da Matemática . Campinas: UNICAMP, 2008.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	CÁLCULO VETORIAL	Carga Horária	60h
Ementa	Funções vetoriais. Integrais de Linha. Campos Conservativos. Teorema de Green. Integrais de Superfície. Teorema de Gauss. Teorema de Stokes.		
Bibliografia Básica	ANTON, Howard. Cálculo : um novo horizonte. Vol. 1 e 2. Porto Alegre: Bookman, 2006. STEWART, James. Cálculo . Vol. 1 e 2. 5a ed. São Paulo: Pioneira Thompson, 2006. THOMAS, George. B. Cálculo . Vol. 1 e 2. 10. Ed. São Paulo: Pearson Education, 2002.		
Bibliografia Complementar	GUIDORIZZI, Hamilton. Luiz. Um curso de cálculo . Vol. 3. Rio de Janeiro: LTC, 2002. KAPLAN, Wilfred. Cálculo Avançado . Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Edgard Blucher: EDUSP, 1972. LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica . Vol. 1 e 2. São Paulo: Harbra, 1994. SPIEGEL, Murray. R. Análise vetorial : com introdução à análise tensorial. São Paulo: McGraw Hill, 1980. SPIEGEL, Murray. R. Cálculo Avançado . São Paulo: McGraw Hill, 1971.		

Componente Curricular	EQUAÇÕES DIFERENCIAIS PARCIAIS	Carga Horária	60h
Ementa	Equações Diferenciais Parciais. O método das características. O método da separação de variáveis. As equações do calor, da onda e de Laplace.		
Bibliografia Básica	BOYCE, William. E. e DIPRIMA, Richard. C. Equações Diferenciais Elementares e Problemas de Valores no Contorno . Rio de Janeiro: LTC, 2006. FIGUEIREDO, Djairo, Guedes. Análise de Fourier e equações diferenciais parciais . Rio de Janeiro: IMPA – Projeto Euclides, 1987. IÓRIO, Valéria. – EDP: Um Curso de Graduação . Rio de Janeiro: IMPA – Coleção Matemática Universitária, 1991.		
Bibliografia Complementar	EDWARDS, C. Henry. e PENNEY, David. Equações Diferenciais Elementares . 3ª ed. Editora PHB. Rio de Janeiro, 1995. MEDEIROS, Luiz Adauto. e ANDRADE, Nirzi G. Iniciação às equações diferenciais parciais . Rio de Janeiro: LTC, 1978. JR, Frank Ayres. Equações Diferenciais . McGraw-Hill. 1959. ZILL, Dennis e CULLEN, Michael, Equações Diferenciais . São Paulo: Pearson Education, 2001. ZILL, Dennis e CULLEN, Michael, Equações Diferenciais com Aplicações em Modelagem . Thomson: São Paulo, 2003.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Componente Curricular	DESENHO GEOMÉTRICO	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos e traçados fundamentais. Retas paralelas e perpendiculares. Ângulos. Triângulos. Quadriláteros. Polígonos.		
Bibliografia Básica	GIONGO, Affonso Rocha. Curso de Desenho Geométrico . São Paulo: Nobel, 1984. RODRIGUES, Claudina Izepe; REZENDE, Eliane Quelho Frota. Geometria Euclidiana Plana e Construções Geométricas . 2. ed. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2008. SILVA, Agostinho. Desenho Geométrico . São Paulo: Ed.Didática Irradiante S.A., s/a.1971.		
Bibliografia Complementar	BARNETT, Rich. Teoria e Problemas de Geometria . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de Matemática Elementar 9: Geometria Plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. IEZZI, Gelson; MACHADO, Antônio; DOLCE, Osvaldo. Geometria Plana: conceitos básicos . 1. ed. São Paulo: Atual, 2008. MONTENEGRO, Gildo Azevedo. Geometria Descritiva . São Paulo: Blücher, 1991. RODRIGUES, Claudina Izepe; REZENDE, Eliane Quelho Frota. Cabri-Géomètre e a Geometria Plana . Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2005.		

Componente Curricular	ESTATÍSTICA APLICADA	Carga Horária	60h
Ementa	Características da estatística paramétrica e não paramétrica. Teste qui-quadrado (aderência, homogeneidade e independência). Testes para variância. Séries temporais e aplicações. Estatística não paramétrica.		
Bibliografia Básica	MILONE, Giuseppe. Estatística: geral e aplicada . São Paulo: Cengage Learning, 2009. LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica . 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		
Bibliografia Complementar	SPIEGEL, Murray Ralph. Estatística . 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando excel . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística . 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros . 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	TRIOLA, Mario F. Introdução a estatística . 9. ed. Rio de Janeiro (RJ): Livros Técnicos e Científicos, 2005.
--	---

Componente Curricular	GEOMETRIA DESCRITIVA	Carga Horária	30h
Ementa	Introdução ao estudo de Geometria Descritiva. Sistemas de Projeção. Ponto. Reta. Plano. Projeção de figuras planas e sólidas. Métodos descritivos. Representação de Superfícies. Problemas métricos.		
Bibliografia Básica	PEREIRA, Aldemar A. Geometria descritiva : paralelismo e ortogonalidade . 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. MONTENEGRO, Gildo Azevedo. Geometria descritiva . São Paulo: E. Blucher, 1991. PRINCIPE JUNIOR, Alfredo dos Reis. Noções de geometria descritiva . 24. ed. São Paulo (SP): Nobel, 1976-79		
Bibliografia Complementar	MUNIZ, Pedro Emanuel Barreto. Problemas de geometria descritiva . 3.ed. São Paulo: Livraria Nobel, 1969. WINTERLE, Paulo. Vetores e geometria analítica . São Paulo: Makron Bocks, 2000. GIONGO, Affonso Rocha. Curso de desenho geométrico . 35. ed. São Paulo (SP): Nobel, 1988. RODRIGUES, Álvaro José. Geometria descritiva . 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1968. SOUZA JUNIOR, Hugo Andrade de. Geometria descritiva e perspectiva . São Paulo: Pioneira, 1975.		

Componente Curricular	MODELAGEM MATEMÁTICA	Carga Horária	60h
Ementa	Modelagem como método científico do conhecimento: Modelos clássicos da Física, Economia, Dinâmica Populacional e Compartimentais Etapas principais de Modelagem Matemática: formulação do problema em termos do fenômeno; experimentação; formulação do problema em termos do modelo matemático; validação do modelo; modificação do modelo; solução; aplicação. Modelagem Matemática no Ensino.		
Bibliografia Básica	ZILL, Dennis; CULLEN, Michael R. Equações diferenciais : volume 1. 3. ed. São Paulo: Makron Bocks, 2001. ZILL, Dennis. Equações diferenciais com aplicações em modelagem . São Paulo: Cengage Learning, 2009. BASSANEZI, Rodney Carlos; D'AMBROSIO, Ubiratan. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática : uma nova estratégia . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.		





Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Bibliografia Complementar	BRANDT, Celia Finck; BURAK, Dionísio; KLÜBER, Tiago Emanuel (Org). Modelagem matemática: uma perspectiva para a educação básica . Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2010. BIEMBENGUT, Maria Salett; HEIN, Nelson. Modelagem matemática no ensino. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2011.. RIBEIRO, Flávia Dias. Jogos e modelagem na educação matemática. Curitiba, PR: IBPEX, 2008. SOUZA, Antonio Carlos Zambroni de; PINHEIRO, Carlos Alberto Murari. Introdução à modelagem, análise e simulação de sistemas dinâmicos. Rio de Janeiro: Interciencia, 2008. BOYCE, William E.; DIPRIMA, Richard C. Equações diferenciais elementares e problemas de valores de contorno. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
----------------------------------	---

Componente Curricular	SEMINÁRIOS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	Carga Horária	30h
Ementa	Análise e discussão dos diferentes tipos de problemas. Estratégias para Resolução de Problemas.		
Bibliografia Básica	POLYA, George. A arte de resolver problemas. Rio de Janeiro: Interciência, 11978. MACHADO, Nilson José. Epistemologia e didática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MACHADO, Nilson José. Matemática e língua materna: análise de uma impregnação mútua. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.		
Bibliografia Complementar	DANTE, Luiz Roberto. Didática da resolução de problemas de matemática. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1994. KRULIK, Stephen; REYS, Robert. A resolução de problemas na matemática escolar. São Paulo: Atual, 1997. MACEDO, Lino de; PETTY, Ana Lúcia Sícoli; PASSOS, Norimar Christe. Aprender com jogos e situações-problema. Porto Alegre: Artmed, 2000. SMOLE, Katia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Inês de Souza Vieira (org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. SMOLE, Katia Stocco; DINIZ, Maria Inez de Souza Vieira; CÂNDIDO, Patricia. Resolução de problemas: matemática de 0 a 6. Porto Alegre: Artmed, 2000.		

Componente Curricular	CONCEPÇÕES EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Carga Horária	30h
Ementa	A Educação Profissional Tecnológica como modalidade da Educação Básica. A articulação entre trabalho e educação para uma formação humana integral. Trabalho enquanto princípio educativo. Ensino Médio Integrado. A Rede Federal de Educação		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	Profissional Científica e Tecnológica.
Bibliografia Básica	FORNARI, Liamara Teresinha. Emancipação humana e educação : possibilidades e desafios para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Curitiba: Appris, 2018. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). Capitalismo, trabalho e educação . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e crise do trabalho : perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis : Vozes, 2008.
Bibliografia Complementar	CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). A experiência do trabalho e a educação básica . 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1., 2006, Brasília, DF. Anais . Brasília, DF: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2006. GADOTTI, M. Boniteza de um sonho. Novo Hamburgo: Feevale, 2003. BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX : ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

Componente Curricular	INTRODUÇÃO À TEORIA DOS NÚMEROS	Carga Horária	60h
Ementa	Números Inteiros. Princípio da Boa Ordem. Divisibilidade nos Inteiros. Congruências. Teoremas de Euler, Fermat e Wilson.		
Bibliografia Básica	DOMINGUES, Hygino Hugueros.; IEZZI, Gelson. Álgebra moderna . São Paulo: Atual, 2008. GONÇALVES, Adilson. Introdução à álgebra . Rio de Janeiro: Projeto Euclides, 1979. HERSTEIN, Israel Nahan. Tópicos de álgebra . São Paulo: Editora Polígono, 1970.		
Bibliografia Complementar	LANG, Serge. Estruturas algébricas . Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2003. MONTEIRO, Luis Henrique Jacy. Elementos de álgebra . Rio de Janeiro: LTC, 1978. ABRAMO, Hefez. Curso de álgebra . Rio de Janeiro: IMPA, 2002. GARCIAS, Arnaldo; LEQUAIN, Yves Albert E. Elementos de álgebra . Rio de Janeiro: Projeto Euclides, 2002. VILANOVA, Clóvis. Elementos da teoria dos grupos e da teoria dos anéis . Rio de Janeiro: IMPA, 1972.		

Componente Curricular	TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	Carga Horária	30h
-----------------------	-----------------------------------	---------------	-----



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Ementa	Inter-relações teóricas entre Resolução de Problemas, História da Matemática, Modelagem Matemática e Etnomatemática.
Bibliografia Básica	BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho. (org.) Educação Matemática: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2005. D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação matemática : da teoria à prática. 4 ed. São Paulo. Papirus, 2010. GRANDO, Neiva Ignês; MARASINI, Sandra Maria. Educação matemática : a sala de aula como processo de pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 2008.
Bibliografia Complementar	ALVES, Evanilton Rios. Etnomatemática : multiculturalismo em sala de aula: a atividade profissional como prática educativa. São Paulo: Porto de Ideias, 2010. BASSANEZI, Rodney Carlos. Modelagem matemática : teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2015. MENDES, Iran Abreu; FOSSA, John A.; VALDÉS, Juan E. Nápoles. A História como um agente de cognição na educação matemática . Porto Alegre: Sulina, 2006. POLYA, George; ARAÚJO, Heitor Lisboa de (Trad). A arte de resolver problemas : um novo aspecto do método matemático. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sérgio. Investigação em educação matemática : percursos teóricos e metodológicos. Campinas: Autores Associados, 2009.

Componente Curricular	TÓPICOS EM DISCALCULIA	Carga Horária	30h
Ementa	O desenvolvimento do número na criança. Transtornos de Aprendizagem e Dificuldades de Aprendizagem na área da Matemática. Discalculia: história, conceitos e características. Estratégias de Ensino para o trabalho pedagógico com o estudante com discalculia. Avaliação do estudante com Discalculia. Matemática Inclusiva.		
Bibliografia Básica	KAMII, Constance. Aritmética : novas perspectivas: implicações da teoria de Piaget . 3. ed. Campinas: Papirus, 1994. _____. A criança e o número : implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a seis anos. 39. ed. Campinas: Papirus, 2012. LEANDRO F. MALLOY-DINIZ; PAULO MATTOS. Discalculia do Desenvolvimento . Pearson Clinical, 2017.		
Bibliografia Complementar	HUDSON, Daiana. Dificuldades específicas de aprendizagem - Ideias práticas para trabalhar com: dislexia, discalculia, disgrafia, dispraxia, TDAH, TEA, Síndrome de Asperger e TOC. Editora Vozes: 2019. SENA, ELAYNE THAYS DE LARA. Dificuldades comuns de aprendizagem e problemas de ?ensinagem?. Contentus: 2020. FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de; GRACINO, Eliza Ribas. Dificuldades e distúrbios de aprendizagem . Editora Intersaberes: 2019. KAMII, Constance; DECLARK, Georgia. Reinventando a aritmética : implicações		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	da teoria de Piaget . 9. ed. Campinas: Papirus, 1994. MACEDO, Lino de. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005.
--	---

Componente Curricular	PESQUISA EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	Carga Horária	30h
Ementa	Investigação em sala de aula. Tipos de pesquisa em Educação Matemática. Instrumentos de coleta de dados. Métodos de análise de dados. Escrita acadêmica.		
Bibliografia Básica	CRESWELL, W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa : escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014. MOREIRA, Marco A. Metodologias de pesquisa em ensino . Editora Livraria da Física. 2011 ANDRÉ, Marli E. D. A. de (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 12. Papirus. 2011		
Bibliografia Complementar	BICUDO, Maria Aparecida Viggiani (org.). Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas . São Paulo: Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, 1999.. BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos . Porto: Porto Editora, 1994. CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. Pesquisa narrativa – Experiência e História em Pesquisa Qualitativa . 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015. FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. GRANDO, Neiva Ignês; MARASINI, Sandra Maria. Educação matemática: a sala de aula como processo de pesquisa . Passo Fundo: Ediupf, 2008.		

Componente Curricular	ENSINO DE MATEMÁTICA E INFÂNCIA	Carga Horária	60h
Ementa	Infância, ludicidade e ensino de matemática. O papel do brincar no processo do aprender. Construção do número. Desenvolvimento de jogos, materiais, histórias e brincadeiras e suas possibilidades na aprendizagem matemática das crianças.		
Bibliografia Básica	KAMII, Constance. A criança e o número : implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos. 38 ed. Campinas: Papirus, 2010. LORENZATO, Sérgio (org.). O laboratório de ensino de matemática na formação de professores . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2010. DANYLUK, Ocsana Sônia. Alfabetização matemática: o cotidiano da vida escolar . Passo Fundo: UPF, 1989.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Bibliografia Complementar	SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Inez de Souza Vieira; CÂNDIDO, Patrícia. Brincadeiras infantis nas aulas de matemática: matemática de 0 a 6. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. ITACARAMBI, Ruth Ribas; BERTON, Ivani da Cunha Borges. Geometria: brincadeiras e jogos: 1º ciclo do ensino fundamental. São Paulo: Livraria da Física, 2008. MIGUEL, Antonio et al. História da matemática em atividades didáticas. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2009. LORENZATO, Sérgio. Para aprender matemática. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2010. SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Inez de Souza Vieira; CÂNDIDO, Patrícia. Resolução de problemas: matemática de 0 a 6.
----------------------------------	--

Componente Curricular	APRENDIZAGEM COLABORATIVA E COOPERATIVA	Carga Horária	30h
Ementa	Os tipos de aprendizagens. Aprendizagem colaborativa e cooperativa: conceitos, características e técnicas para desenvolvê-las. Os alunos diante desta metodologia e o papel do professor como orientador nesse contexto. As vantagens da aprendizagem colaborativa e cooperativa em Matemática. A importância das TDICs para o processo de ensino e aprendizagem na perspectiva colaborativa e cooperativa.		
Bibliografia Básica	GROSSI, Esther Pillar; BORDIN, Jussara (org.). Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Aprendizagem ativa via tecnologias. Editora Intersaberes, 2019. MARILENE S. S.GARCIA. Aprendizagem significativa e colaborativa. Contentus, 2020.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Fernando José de. Educação e informática: os computadores na escola. 4. ed. São Paulo: Cortez; 2009. ELAYNE THAYS DE LARA SENA. De volta para o futuro: experiências inovadoras em educação ao redor do mundo. Contentus 2020. COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o trabalho em grupo: estratégias para salas de aula heterogêneas. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2017. BERGMANN, Jonathan. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2021. FRANCO, Sérgio Roberto Kieling. O construtivismo e a educação. Porto Velho: GAP, 1991.		



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

10. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

10.1 Descrição do corpo docente

Quadro 12 - Corpo docente do Curso Superior de Licenciatura em Matemática

Nome	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
Adonis Rogério Fracaro	1217951	40h/DE	Mestre em Ciências no Domínio da Modelagem Matemática	adonis.fracaro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7916598804962699	3441-4800
Daniele Martini	1556315	40h/DE	Doutora em Educação	daniele.martini@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5515503844286750	3441-4800
Deise Nivia Reisdoefer	2939489	40h/DE	Doutora em Educação em Ciências e Matemática	deise.pereira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6489391572245964	3441-4800
Eliane Suely Everling Paim	2036953	40h/DE	Mestre em Matemática	eliane.paim@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2316379365205989	3441-4800
Elisama Rode Boeira	2207971	40h/DE	Mestre em Educação	elisama.boeira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5756238691477222	3441-4800
Fábio André Negri Balbo	1855217	40h/DE	Doutor em Métodos Numéricos em Engenharia	fabio.balbo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3795011122319064	3441-4800
Fábio Augusto Guzzo	2102990	40h/DE	Mestre em Filosofia	fabio.guzzo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0234070444293240	3441-4800
Fernando Pintro	1061551	40h/DE	Doutorado em Sistemas e Computação	Fernando.pintoro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0741285021403751	3441-4800
Flaviane Predebon Titon	1786868	40h/DE	Doutorado em Educação em Ciências	flaviane.titon@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3430965191614024	3441-4800
Gilmar de Oliveira Veloso	1667886	40h/DE	Doutor em Engenharia	gilmar.veloso@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/	3441-4800



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

					6314819575883640	
José Wnilson Figueiredo	1551251	40h/DE	Doutor em Educação nas Ciências: concentração Matemática	jose.figueiredo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6739179901084253	3441-4800
Liamara Teresinha Fornari	1564504	40h/DE	Doutora em Sociologia Política	liamara.fornari@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7254745643958209	3441-4800
Lindomar Duarte de Souza	3136969	40h/DE	Mestre em Matemática	lindomar.souza@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4412227951372768	3441-4800
Rosane da Silva França Lubaszewski Cavasin	1901677	40h/DE	Doutora em Educação	rosane.cavasin@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4566352437520248	3441-4800
Sheila Crisley de Assis	1119677	40h/DE	Doutora em Engenharia Aeronáutica e Mecânica	sheila.assis@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4036642198628524	3441-4800
Solange Aparecida Zotti	1988805	40h/DE	Doutora em Educação	solange.zotti@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4307985504045376	3441-4800

10.2 Coordenação de Curso

DEISE NIVIA REISDOEFER PEREIRA, SIAPE 02939489, Regime de Trabalho: 40h, DE
 Titulação: Doutora em Ensino de Ciências e Matemática
 Endereço de e-mail: deise.pereira@ifc.edu.br
 Telefone Institucional: 3441-4800
 Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6489391572245964>

10.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Quadro 13 - Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC *Campus* Concórdia

Núcleo Docente Estruturante:	



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

(Portaria nº 35/2026)	Flaviane Predebon Titon, Siape nº 1786868, Dedicação Exclusiva Doutorado em Educação em Ciências (49) 3441-4800 flaviane.titon@ifc.edu.br
	Deise Nivia Reisdoefer Pereira, Siape nº 2939489, Dedicação Exclusiva Doutora em Educação em Ciências e Matemática (49) 3441-4800 deise.pereira@ifc.edu.br
	Rosane da Silva França Lubasewski Cavasin, Siape nº 1901677, Dedicação Exclusiva Doutora em Educação (49) 3441-4800 rosane.cavasin@ifc.edu.br
	Fernando Pinto Siape nº 1061551, Dedicação Exclusiva Doutor em Doutorado em Sistemas e Computação (49) 3441-4800 fernando.pintro@ifc.edu.br
	Lindomar Duarte de Souza, Siape nº 3136969, Dedicação Exclusiva Mestre em Matemática (49) 3441-4800 lindomar.souza@ifc.edu.br
	Sheila Crisley de Assis, Siape nº 1119677, Dedicação Exclusiva Doutora em Engenharia Aeronáutica e Mecânica (49) 3441-4800 sheila.assis@ifc.edu.br
	Karen Angelica Seitenfus, Siape nº 2019520, 40 horas Téc. em Assuntos Educacionais, Mestra em Educação, Dra. em Psicologia (49) 3441-4800 karen.seitenfus@ifc.edu.br

10.4 Colegiado de Curso

Quadro 14 - Colegiado de Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - Campus Concórdia

Colegiado de Curso: (Portaria nº 36/2026)	Flaviane Predebon Titon, Siape nº 1786868, Dedicação Exclusiva Doutorado em Educação em Ciências (49) 3441-4800 flaviane.titon@ifc.edu.br
---	--



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	Deise Nivia Reisdoefer Pereira, Siape nº 2939489, Dedicação Exclusiva Doutora em Educação em Ciências e Matemática (49) 3441-4800 deise.pereira@ifc.edu.br
	Fernando Pinto Siape nº 1061551, Dedicação Exclusiva Doutor em Doutorado em Sistemas e Computação (49) 3441-4800 fernando.pinto@ifc.edu.br
	Lindomar Duarte de Souza, Siape nº 3136969, Dedicação Exclusiva Mestre em Matemática (49) 3441-4800 lindomar.souza@ifc.edu.br
	Sheila Crisley de Assis, Siape nº 1119677, Dedicação Exclusiva Doutora em Engenharia Aeronáutica e Mecânica (49) 3441-4800 sheila.assis@ifc.edu.br
	Karen Angelica Seitenfus, Siape nº 2019520, 40 horas Téc. em Assuntos Educacionais, Mestra em Educação, Dra. em Psicologia (49) 3441-4800 karen.seitenfus@ifc.edu.br
	Rosemara Tacca

10.5 Descrição do corpo técnico administrativo

Quadro 15 - Equipe Técnico-administrativa

10.5 Descrição do corpo técnico administrativo

Quadro 15 - Equipe Técnico-administrativa

Nome	SIAPPE	Cargo	Titulação	E-mail
Jonas Antunes da Silva	2576432	Analista de TI	Bacharel em Sistemas de Informação e Especialização em Desenvolvimento de Jogos para Computadores	jonas.silva@ifc.edu.br
Maria do Socorro Almeida de Assunção	1453935	Assistente de Administração	Licenciatura em Matemática. Mestre em Ensino pelo Graduação em Ciências	maria.vasconcelos@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
Catarinense



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

			Contábeis	
Gizela Vanessa Hack	3383322	Assistente de aluno	Licenciatura em Física Mestrado em Educação	gizela.hack@ifc.edu.br
Nauria Inês Fontana	1106221	Bibliotecária	Bacharelado em Biblioteconomia. Bibliotecária Licenciatura em Letras. Mestrado em Linguística	nauria.fontana@ifc.edu.br
Shyrlei Maryna Jagielski Benkendorf	2139183	Bibliotecária documentalista	Bacharel em biblioteconomia Especialização em Gestão em arquivos públicos e empresariais	shyrlei.benkerdorf@ifc.edu.br
Sílvia Fernanda Souza Dalla Costa	1837532	Coordenadora Geral de Ensino	Licenciatura em Letras, Doutorado em Letras - Estudos Linguísticos	silvia.costa@ifc.edu.br
Antonio Marcos Ceconello	3315196	Coordenador Geral do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educativo	Licenciatura em Técnicas Agropecuárias. Mestrado em Olericultura.	antonio.ceconello@ifc.edu.br
Mariza Marchioro Turcato	3954341	Coordenador de Extensão, Estágios e Egressos	Bacharel em Administração Mestrado profissional PROFEPT	mariza.turcato@ifc.edu.br
Gilmar de Oliveira Veloso	1667886	Coordenador de Pesquisa e Inovação	Bacharel em Física. Doutorado em Engenharia	gilmar.veloso@ifc.edu.br
		Diretor de Ensino,	Licenciado em Matemática. Doutorado em Métodos	



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Fábio André Negri Balbo	1855217	Pesquisa e Extensão	Numéricos em Engenharia	fabio.balbo@ifc.edu.br
Neimara Lucia Moretto	1754062	Orientadora Escolar	Licenciada em Pedagogia. Especialista em Orientação Educacional	neimara.moretto@ifc.edu.br
<u>Karen Angelica Seitenfus</u>	2019520	Técnico em Assuntos Educacionais	Licenciatura em Pedagogia. Doutora em Psicologia	karen.seitenfus@ifc.edu.br

10.6 Políticas de capacitação para docentes e técnicos administrativos em educação

O Instituto Federal Catarinense, em consonância com a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, reconhece a importância da capacitação de seus servidores como requisito para cumprir a missão relacionada à transformação do cenário regional em benefício da sociedade.

Tal reconhecimento sugere não apenas a relevância de um Plano Anual de Capacitação dos Servidores do IFC, mas também o estabelecimento da capacitação como uma meta prioritária de gestão.

Uma das ações passa por oportunizar a possibilidade de vagas em mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter), de caráter multidisciplinar, oferecidos com a anuência da CAPES, tanto a docentes como a técnico-administrativos, atendendo à diversidade de áreas de formação dos servidores. Outra ação do IFC é o Prodoutoral, ofertado com apoio da CAPES, cujo objetivo é estimular a elaboração e a implementação de estratégias de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das instituições de ensino, de modo a apoiar esforços institucionais para a capacitação e para o aprimoramento da qualificação dos docentes, visando a consolidação de grupos de pesquisa e a formação de programas de pós-graduação. O Prodoutoral se caracteriza por favorecer a mobilidade dos



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

bolsistas durante o tempo de duração da capacitação docente, bem como a dos orientadores, como forma de integração entre as instituições participantes.

Vindo ao encontro da necessidade de desenvolver estrategicamente o corpo funcional do IFC, temos elencado como principais incentivos a capacitação os diretamente ligados a legislação vigente: i) *Afastamento integral para pós-graduação stricto sensu*, onde o servidor poderá afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em Instituição de Ensino Superior no país ou no exterior; ii) *Horário especial para servidor estudante*, que consiste no afastamento de servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação *lato sensu*, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação *stricto sensu*, dá-se na forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do Curso e o da instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da lei n. 8.112/90; iii) *Licença para capacitação*, onde após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; iv) *Ações para aperfeiçoamento (curta duração)*, podendo haver a autorização de afastamento do servidor para cursos de aperfeiçoamento como congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; v) *Programa Institucional de Qualificação de servidores – PIQIFC*, em que os servidores poderão solicitar a adequação de sua jornada semanal de trabalho para fins de participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*; vi) *Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do IFC*, que tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores, através de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

O IFC desenvolve também ações internas com intervenções no dia a dia dos servidores, tais como: Plano Anual de Capacitação dos campi e da reitoria do IFC; educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos e docentes; Programa de Recepção Docentes e TAES; ações para a preparação para aposentadoria; eventos - semana da saúde e segurança de trabalho, semana da mulher, Faça uma Pausa com a Gestão, entre outros.

11 INFRAESTRUTURA

A área total do Instituto Federal Catarinense - IFC *Campus* Concórdia é de 253 hectares. Há constantes obras de expansão do *campus*, as quais são planejadas junto à comunidade acadêmica. A estrutura física do *Campus* é composta por laboratórios de diferentes áreas, ginásio de esportes, campo de futebol com pista de atletismo, academia, refeitório, biblioteca, quatro alojamentos para estudantes masculinos e dois para estudantes femininos (atualmente exclusivo para alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio), centro cultural, centro administrativo, centro pedagógico, centro de educação tecnológica, auditório, parque tecnológico (Tecnoeste) e unidades educativas de produção agrícola e zootécnica. Toda essa estrutura encontra-se à disposição dos estudantes do Curso de Licenciatura em Matemática e possibilitam a criação de inúmeras situações de aprendizagem. Na sequência encontram-se descritas as estruturas físicas de uso regular no Curso

11.1 Biblioteca

A Biblioteca Prof. Armando Rodrigues de Oliveira atende os usuários do IFC - *Campus* Concórdia, bem como as demais pessoas interessadas em pesquisa, ininterruptamente das 7h30 às 22h, de segunda a sexta-feira. Está estruturada em um prédio próprio, com 937 m², em dois andares com elevador para total acessibilidade, dividido em vários ambientes: coleção, sala de estudos individual ou em grupos, banheiros e atendimento. Possui 170



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

lugares para estudo. Cabe salientar que a atualização do acervo tem sido feita constantemente, mediante a compra frequente de títulos e exemplares.

11.1.1 Política de atualização

O acervo é expandido anualmente de acordo com indicações dos coordenadores dos cursos e dos professores, e das sugestões de estudantes, ou ainda em virtude de novas publicações disponíveis no mercado e títulos de outras áreas do conhecimento que contribuam para a formação técnica e humanística da comunidade acadêmica de forma a atender às necessidades de todas as disciplinas.

11.1.2 Formas de acesso e utilização

A biblioteca está aberta a estudantes, servidores e à comunidade em geral. O empréstimo é concedido mediante cadastro, facultado apenas aos alunos e servidores. Os livros são dotados de códigos de barras para controle de empréstimos e de sistema de segurança para facilitar a circulação de todos pelos ambientes.

11.1.3 Informatização

O acervo está informatizado pelo sistema *Pergamum*. A biblioteca dispõe de computadores para acesso à Internet, computadores para consulta ao acervo, computadores para o atendimento ao público e para uso dos funcionários. Possui rede de Internet wireless.

11.1.4 Acervo

Possui acervo de todas as áreas do conhecimento, com grande coleção nas áreas de agricultura, pecuária, veterinária, alimentos, matemática, física e educação. Possui livros, folhetos, periódicos, literatura cinzenta, sendo organizada segundo a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e do autor pela tabela Cutter, utilizando o software *Pergamum* para gerenciamento. Este software possui sistema de empréstimo inter-bibliotecas entre os diversos



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

campi do Instituto. Em cada estante encontram-se as informações necessárias para que o usuário localize com facilidade o material bibliográfico desejado.

11.1.5 Portal Capes

A biblioteca do *Campus* disponibiliza o acesso ao Portal Capes com textos completos de artigos de revistas nacionais e estrangeiras e bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Todos os anos é oferecido treinamento aos calouros e sempre que solicitado pelos alunos ou professores repete-se o mesmo para que haja efetiva utilização desta ferramenta de pesquisa.

11.1.6 ABNT online

Desde o ano de 2015 disponibiliza aos usuários o acesso online às normas técnicas, e a partir de 2018 esse acesso ocorre via sistema *Pergamum*, no qual os alunos e professores podem consultar as normas, sem imprimir nem salvar as mesmas, atendendo a todas as áreas de conhecimento com ênfase nas relacionadas a normalização de trabalhos acadêmicos.

O acervo disponível na Biblioteca Central, são 15999 Títulos no acervo, totalizando 32862 exemplares. Na área das Ciências Agrárias são 4.184 títulos e 8.366 exemplares de materiais disponibilizados no acervo. Desse total, 3294 títulos e 7.230 exemplares são de livros.

11.2 Salas de aula

As salas de aula que atendem o Curso Superior de Licenciatura em Matemática no IFC - Campus Concórdia concentram-se no Bloco Tecnológico, cada uma possui capacidade para 40 alunos, estando equipadas com carteiras universitárias (com porta livro) e cadeiras universitárias (ergonômicas), mesa de professor e uma cadeira com assento e encosto em espuma para o professor, quadro branco para sala de aula, aparelhos de ar condicionado split



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

30.000 BTU's (quente/frio); cortinas de pano com blackout, instaladas com varões e suporte ou, ainda, persianas verticais. Além disso, a maioria das salas também dispõe de projetor multimídia fixo e acesso à internet.

11.3 Auditório

O *Campus* conta com dois auditórios. Um, o Auditório Pedagógico, tem capacidade para 180 pessoas sentadas, no qual ocorrem atividades tais como reuniões dos servidores, atividades de capacitação, palestras técnicas para acadêmicos e semanas acadêmicas. O local é equipado com mesa para reunião, mesa redonda (80 cm de altura e 90 cm de diâmetro), tribuna de madeira e fórmica (1,80 m de altura, 0,80 m de comprimento e 0,55 m de largura), cadeiras fixas com assento em espuma, poltronas para auditório, 2 climatizadores split 24.000 BTU (quente/frio), 1 climatizador split 60.000 BTU (quente/frio), projetor de multimídia tecnologia LCD fixo, amplificador com mesa de som e 2 aparelhos de microfone sem fio. O segundo auditório, Central, possui área total construída de 1.180m², construído segundo as normas de acessibilidade e segurança, apresentando estrutura de área coberta com 140m² (localizada na entrada principal da edificação), saguão na entrada principal com 150m², dois minis auditórios equipados com cadeiras estofadas com capacidade para 75 pessoas cada, sanitários masculino e feminino, sala de som e projeções, duas salas de apoio, sala principal em desnível, revestida com carpete (inclusive nas paredes laterais), na qual estão instaladas 484 cadeiras fixas, estofadas e com prancheta, podendo receber mais 150 cadeiras móveis. O Auditório Central é climatizado, o palco possui piso em madeira e dois camarins com vestiários e sanitários.

11.4 Laboratórios

11.4.1 Laboratório de Ensino de Matemática (LEM)



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

O Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) encontra-se devidamente equipado e em funcionamento desde o início do Curso. Esse espaço é ao mesmo tempo um lugar de criação e de ensino, o que dá suporte às aulas dos cursos e às atividades de extensão para grupos de professores e escolas. Possui materiais pedagógicos que enriquecem e contribuem para os processos de ensino e de aprendizagem dos acadêmicos e os permite, enquanto futuros professores, acessar aprendizagens mais significativas. Embora já disponha de materiais e instrumentos, tais como régua, esquadros, blocos lógicos, lousa digital, mobiliário e dezenas de outros conjuntos, muitos estão em processo de desenvolvimento pelos professores e alunos. Porém, mais ações no sentido de melhor equipá-lo serão necessárias, pois está se constituindo um espaço de referência para criação e aprendizagem matemática, oferecendo suporte às aulas do Curso e, também, às atividades de extensão. Nele trabalha como estagiário um acadêmico do Curso de Licenciatura em Matemática, que fica responsável pela organização dos materiais e orientações aos que procuram pelo laboratório, conjuntamente com um professor nomeado como responsável em Portaria interna da instituição.

Com área total de 112 m², o Laboratório de Ensino de Matemática possui bancadas para atividade em grupo e instalações de acesso elétrico. Também possui quadro branco, lousa digital e projetor multimídia fixo. O número de alunos por aula prática pode ser de no máximo 40 discentes. Entre os equipamentos e materiais permanentes estão: conjunto em acrílico com 37 sólidos (1), régua de frações (9), tangram (9), discos de frações (9), geoplano (9), bastão de aplicação de cola quente (9), material dourado (9), escala cuisenaire (10), bloco lógico (9), sólidos geométricos (9), ábaco 5 colunas (9), torre de hanói (9), mosaico (9), placas de e.v.a (geometria) (6), círculos fracionais em e.v.a (78), lote numérica (1), cubo mágico (6), xadrez (2), prancha de seleção (1), régua em madeira (100 cm) (12), compasso em madeira (5), transferidor em madeira (4), esquadro em madeira (12), dominós (adição, subtração, divisão, multiplicação, figuras e quantidade) (14), dados (45), calculadoras (9).



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

11.4.2 Laboratório de Física

O Laboratório de Física conta com 6 (seis) mesas e 48 assentos, material didático e equipamento para a realização de aulas práticas relacionadas aos conteúdos propostos nas ementas dos componentes de Física I, Física II e Física III, entre os quais destaca-se, um Gerador de Van de Graaff, dois bancos ópticos com espelhos e lentes, trilho de ar, planos inclinados, banco acústico, equipamentos de hidrostática, etc.

11.4.3 Laboratórios de Informática

O IFC - *Campus* Concórdia conta com três Laboratórios de Informática, com computadores completos, com acesso à internet, para a utilização pelos discentes: 1- Laboratório de informática localizado no Bloco Pedagógico – Ensino Médio, com capacidade para 30 alunos. Este laboratório possui quadro branco e projetor multimídia permanente. 2- Laboratório de informática localizado no 1º. Andar do Centro Tecnológico com capacidade para 28 alunos. Este laboratório possui quadro branco e projetor multimídia permanente. 3- Laboratório de informática localizado no 2º. Andar do Centro Tecnológico com capacidade para 28 alunos. Este laboratório possui quadro branco e projetor multimídia permanente.

11.4.4 Softwares licenciados

Cumprе destacar que o Curso Superior de Licenciatura em Matemática possui à disposição licenças de alguns softwares para subsidiar disciplinas, tanto de natureza pedagógica quanto de natureza Matemática, dentre eles: Software Maple (30 licenças), Software Matlab (30 licenças) e Software autoCAD (27 licenças).



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Ivani. **Professor-investigador**: Que sentido? Que formação? In: B. P. Campos (Ed). Formação profissional de professores no ensino superior (Vol.1, pp. 21- 31). Porto: Porto Editora. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica**: legislação básica. 6.ed. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria; LELIS, Isabel Alice. A relação teoria-prática na formação do educador. In: CANDAU. Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 7. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

FIORENTINI, Dario. Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil. **Zetetiké**. 3(4): 1-37. Campinas, CEMPEM/FE – UNICAMP, 1995.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Plano de desenvolvimento institucional-PDI (2019/2023)**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2019.

LOPES, Alice C. Políticas de Currículo: Mediação por Grupos Disciplinares de Ensino de Ciências e Matemática. In LOPES & MACEDO (orgs) **Currículo de Ciências em Debate**. Campinas-SP: Papirus, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucerna. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
VASQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Ed.Paz e Terra. 1977.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

APÊNDICES

Apêndice 1 - Regulamentação das Atividades Curriculares Complementares
Apêndice 2 - Regulamentação do Estágio Curricular Supervisionado
Apêndice 3 - Regulamento de Pesquisa e Processos Educativos
Apêndice 4 - Regulamento da Curricularização da Pesquisa e da Extensão
Apêndice 5 - Regulamento do Programa de Residência Pedagógica



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

APÊNDICE 1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Anexo III da Resolução 010/2021 do IFC - Organização Didática

I – Ensino

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Disciplinas cursadas com aprovação não previstas na estrutura curricular do curso		carga horária comprovada
2	Semana acadêmica dos cursos, quando registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
3	Participação em atividades de monitoria ou projetos e programas de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
4	Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do IFC, quando não obrigatória.		carga horária comprovada
5	Visita Técnica, associada a projetos de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
6	Participação em cursos/minicursos relacionados à área afim do curso e de língua estrangeira.		carga horária comprovada
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de ensino com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
8	Apresentação de trabalhos em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso.	cada apresentação	15h
9	Avaliação de projetos e trabalhos de ensino	cada avaliação	5h



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

II – Extensão

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em programas ou projetos de extensão		carga horária comprovada
2	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de extensão com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
3	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de extensão.	cada apresentação	15h
4	Visita Técnica, associada a atividade de extensão, quando não registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
5	Participação em ações sociais, cívicas e comunitárias.	cada participação	até 5h
6	Estágio não- obrigatório na área do curso formalizado pelo IFC.		carga horária comprovada
7	Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso.	cada mês	até 5h
8	Avaliação de projetos e trabalhos de extensão.	cada avaliação	5h



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
III – Pesquisa e Inovação

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Autoria e co-autoria em artigo publicado em periódico com <i>qualis</i> na área afim.	cada artigo	60h
2	Livro na área afim.	cada obra	90h
3	Capítulo de livro na área afim.	cada capítulo	60h
4	Publicação em anais de evento científico e artigo publicado em periódico sem <i>qualis</i> na área afim.	cada trabalho	15h
5	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de pesquisa e inovação.	cada trabalho	15h
6	Participação em projeto ou programa de pesquisa e inovação.		carga horária comprovada
7	Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico.	cada evento	15h
8	Participação na criação de Produto ou Processo Tecnológico com propriedade intelectual registrada.	cada projeto	60h
9	Participação como ouvinte em defesas públicas de teses, dissertações ou monografias.		carga horária comprovada
10	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de pesquisa com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
11	Visita Técnica associada a atividade de pesquisa e inovação, quando não registrada na carta horária da disciplina.		carga horária comprovada
12	Participação em cursos de qualificação na área de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.		carga horária comprovada
13	Avaliação de projetos e trabalhos de pesquisa e inovação.	cada avaliação	5h



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
IV – Outras Atividades

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em órgão, conselho, comissão, colegiado e atividades de representação estudantil.		carga horária comprovada
2	Participação em eventos artísticos, esportivos e culturais quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada

Concórdia, 24 de junho de 2022.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

APÊNDICE 2

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO
SUPERIOR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO IFC - CAMPUS
CONCÓRDIA**

*Estabelece normas para a realização do Estágio Curricular Supervisionado no Curso
Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – Campus Concórdia.*

TÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO

Artigo 1. O presente documento regulamenta as atividades de estágio do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal Catarinense – IFC *Campus Concórdia*.

Artigo 2. A regulamentação constante neste documento está de acordo com a Organização Didática dos Cursos Superiores do IFC (2021-2016), com o Projeto Pedagógico do Curso de Matemática Licenciatura (PPC 2022), com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, com a Resolução CNE/CES nº 02, de 20 de dezembro de 2019 com o Regimento Geral de Estágio do IFC e com o Regulamento de Estágio do Instituto Federal Catarinense - IFC.

CAPÍTULO I – BASES LEGAIS

Artigo 3. A Lei nº. 11.788/2008, no Artigo 3º § 1º, aponta que o “[...] estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos”.

§ 1º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (Lei nº. 11.788/2008).

§ 2º Os cursos de graduação e de ensino técnico devem definir em seu Projeto Pedagógico de Curso a modalidade de estágio, coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a filosofia do Curso.



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica nos cursos superiores, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso (Lei nº. 11.788/2008).

TÍTULO II – DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Artigo 4. O estágio curricular obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Artigo 5. De acordo com a Lei nº. 11.788/2008, o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor Orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente. O estágio não cria vínculo empregatício, de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

- I. Matrícula e frequência regular do educando em Curso de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e nos Anos Finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos e atestados pela instituição de ensino;
- II. Celebração de Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso.

CAPÍTULO I - DOS OBJETIVOS

Artigo 6. São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

- I. Proporcionar ao acadêmico a participação em situações de trabalho e experiências de ensino e de aprendizagem, com vistas à complementação da educação profissional, fundamentada pelo desenvolvimento de competências e habilidades;
- II. Promover a integração entre a realidade acadêmica e sócio-econômico-política como forma de ampliar a qualificação do futuro profissional;
- III. Integrar o ensino com a realidade, possibilitando a vivência de conhecimentos teóricos e práticos relacionada à sua formação acadêmica;



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

IV. Oportunizar ao acadêmico estagiário situações que possibilitem apresentar sua visão de análise crítica e domínio do conhecimento específico, através da definição de uma proposta de ação;

V. Incentivar a criação e o desenvolvimento de métodos e processos inovadores, tecnologias e metodologias alternativas, com vistas a atingir as metas do ensino de Matemática;

VI. Integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir do desenvolvimento das temáticas observadas nos campos de estágio.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 7. A estrutura organizacional para o Estágio Curricular Supervisionado envolverá:

I. Coordenador de Curso;

II. Setor de Supervisão dos Estágios;

III. Professor/orientador dos componentes de Estágio Supervisionado (I, II, III e IV);

IV. Instituição concedente do estágio;

V. Professor regente de classe da instituição concedente;

VI. Acadêmicos.

Seção I – Do Coordenador de Curso

Artigo 8. Ao Coordenador de Curso competirá:

I. Auxiliar na supervisão e desenvolvimento das atividades com os professores envolvidos (orientador e supervisor);

II. Colaborar na busca por solução de problemas oriundos do Estágio Curricular junto da equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;

III. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

Seção II – Do Setor Supervisor dos Estágios

Artigo 9. Competirá ao Setor Supervisor dos Estágios as seguintes atribuições:



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

- I. Estabelecer parcerias com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;
- II. Supervisionar o desenvolvimento das atividades do estágio com a equipe de professores pertencentes a estrutura organizacional;
- III. Avaliar a adequação das instituições candidatas a campo de estágio quanto à formação cultural e profissional dos professores das disciplinas afins das instituições concedentes;
- IV. Providenciar o Convênio e os respectivos Termos de Compromisso junto às instituições públicas, privadas e do terceiro setor para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;
- V. Encaminhar, oficialmente, professores orientadores e acadêmicos aos respectivos campos do estágio;
- VI. Prestar assistência técnico-administrativa e pedagógica aos professores orientadores e acadêmicos quando houver necessidade;
- VII. Visitar as instituições concedentes de campo de estágio, mantendo contato com seus professores e dirigentes sempre que necessário;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

Seção III – Do Professor/orientador da Disciplina dos Estágios

Artigo 10. Competirá ao professor/orientador do componente de Estágio as seguintes atribuições:

- I. Orientar e dar suporte técnico ao acadêmico estagiário nas distintas fases do estágio, acompanhando, em intervalos regulares, mediante visitas, telefonemas, e-mails ou outras formas, o desenvolvimento do estágio;
- II. Apreciar, analisar, orientar e acompanhar o planejamento e os relatórios, durante o processo de execução do estágio, indicando materiais que auxiliem no embasamento teórico-prático necessário ao seu desenvolvimento;
- III. Decidir pela necessidade (ou não) de escolha de um coorientador em conjunto com o acadêmico;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

IV. Aprovar o plano de estágio, os planos de aula e relatório/artigo antes de encaminhar o estagiário para a próxima etapa do estágio;

V. Participar do Fórum de Socialização do Estágio Supervisionado, nas etapas II e IV, para avaliação de seu orientando;

VI. Emitir notas referentes às atividades inerentes a orientação e conforme formulário aprovado previamente pelo Núcleo Docente Estruturante;

VII. Organizar encontros e reuniões para a definição de ações de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas aos estágios;

VIII. Definir as linhas gerais do planejamento sobre as observações, coparticipação e regências;

IX. Organizar os Fóruns de Socialização nas Etapas II e IV;

X. Receber as avaliações emitidas pela instituição concedente e encaminhar ao setor de supervisão;

XI. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regulamento e demais atos normativos internos.

Artigo 11. A orientação é obrigatória e será realizada por professores do IFC com o compromisso de visita ao local de estágio, podendo a mesma acontecer de forma ocasional e aleatória ou quando se fizer necessária e, ainda,

I. Nas Etapas I e III deve ocorrer uma visita, preferencialmente no início das atividades de estágio, como forma de apresentar o estagiário e dialogar com o professor regente;

II. Nas Etapas II e IV deve ocorrer uma visita durante o período de regência.

Artigo 12. São requisitos para atuar como professor orientador:

I. Ser professor do Campus Concórdia da área do Ensino da Matemática ou Educação Matemática;

II. Dispor de tempo para orientação.

Parágrafo Único: Em casos em que não haja disponibilidade de carga horária para que um docente da área de Educação Matemática/Ensino de Matemática assuma o componente de estágio, um docente da área de Pedagogia poderá ser indicado pelo NDE para a condução das



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

orientações gerais, encontros no IFC, organização e estruturação do processo. Porém, as atividades que necessitem o olhar sobre o conteúdo Matemático (planos de aula, por exemplo) deverão ser atribuídas a um professor da área da Matemática.

Seção IV - Da Instituição concedente do Estágio

Artigo 13. Compete à Instituição Concedente:

- I. Receber o acadêmico para realização do estágio;
- II. Receber e fornecer informações e/ou documentos e materiais necessários;
- III. Encaminhar o acadêmico para a sala de aula e outros setores da escola.

Seção V – Do professor regente de classe da Instituição Concedente

Artigo 14. É necessário que o professor regente de sala tenha habilitação na área de atuação (Licenciado em Matemática).

Artigo 15. Compete ao professor regente de sala:

- I. Acompanhar as atividades que o acadêmico estagiário desenvolve;
- II Analisar o planejamento elaborado pelo acadêmico e aprovado pelo professor orientador, de forma a contribuir e podendo sugerir alterações se necessário;
- III. Avaliar o estagiário e preencher os formulários solicitados pelo IFC logo após a conclusão das atividades do estagiário junto à Instituição Concedente.

Seção VI – Do Acadêmico

Artigo 16. Ao acadêmico compete:

- I. Participar de todas as atividades previstas para o Estágio Curricular Obrigatório em cada uma de suas etapas;
- II. Apresentar plano de estágio e planejamentos de aula, seguindo o cronograma anunciado pelo orientador;



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

- III. Desenvolver as atividades do estágio com responsabilidade, criatividade e senso crítico;
- IV. Observar atentamente a aplicação dos princípios de comunicação, relações humanas e ética profissional;
- V. Ter conhecimento da documentação necessária para a realização do estágio e cumprir o cronograma para entrega dos mesmos e de todas as etapas do Estágio;
- VI. Receber e preencher a documentação necessária;
- VII. Elaborar e entregar as produções escritas em formato digital, conforme orientações do Núcleo Docente Estruturante do Curso ao professor orientador, com antecedência mínima de dez dias úteis da data estipulada para o encerramento da etapa;
- VIII. Ter conhecimento da data, local, horário e tempo, das atividades relacionadas ao estágio;
- IX. Providenciar os recursos materiais necessários para o desenvolvimento do estágio;
- X. Estar presente em todas as orientações agendadas pelo professor orientador;
- XI. Cumprir as normas do presente regulamento e demais normatizações relativas aos Estágios do IFC.

Artigo 17. Nas Etapas I e III o acadêmico não poderá assumir sozinho a docência no campo de estágio, cabendo apenas auxiliar e dar apoio/suporte para os alunos e professor regente, em uma perspectiva de coparticipação.

CAPÍTULO III – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Artigo 18. Para operacionalização do estágio é necessário que se satisfaçam as seguintes condições:

Seção I – Da Matrícula

Artigo 19. O acadêmico deverá estar regularmente matriculado nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, previstas na seção IV deste Regulamento.

I. Para cursar o componente de Estágio Supervisionado II o acadêmico deverá ter cursado e ter sido aprovado nas disciplinas de Matemática Fundamental I, Didática Geral, Laboratório de Ensino de Matemática I, Geometria Plana e Estágio Supervisionado I;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

II. Para cursar o componente de Estágio Supervisionado IV o acadêmico deverá ter cursado e ter sido aprovado nas disciplinas de Matemática Fundamental I, Matemática Fundamental II, Matemática Fundamental III, Didática Geral, Geometria Plana, Laboratório de Ensino de Matemática I, Metodologia de Ensino de Matemática, Geometria Espacial e Estágio Supervisionado III.

III. Para cursar as Etapas III e IV, o acadêmico deverá ter concluído as Etapas I e II.

Seção II – Da Frequência

Artigo 20. A frequência nos componentes de Estágio Supervisionado I, II, III e IV, obedecerá aos seguintes critérios:

I. A frequência exigida nas quatro etapas será de 100% da carga horária, conforme disposto no cronograma dos respectivos componentes, para as atividades presenciais do Curso;

II. No estágio não há justificativa de faltas, excetuando-se os casos previstos na Organização Didática do IFC;

III. No caso de justificativa de faltas prevista no inciso anterior, o acadêmico deverá repor a carga horária correspondente ao período de sua ausência, desde que essa reposição seja estabelecida em acordo com o professor orientador de estágio e a Instituição Concedente;

IV. A carga horária do Estágio Supervisionado, em cada etapa, deverá ser cumprida integralmente, mediante plano de estágio organizado pelo acadêmico sob a orientação e aprovação do professor orientador de estágio.

Seção III – Da Definição do Campo de Estágio

Artigo 21. Os estágios poderão ser realizados em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, em instituições de ensino regular e em diferentes modalidades de ensino que possibilitem a execução da proposta pedagógica programada pelo acadêmico.

Artigo 22. Será permitida a realização de estágio nas instituições com as quais o IFC mantém convênio ou, na medida do possível, no próprio local de trabalho do acadêmico quando este já leciona, desde que não seja na mesma turma em que é regente de classe e em conformidade com a Seção VIII.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
Seção IV - Da Programação e da Duração

Artigo 23. A programação de estágio do Curso Superior de Licenciatura em Matemática compreende um conjunto de atividades previstas no Projeto Pedagógico de Curso, complementada pelo planejamento do Núcleo Docente Estruturante e equipe integrante da estrutura organizacional do estágio.

§ 1º. As atividades de Estágio Supervisionado I e III poderão ser realizadas de forma individualizada ou em duplas.

§ 2º. As atividades de regência nos componentes de Estágio Supervisionado II e IV deverão ser realizadas individualmente.

Artigo 24. O estágio do Curso Superior de Licenciatura em Matemática é um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da Educação em Matemática e deve ser orientado por um professor do IFC de forma a obedecer às seguintes etapas, conforme previsto no Projeto Pedagógico de Curso (2022):

I. *1ª Etapa* - Estágio Supervisionado I - 105h – subdivididas em:

- a) 05 horas destinadas à organização, estruturação e encaminhamento das documentações de estágio junto a Instituição Concedente e ao setor de supervisão de estágios;
- b) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para leitura e discussões de referenciais teóricos, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para as atividades de observação, coparticipação e escrita acadêmica.
- c) No mínimo 20 horas para observação e coparticipação em escolas que contemplem turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental;
- d) No mínimo 30 horas de estudo, análise e reflexão crítica do Projeto Político Pedagógico da escola, do plano de ensino de Matemática e da análise do livro/material didático adotado pela instituição concedente do estágio;
- e) No mínimo 20 horas para estruturação da socialização interna e finalização da escrita acadêmica sobre os resultados do estágio.

II. *2ª Etapa* - Estágio Supervisionado II - 105h – subdivididas em:

- a) 06 horas destinadas à organização, estruturação e encaminhamento das documentações de estágio junto a Instituição Concedente e ao setor de supervisão de estágios;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

- b) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para leitura e discussões de referenciais teóricos, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para as atividades de observação, coparticipação e escrita acadêmica;
- c) 12 horas de planejamento de regências e orientações prévias à intervenção em escola campo de estágio;
- d) No mínimo 12 horas de regência, preferencialmente em uma ou duas das turmas de observação e coparticipação da Etapa 1;
- e) 45 horas para estruturação de apresentação no Fórum de Socialização do Estágio Supervisionado II e escrita acadêmica sobre os resultados do estágio (Relatório Final de Estágio de Ensino Fundamental).

III. 3ª Etapa - Estágio Supervisionado III – 90h – subdivididas em:

- a) 05 horas destinadas à organização, estruturação e encaminhamento das documentações de estágio junto a Instituição Concedente e ao setor de supervisão de estágios;
- b) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para leitura e discussões de referenciais teóricos, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para as atividades de observação, coparticipação e escrita acadêmica.
- c) No mínimo 20 horas para observação e coparticipação em escolas que contemplem turmas do Ensino Médio;
- e) No mínimo 20 horas de estudo, análise e reflexão crítica do Projeto Político Pedagógico da escola, do plano de ensino de Matemática e da análise do livro/material didático adotado pela instituição concedente do estágio;
- f) No mínimo 15 horas para estruturação da socialização interna e finalização da escrita acadêmica sobre os resultados do estágio.

IV. 4ª Etapa - Estágio Supervisionado IV - 105h – subdivididas em:

- a) 06 horas destinadas à organização, estruturação e encaminhamento das documentações de estágio junto a Instituição Concedente e ao setor de supervisão de estágios;
- b) 30 horas a serem cumpridas no IFC, para leitura e discussões de referenciais teóricos, trocas de experiências entre os acadêmicos e orientações para as atividades de observação, coparticipação e escrita acadêmica;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

- c) 12 horas de planejamento de regências e orientações prévias à intervenção em campos de estágio;
- d) No mínimo 12 horas de regência, preferencialmente em uma ou duas das turmas de observação e coparticipação da Etapa III;
- e) 45 horas para estruturação de apresentação no Fórum de Socialização do Estágio Supervisionado IV e escrita acadêmica sobre os resultados do estágio (Relatório Final de Estágio de Ensino Médio).

Subseção I – Da Observação e Coparticipação

Artigo 26. As atividades de observação e coparticipação compreenderão as seguintes ações:

- I. Coleta de dados para reflexões inerentes ao desenvolvimento profissional e escrita acadêmica, assim como conhecimento prévio da turma para os momentos de intervenção (coparticipação e regência);
- II. As Etapas I e III do estágio têm como objetivo a análise reflexiva da prática, por meio de observação e coparticipação de aulas de Matemática no Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio, respectivamente.
- III. Se possível, participar de reuniões pedagógicas e conselhos de classe promovidos pela Instituição Concedente quando autorizado pelo professor e escola, na condição de observador;
- IV. Participar de momentos de planejamento do professor regente, caso seja possível e necessário ao desenvolvimento das atividades de coparticipação.

Subseção II – Do Planejamento

Artigo 27. Mediante coleta de informações realizadas nos estágios de observação e coparticipação (Etapas I e III), o acadêmico criará um diagnóstico balizador para a elaboração dos planejamentos de regência (Etapas II e IV).

Artigo 28. Apenas após a aprovação do planejamento por parte do professor orientador e do professor regente, os quais emitirão parecer e aceite, é que o acadêmico poderá executar as atividades inerentes à regência.



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Artigo 29. O planejamento da regência deverá ser apresentado ao professor orientador com antecedência de, no mínimo, uma semana.

Artigo 30. O planejamento de regência para as Etapas II e IV contemplará as seguintes ações:

- a) Diagnóstico para elaboração, mediante curso das Etapas I e III;
- b) Elaboração de planos de aula, obedecendo o modelo e os critérios orientados nas disciplinas pedagógicas e sinalizado pelo professor orientador;
- c) Produção de material didático-pedagógico e de subsídios teórico-metodológicos necessários à execução dos planos de aula.

Subseção III – Da Regência

Artigo 31. Entende-se por regência as atividades de planejamento, organização didático-metodológica e efetivo exercício de docência em sala de aula.

Artigo 32. O desenvolvimento da regência compreende as ações de planejamento de aula, produção de material para prática, regência de classe, processo de avaliação e escrita.

Subseção IV – Dos Registros

Artigo 33. Os registros de estágio compreendem textos acadêmicos de análise bibliográfica, documental e relato das observações e coparticipações nas etapas I e III e elaboração de artigo científico que contemple o relato da experiência e análise da docência nas etapas II e IV.

Artigo 34. Os acadêmicos produzirão os registros individualmente ou em dupla, conforme a etapa do estágio desenvolvida.

Artigo 35. Os registros serão elaborados conforme roteiro estabelecido pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso.

Artigo 36. Ao término de cada etapa, o acadêmico deverá entregar o documento final, de acordo com cronograma do componente de estágio.

Artigo 37. As produções escritas deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às orientações metodológicas do IFC.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
Parágrafo Único. A entrega dos registros aprovados pelo professor orientador é requisito para conclusão e aprovação nas respectivas etapas.

Subseção V – Do Fórum de Socialização do Estágio Curricular Supervisionado

Artigo 38. A socialização do estágio acontecerá por meio de Fórum de Socialização, após a finalização dos Estágios II e IV, sendo que:

- a) Na Etapa II a socialização do relatório é referente ao estágio nos Anos Finais do Ensino Fundamental;
- b) Na Etapa IV a socialização do relatório é referente ao estágio no Ensino Médio.

CAPÍTULO IV – DA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Artigo 39. Conforme a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, Artigo 1º, Parágrafo Único, e Nota Técnica Nº 01/2025 PROEN/REITORIA, os estudantes da licenciatura que exerçam atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Artigo 40. Neste regulamento estabelece-se que o acadêmico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - Campus Concórdia poderá solicitar dispensa, via requerimento, dos componentes de estágio na:

- a) 1ª Etapa, desde que exerça ou tenha exercido, nos últimos 2 (dois) anos, a atividade de docência na disciplina de Matemática, em turmas de sexto, sétimo, oitavo ou nono Anos do Ensino Fundamental, por um período não inferior a 1 (um) ano letivo;
- b) 3ª Etapa, desde que exerça ou tenha exercido, nos últimos 2 (dois) anos, a atividade de docência, na disciplina de Matemática, em turmas do Ensino Médio, por um período não inferior a 1 (um) ano letivo;
- c) A dispensa deverá ser encaminhada, na forma de requerimento, devidamente documentado, 2 (dois) meses ou 60 dias antes da data de matrícula da etapa que deseja validar.

Artigo 41. O acadêmico deverá anexar ao pedido de validação de estágio (requerimento):

- a) Cópias autenticadas de documentos que comprovem o exercício da docência;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

b) Cópias autenticadas de documentos que indicam a disciplina ministrada, anos/turmas e período trabalhado;

c) Um mínimo de cinco planos de aulas detalhados e exemplos de material didático utilizado.

Artigo 42. A coordenação do curso, em conjunto com o NDE e o professor/orientador de estágio avaliarão a documentação e emitirão parecer sobre a aprovação ou não do pedido de validação do estágio por atividade docente regular na Educação Básica.

Artigo 43. Os requisitos para a análise de validação de estágio por atividade docente regular na Educação Básica são:

a) Documentação completa.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO

Artigo 44. A avaliação do estágio configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e será realizado pelo professor orientador e pelo professor regente de classe da Instituição Concedente.

Artigo 45. A avaliação de cada etapa dar-se-á conforme indicado no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática e conforme critérios adicionais aprovados no seu NDE, com base nos instrumentos e critérios pré-definidos.

Artigo 46. A nota final do estágio, em cada uma de suas Etapas, será composta pela média aritmética ponderada da avaliação do professor orientador (peso 7) e do professor regente de classe da Instituição Concedente (peso 3). Para obter aprovação, o acadêmico deverá atingir nota igual ou superior a sete (7,0).

Parágrafo Único: Os componentes do Estágio Curricular Supervisionado não estão associados à possibilidade de Exame Final, como nas disciplinas do Curso.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 47. O acadêmico que não obtiver nota final superior ou igual a 7,0 (sete) nos componentes de estágio deverá cursá-los novamente.



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Artigo 48. O acadêmico somente poderá cursar as Etapas II e IV, mediante aprovação nas Etapas I e III, respectivamente.

Artigo 49. O roteiro das produções escritas (relatório e outros) serão definidos pelo NDE e professores/servidores envolvidos na equipe da estrutura organizacional do estágio.

Artigo 50. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso e NDE do Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

TÍTULO III – DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Artigo 51. Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido pelo acadêmico como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estagiários que estejam frequentando o ensino regular no IFC.

Artigo 52. Poderão ser campos de estágio não-obrigatório para acadêmicos do Curso Superior de Licenciatura em Matemática escolas e demais instituições que atuem na área educacional, além dos setores e áreas afins do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC.

Artigo 53. Serão consideradas afins ao Curso Superior de Licenciatura em Matemática as atividades compatíveis com o currículo específico, a saber:

- a) São atividades de estágio recomendáveis para a primeira metade do Curso as atividades auxiliares em ambientes educacionais;
- b) São atividades de estágio recomendáveis para a segunda metade do Curso as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de monitorias de aulas de Matemática em ambientes de educação formal e não formal.

Artigo 54. A parte concedente do estágio designará profissional docente de seu quadro funcional para ser supervisor de escola campo de estágio, que deverá ter habilitação ou experiência na área de realização do estágio.

Artigo 55. O acompanhamento, comprovado por vistos nos Programas de Estágio e preenchimento do Relatório de Avaliação do Estágio Não-obrigatório, será atribuição do respectivo curso de Licenciatura, que designará Professor Orientador para tal.

Artigo 56. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo NDE do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, revogando as disposições em contrário.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Concórdia, 20 de março de 2026.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

APÊNDICE 3

**REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E PROCESSOS
EDUCATIVOS - PPE (PPE I – PPE II – PPE III – PPE IV)**

Estabelece normas para a realização de atividades práticas dos componentes de Pesquisa e Processos Educativos no Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – Campus Concórdia.

**CAPÍTULO I – DA PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS E DA SUA
NATUREZA**

Artigo 1. As disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos (PPE) são componentes curriculares obrigatórios do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, sendo que compõem a matriz curricular de forma transversal do primeiro (1º) ao quarto (4º) semestre.

Artigo 2. As disciplinas de PPE têm como objetivos a formação com pesquisa e extensão, bem como a inserção, desde o processo inicial de formação, nos campos de atuação profissional. Procura desenvolver a capacidade investigativa e de produção acadêmica do licenciando, além de contribuir para a sua formação básica, profissional, ética, científica e política.

Artigo 3. As disciplinas de PPE têm o papel de articular os demais componentes curriculares do semestre/fase em uma proposta que contemple a relação ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da Prática como Componente Curricular (PCC), a fim de que favoreça e garanta as vivências dos acadêmicos na docência da Matemática na Educação Básica.

Artigo 4. A carga horária de cada PPE compreende: 30 (trinta) horas de atividades em sala de aula, presenciais, na instituição formadora e; 60 (sessenta) horas de atividades de Prática como Componente Curricular (PCC) nos espaços do exercício da profissão docente.

**CAPÍTULO II – DO(S) CAMPO(S) DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA E
PROCESSOS EDUCATIVOS**

Artigo 5. Os campos de investigação se constituem nos eixos de formação do curso, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Modalidades da Educação e Gestão.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC
CAPÍTULO III – DAS EMENTAS E METODOLOGIA DA PESQUISA E
PROCESSOS EDUCATIVOS

Artigo 6. As propostas construídas e planejadas sob a coordenação dos professores das disciplinas de PPE deverão contemplar o movimento de aproximar os estudantes com a realidade da profissão e, ao mesmo tempo, possibilitar a aprendizagem dos processos de pesquisa, das possibilidades metodológicas, dos instrumentos de constituição de dados, do processo de análise e conclusão inerentes à prática da pesquisa.

Artigo 7. Assim como a pesquisa, a extensão, sob a forma de momentos de intervenção em diferentes espaços e com vistas ao ato educativo, também se constitui enquanto pressuposto na composição das práticas associadas às PPE.

Artigo 8. O “Quadro A” representa a concepção de Curso sobre o trabalho em cada PPE, sugerindo aspectos para pensar o planejamento semestral, cabendo aos professores de cada componente, em cada semestre, assumir um projeto comum de trabalho interdisciplinar e colaborativo.

Quadro A – Concepção de Curso sobre a PPE

Pesquisa e Processos Educativos I	
Componentes associados:	Geometria Plana, História da Educação e Matemática Fundamental I
Orientações metodológicas:	Elaboração de projeto de pesquisa ancorado em uma temática/problema associados a profissão/profissionalização docente. Construção de um instrumento de coleta de informações (questionário), aplicação do instrumento e análise de dados frente ao conteúdo obtido. Desenvolvimento de um resumo simples sobre as atividades executadas.
Natureza da proposta:	Pesquisa
Pesquisa e Processos Educativos II	
Componentes associados:	Educação Especial e Matemática Fundamental II
Orientações metodológicas:	Elaboração de projeto de pesquisa ancorado nas temáticas transversais, sob objetivo de análise documental frente a materiais didáticos (livros, apostilas, entre outros), utilizados por professores nas escolas e/ou entrevista com professores. Fórum de Temáticas Transversais. Desenvolvimento de um resumo expandido acerca das atividades



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

	realizadas.	
Natureza da proposta:	Pesquisa e Extensão	
Pesquisa e Processos Educativos III		
Componentes associados:	Educação Financeira e Políticas Públicas em Educação	
Orientações metodológicas:	Elaboração de um projeto de pesquisa sobre os saberes dos professores de Matemática ou sobre o desenvolvimento profissional associado às políticas públicas de formação e valorização docente. Construção e aplicação de instrumento de coleta de dados e análise de seus resultados. Escrita científica. Fórum de Políticas Públicas e Valorização Docente.	
Natureza da proposta:	Pesquisa e Extensão	
Pesquisa e Processos Educativos IV		
Componentes associados:	Didática Geral e Laboratório de Ensino de Matemática I	
Orientações metodológicas:	Elaboração de projeto de pesquisa associado a temática avaliação. Construção de instrumento de coleta de informações, aplicação do instrumento e análise de dados frente ao conteúdo obtido. Desenvolvimento de um artigo sobre as atividades executadas. Participação em perspectiva colaborativa entre estudante e escola em momentos de avaliação (conselhos, aulas e outras situações).	
Natureza da proposta:	Pesquisa e Extensão	

CAPÍTULO IV – DAS FORMAS DE PLANEJAR, MINISTRAR, ACOMPANHAR E ORIENTAR

Artigo 8. Para o desenvolvimento das orientações metodológicas é importante o planejamento coletivo dos professores no início de cada semestre, num movimento de projeção de estratégias de articulação entre as disciplinas, dos roteiros para planejamento e registro das atividades, da produção textual e da socialização das experiências.

Artigo 9. O professor(es) das disciplinas, além de ministrar os conteúdos previstos na ementa, é (são) responsável(is) por coordenar o planejamento da proposta de PCC junto aos demais professores dos componentes associados em cada fase/semestre.



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Artigo 10. Cada PPE poderá ser conduzida por 2 (dois) professores, atribuindo a cada um a carga horária relativa à totalidade da disciplina, desde que haja quantitativo de matrículas superior a 10 estudantes.

Parágrafo Único: A garantia das PPE serem trabalhadas por 2 (dois) docentes é garantida pela...

Artigo 11. O acompanhamento das atividades e orientação da PCC dar-se-á pelo(s) professor(es) das disciplinas, com a coorientação dos demais professores dos componentes associados em cada fase/semestre, garantindo a estes a previsão de carga horária de coorientação conforme normativa em curso do IFC.

Artigo 12. Cabe ao(s) professor(es) das disciplinas de PPE a administração burocrática, tais como registros, contato com escolas, documentos para encaminhamento dos licenciandos, acompanhamento das práticas no campo de atuação docente, entre outros.

Artigo 13. Os instrumentos de planejamento e as produções dos licenciandos deverão ser armazenados em arquivo digital, junto à coordenação do curso, para fins de comprovação das práticas realizadas.

Parágrafo Único: Cabe ao estudante o compilamento de documentos e envio de arquivo digital para o(s) professor(es) da disciplina de PPE, o qual deverá, ao final do semestre, encaminhar à coordenação do curso para armazenamento na nuvem eletrônica.

Artigo 14. Caberá aos professores formadores incentivar a publicação da produção resultante das práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo das PPE.

CAPÍTULO V – DA AVALIAÇÃO DA PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS

Artigo 15. A avaliação e seus critérios deverão ser definidos pelos professores no planejamento do início de cada semestre, explicitados no Plano de Curso e aprovado em NDE.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 16. Os casos omissos serão discutidos no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e homologados pelo Colegiado de Curso.

Artigo 17. A presente regulamentação poderá ser readequada às necessidades do curso, de acordo com as avaliações semestrais dos professores envolvidos junto ao NDE.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Concórdia, 13 de julho de 2026.



**Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC**

APÊNDICE 4

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARIZÁVEIS DE
EXTENSÃO E DE PESQUISA NO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA
EM MATEMÁTICA DO CAMPUS CONCÓRDIA**

Regulamenta a curricularização da pesquisa e da extensão no Curso Superior de Licenciatura em Matemática contemplada na Matriz Curricular 2022, a partir de 2023.

As Atividades Curricularizáveis de Extensão e de Pesquisa estão definidas na matriz curricular e no item específico sobre a curricularização da extensão e/ou da pesquisa referentes ao PPC de 2022 vigente a partir de 2023, previamente aprovado pelo Colegiado de Curso e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe).

**CAPÍTULO I – DA CONCEPÇÃO DE PESQUISA E DE EXTENSÃO NO
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

Artigo 1. Concebe-se a curricularização da pesquisa e da extensão enquanto pressuposto formativo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, com vistas a uma interação mais aproximada do IFC e de seus estudantes com os demais setores da sociedade, em particular as instituições de educação.

Artigo 2. As disciplinas que se agregam entre diferentes componentes curriculares e que demarcam ações de pesquisa e de extensão, do início ao fim do Curso Superior de Licenciatura em Matemática, têm papel de promover a aproximação entre o futuro professor e as situações de atuação profissional no intento de tornar o pressuposto de aproximação (Artigo 1) exequível.

Artigo 3. Os componentes que apresentam natureza de pesquisa e de extensão e que ocorrem no mesmo semestre, deverão promover articulação de forma a garantir a interdisciplinaridade curricular.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

CAPÍTULO II – DOS COMPONENTES E DAS AÇÕES DE PESQUISA E DE EXTENSÃO

Artigo 4. Na matriz curricular do Curso Superior de Licenciatura em Matemática a curricularização da pesquisa e da extensão dar-se-á a partir de componentes isolados ou de modo interdisciplinar, ou seja, componentes que agregam somente a natureza da pesquisa, outros somente componentes da extensão e outros que mesclam as duas dimensões.

Artigo 5. A distribuição das atividades de pesquisa e de extensão serão organizadas da seguinte forma:

I. A iniciação a pesquisa dar-se-á no primeiro semestre/fase do Curso, nas atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina de “Pesquisa e Processos Educativos I” (PPE I). O componente caracteriza-se como de curricularização da pesquisa em sua totalidade, por tratar das questões metodológicas e técnicas da pesquisa, estudos teóricos sobre concepção de ciência e constituição do conhecimento. Confere a primeira experiência sobre um projeto de pesquisa, sua constituição, elaboração de instrumento, tratamento de dados e escrita científica, tanto na perspectiva das aulas na instituição, quanto nas tarefas atreladas à Prática como Componente Curricular (PCC). A Prática como Componente Curricular, conforme regulamento próprio (Apêndice 3), deverá configurar a integração dos componentes Matemática Fundamental I e Geometria Plana, culminando com a organização de um Fórum/Seminário.

II. No segundo semestre/fase, a pesquisa e a extensão dar-se-ão através dos componentes de “Pesquisa e Processos Educativos II” (PPE II) e “Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão”, pela natureza do conteúdo de seus e mentários. Na perspectiva da primeira, a “PPE II”, agrega-se atividades associadas a pesquisa, na medida em que, desde o marco inicial de seu programa, investigam-se os temas transversais, determinam-se análises documentais sobre suas aplicações no âmbito dos materiais didático-pedagógicos acessados cotidianamente pelos professores de Matemática da Educação Básica e estabelecem-se diálogos *in loco* para compreender, desde os discursos dos profissionais em exercício, a importância e a efetividade das temáticas no cotidiano da escola. Os resultados da pesquisa poderão ser socializados via Fórum/Seminário. Aliado ao anterior, o componente de “Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão” interage nas discussões sobre respeito e diálogo na perspectiva da diversidade e, desta relação, concebe-se o desenvolvimento de: Fórum, planejado e organizado pelos estudantes e professores com convite à comunidade; ou Mostra de trabalhos oriundos dos estudos interdisciplinares realizados, destinado ao público externo; ou Oficina de capacitação de professores auxiliares, atuantes na Educação Básica. A disciplina de Matemática Fundamental II agrega-se à proposta da PCC, estando, portanto, indiretamente associada aos dois componentes anteriores.

III. No terceiro semestre/fase, pesquisa e extensão novamente estão agregadas, respondendo aos componentes de “Pesquisa e Processos Educativos III” (PPE III), “Educação Financeira” e “Políticas Públicas em Educação”. A disciplina de Educação Financeira, entre outras coisas, aborda conhecimentos e técnicas do uso da calculadora científica e/ou financeira o que vincula-se aos saberes pedagógicos da docência trabalhados no âmbito da PPE III. Considerando o exposto, o olhar crítico sobre os saberes e ações dos professores à luz das políticas em educação, remete a necessidade de reflexões sobre as concepções políticas e sociológicas sobre o professor e sua profissionalização. Assim, vislumbra-se que PPE III, “Educação Financeira” e “Políticas Públicas em Educação” desenvolvam uma articulação que culmine em momento de socialização por meio de: Fórum/Seminários ou Oficina ou Mostra, planejado por professores e estudantes e aberto à comunidade externa.

IV. No quarto semestre/fase, “Didática Geral”, “Laboratório de Ensino de Matemática I” (LEM I) e “Pesquisa e Processos Educativo IV” (PPE IV) abarcam a curricularização da extensão e da pesquisa. A disciplina de Didática Geral, entre outras coisas, discute as ações dos professores, planejamento e organização de tarefas, o que vincula-se aos elementos trabalhados no âmbito da PPE IV. Nesse sentido, considerando a perspectiva extensionista da Didática Geral e da disciplina LEM I, entende-se o desenvolvimento de: planos de aula e oficinas e/ou minicursos; ou planejamento e construção de jogos associados aos elementos discutidos em Didática Geral para desenvolvimento em oficina e/ou minicursos. No contexto da pesquisa, a PPE IV, articulada aos demais componentes indicados, deverá pensar em estratégias de coleta de informações, tratamento de dados e apresentação de Fórum/Seminário a partir da temática de avaliação.

V. No quinto semestre/fase, “Tecnologias no Ensino de Matemática” (TEM) e “Laboratório de Ensino de Matemática II” (LEM II) deverão integrar-se de modo a promover oficinas e/ou minicursos e/ou fóruns e/ou mostras sobre o uso de materiais didáticos e tecnologias para a Educação Básica.

VI. No sexto semestre/fase o componente imbricado nas atividades de pesquisa e de extensão e “Metodologias do Ensino de Matemática” e este deve associar-se ao componente de Estágio Supervisionado II, culminando na apresentação de seminário (de estágio).

VII. No sétimo semestre/fase, “Gestão Educacional” e “Matemática Aplicada no Ensino de Ciências” constituem, de modo independente, as atividades de extensão e de pesquisa (respectivamente). Na Gestão Educacional poderá haver a organização de uma Mesa Redonda e/ou Entrevista com gestores de diferentes esferas e níveis educacionais. No âmbito da Matemática Aplicada no Ensino de Ciências, cabe a análise materiais didático-pedagógicos, tais como livros, apostilas, manuais, entre outros, de forma a perceber as relações existentes entre a Matemática e as outras Ciências, tais como Física, Química, História e Biologia, e suas dimensões de utilização, seja com fins interdisciplinares ou de contextualização do conhecimento, levantando possibilidades de integração e complexificação do conhecimento. Os resultados poderão ser organizados no formato de um texto acadêmico (trabalho completo ou resumo expandido).

VIII. No oitavo semestre/fase a disciplina de Libras tem papel de trazer a extensão para a formação do professor. Através do itinerário trabalhado, é possível desenvolver relações entre a universidade, instituições e sujeitos, seja através de visitas colaborativas com vistas às discussões coletivas sobre a área de conhecimento e/ou oficinas e/ou produção de material acadêmico para divulgação externa e/ou mostras de materiais produzidos.

**CAPÍTULO III - DESCRIÇÃO DA CARGA HORÁRIA ESPECÍFICA
DESTINADA PARA ATIVIDADES CURRICULARIZÁVEIS DE EXTENSÃO
E DE PESQUISA DEFINIDAS NA MATRIZ CURRICULAR DO PPC DE 2022**

Artigo 6. As atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa estão apresentadas na matriz curricular do Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Matemática, aprovado no ano de 2022 e com implantação a partir de 2023, com legitimação do Colegiado de Curso e CONSEPE.

Artigo 7. O desenho das atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa, tal como apresentado no PPC, obedece a estruturação apresentada no seguinte quadro:

Código	Disciplina	Carga Horária Total	Carga Horária Pesquisa	% Pesquisa	Carga Horária Extensão	% Extensão
LMD0404	Pesquisa e Processos Educativos I	90	90	100	-	-
LMD0409	Pesquisa e Processos Educativos II	90	90	100	30	33
LMD0413	Pesquisa e Processos Educativos III	90	90	100	30	33
LMD0421	Pesquisa e Processos Educativos IV	90	90	100	30	33
LMD0420	Laboratório de Ensino de Matemática I	90	-	-	30	33
LMD0425	Laboratório de Ensino de Matemática II	90	-	-	30	33
LMD0426	Metodologia de Ensino de Matemática	90	90	100	30	33
LMD0432	Tecnologias no Ensino de Matemática	90	30	33	30	33
LMD0438	Matemática Aplicada no Ensino de Ciências	60	60	100	-	-
LMD0	Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	60	-	-	30	33

406						
LMD0 411	Didática Geral	60	-	-	15	16, 5
LMD0 414	Políticas Públicas em Educação	60	-	-	15	16, 5
LMD0 418	Educação Financeira	60	-	-	15	16, 5
LMD0 437	Gestão Educacional	60	-	-	30	50
LMD0 442	Libras	60	-	-	15	16, 5
Total			540h		330h	

Fonte: PPC, 2022, p.44.

CAPÍTULO IV - ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS PREVISTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARIZÁVEIS DE EXTENSÃO E DE PESQUISA NO CURSO

Artigo 8. A Resolução nº 013/2022 do Consuper/IFC para implementação das atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa define as três formas pelas quais deve ser dar as ações, sejam elas em:

- I – componente curricular específico;
- II - parte da carga horária de componente curricular;
- III - atividades acadêmicas de extensão e/ou pesquisa.

Artigo 9. Em acordo com a Resolução nº 013/2022 do Consuper/IFC, o Curso Superior de Licenciatura em Matemática abarca as três formas de desenvolvimento das atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa, sendo suas particularidades em cada componente e/ou atividade curricular descritas nos quadros que seguem:

I - Componente curricular específico: componente curricular que destina carga horária integralmente para curricularização da extensão e/ou de pesquisa			
Nome do componente curricular:	Pesquisa e Processos Educativos I		
Carga horária da curricularização da extensão:	---		
Carga horária da curricularização da pesquisa:	90h		
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)	---		
Semestre:	1º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e professores da educação básica.
Conteúdo:	Fundamentos da Pesquisa Científica. Ciência e Conhecimento. Epistemologia da Pesquisa Educacional. A pesquisa na perspectiva científica e educativa para o professor de Matemática. Normas Técnicas para a Pesquisa. Estudo, leitura e produção textual.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada, com trabalhos individuais e em grupo, contando com o estudo e organização de uma pesquisa científica, desde sua organização, implementação, análise e apresentação dos resultados. Na escolha das temáticas e dos tipos de pesquisa, poderão ocorrer debates, júris simulados, organização de mapas mentais, uso de tecnologias e outras formas de apresentações orais ou escritas a critério do professor. Conforme regulamento, o componente deverá integrar discussões com Matemática Fundamental I e Geometria		

	Plana, especialmente na escolha das temáticas que comporão as pesquisas. O detalhamento metodológico ficará a critério do professor da disciplina.		
Avaliação:	A avaliação se dará a partir de trabalhos em equipe e individuais, apresentações orais, constituição de projeto de pesquisa, bem como sua implementação, seguida de escrita científica. Haverá também, conforme o regulamento, Seminário/Fórum aberto ao público no encerramento da disciplina. Também poderão ser indicadas outras formas de avaliação, a critério do professor da disciplina.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Além disso, conforme regulamento, ao final da oferta do componente será encaminhado à coordenação de curso um compilado com os materiais - projetos de pesquisa e escrita científica e outros que comprovem o		
	desenvolvimento das atividades de pesquisa. Haverá incentivo para que os resultados das pesquisas sejam enviados para publicação em eventos e revistas da área da Educação Matemática.		
Nome do componente curricular:		Pesquisa e Processos Educativos II	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		90h	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		—	
Semestre:	2º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e professores da educação básica.
Conteúdo:	A formação profissional do professor de Matemática na perspectiva das diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, da inclusão, dos direitos humanos e da educação ambiental.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. Pesquisa documental sobre os temas transversais e possibilidade de pesquisa in loco. Desenvolvimento de atividade destinada ao público interno e externo.		

Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina. Acompanhamento processual das atividades de pesquisa e de extensão.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Ao final da disciplina, os materiais oriundos das produções dos alunos serão compilados e encaminhados para arquivamento pela coordenação. Incentivo a publicação das produções em eventos e periódicos.		
Nome do componente curricular:		Pesquisa e Processos Educativos III	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		90h	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		—	
Semestre:	3º	Público-alvo:	Professores, estudantes e comunidade
Conteúdo:	Epistemologia do professor de Matemática. Saberes docentes. Educação Matemática. Crítica. Educação Matemática como campo profissional e científico. Políticas públicas de formação e valorização docente.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada, com trabalhos individuais e em grupo, contando com o estudo e organização de uma pesquisa científica, desde sua organização, implementação, análise e apresentação dos resultados, cujas temáticas poderão ser sobre “Os saberes docentes do professor de Matemática” ou “Políticas públicas de formação e valorização docente”. Na distribuição das temáticas e dos tipos de pesquisa, poderão ocorrer debates, júris simulados, organização de mapas mentais, uso de tecnologias e outras formas de apresentações orais ou escritas a critério do professor. Conforme regulamento, o componente deverá integrar discussões com Educação Financeira e		

	Políticas Públicas em		
	Educação, especialmente no estudo e aprofundamento das temáticas que comporão as pesquisas. O detalhamento metodológico ficará a critério do professor da disciplina.		
Avaliação:	A avaliação se dará a partir de trabalhos em equipe e individuais, apresentações orais, constituição de projeto de pesquisa, bem como sua implementação, seguida de escrita científica. Haverá também, conforme o regulamento, Seminário/Fórum aberto ao público no encerramento da disciplina. Também poderão ser indicadas outras formas de avaliação, a critério do professor da disciplina.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Além disso, conforme regulamento, ao final da oferta do componente será encaminhado à coordenação de curso um compilado com os materiais - projetos de pesquisa e escrita científica e outros que comprovem o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão. Haverá incentivo para que os resultados das pesquisas sejam enviados para publicação em eventos e revistas da área da Educação Matemática.		
Nome do componente curricular:		Pesquisa e Processos Educativos IV	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		90h	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		—	
Semestre:	4º	Público-alvo:	Estudantes da Licenciatura e da educação básica.
Conteúdo:	Concepções de Avaliação. Avaliação à luz da legislação e das tendências/metodologias em Educação Matemática. Avaliação e sua relação com o planejamento didático.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. A articulação entre/com os dois componentes “Laboratório de Ensino de Matemática I” e “Didática da Matemática” é premissa na realização de uma pesquisa em/sobre		

	aspectos de avaliação da aprendizagem em escolas de educação básica, que pode abarcar desde concepções docentes, percepções de estudantes ou instrumentos de avaliação.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição com arquivamento das produções pela coordenação de curso.		
Nome do componente curricular:		Metodologia de Ensino de Matemática	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		90h	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		—	
Semestre:	5º	Público-alvo:	Estudantes da Licenciatura e da educação básica.
Conteúdo:	Possibilidades metodológicas da Resolução de Problemas, da História da Matemática, da Modelagem Matemática, da Etnomatemática, dos Jogos e da Investigação Matemática para o ensino de Matemática na Educação Básica.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada, com trabalhos individuais e em grupo, contando com o estudo das temáticas da ementa e organização de Seminários Teóricos. O componente, seguindo o regulamento da Prática como Componente Curricular, será responsável por articular a escrita, desenvolvimento e análise de um projeto a ser implementado em escolas de Educação Básica da região. Na escolha e distribuição das tendências e metodologias, poderão ocorrer debates, júris simulados, organização de mapas mentais, uso de tecnologias e outras formas de apresentações orais ou escritas a critério do professor. Conforme regulamento de curricularização de pesquisa e extensão, o componente deverá integrar discussões com Estágio Supervisionado III, culminando com a apresentação de um Seminário. O detalhamento metodológico ficará a critério do professor da disciplina.		
	A avaliação se dará a partir de trabalhos em equipe e individuais, apresentações orais no formato de Seminário Teórico, constituição de		

Avaliação:	projeto, bem como sua implementação, seguida de escrita científica. A atividade final se dará a partir de um Seminários/Fórum. Também poderão ser indicadas outras formas de avaliação, a critério do professor da disciplina.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Caberá ao professor da disciplina o arquivamento das produções finais dos estudantes, bem como o incentivo para que os resultados das práticas e pesquisas sejam enviados para publicação em eventos e revistas da área da Educação Matemática.		
Nome do componente curricular:		Tecnologias no Ensino de Matemática	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		90h	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		—	
Semestre:	6º	Público-alvo:	Estudantes da Licenciatura e da educação básica.
Conteúdo:	Estudo do movimento histórico da disseminação e inserção das tecnologias na Educação e na Educação Matemática. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática. Cultura digital. Internet e Educação. Ambientes virtuais de aprendizagem. Objetos virtuais de aprendizagem. Softwares no ensino de Matemática.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. O componente deve vincular-se à disciplina de Laboratório de Ensino de Matemática I, de modo a integrar as ações.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor		

	ministrante da disciplina. Acompanhamento permanente das atividades e participação ativa nos momentos coletivos.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Os materiais produzidos devem ficar de posse e arquivamento do professor responsável no semestre. Haverá incentivo à publicação e participação em eventos.		
Nome do componente curricular:		Matemática Aplicada no Ensino de Ciências	
Carga horária da curricularização da extensão:		—	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		60h	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		—	
Semestre:	7º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Linguagem e representação matemática. O papel da Matemática na constituição do conhecimento nas Ciências. Matemática, interdisciplinaridade e contextualização do conhecimento. Fenômenos científicos e linguagem matemática.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo, investigações e/ou análises sobre materiais didático-pedagógicos da área da Matemática, de modo a perceber as relações existentes entre a Matemática e as outras Ciências. Pesquisa e análises a partir de materiais didáticos sobre elementos interdisciplinares farão parte da temática de pesquisa da disciplina, culminando em produção escrita.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Serão produzidos textos acadêmicos oriundos da pesquisa com objetivo de publicação posterior e arquivamento pelo professor responsável pela disciplina em cada semestre.		

II – Parte da carga horária do componente curricular: componente curricular que prevê parte da carga horária para atividades curricularizáveis de extensão e/ou de pesquisa			
Nome do componente curricular:		Laboratório de Ensino de Matemática I	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		---	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		---	
Semestre:	4º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Noções básicas sobre os conceitos matemáticos na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Planejamento e organização do processo de ensino e de aprendizagem de matemática para os anos finais do ensino fundamental e Educação Inclusiva. Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e reflexão, bem como produção textual. Documentos oficiais norteadores do ensino fundamental.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada, com trabalhos individuais e em grupo, contando com o estudo das temáticas da ementa. Nas discussões sobre os elementos da ementa, poderão ocorrer debates, júris simulados, organização de mapas mentais, uso de tecnologias e outras formas de apresentações orais ou escritas a critério do professor. No		
	desenvolvimento da disciplina, em articulação com o componente de Didática da Matemática, serão criados materiais didáticos e jogos matemáticos que, posteriormente, serão utilizados em oficinas ou mini cursos em escolas de Educação Básica da região. Tais práticas resultarão da escrita prévia de projeto e, posteriormente, na sistematização de um artigo ou resumo expandido. Os resultados finais da disciplina serão apresentados por meio de um Seminário Temático ou Fórum.		
Avaliação:	A avaliação se dará a partir de trabalhos em equipe e individuais, apresentações orais, constituição de projeto, bem como sua implementação, seguida de escrita científica. Os estudantes serão estimulados à construção de portfólios, materiais didáticos ou sequências didáticas. Haverá Seminário/Fórum aberto ao público no encerramento da disciplina. Também poderão ser indicadas outras formas de avaliação, a critério do professor da disciplina.		
	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Os materiais criados pelos estudantes serão disponibilizados em cópia física no espaço do Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) do campus e		

Registro:	de forma virtual no site da Instituição, para consulta do público. Esses materiais poderão compor Mostras e Oficinas disponibilizadas pelo LEM em momentos posteriores à oferta do componente. Caberá ao professor da disciplina o arquivamento das produções escritas finais dos estudantes, bem como o incentivo para que os resultados das práticas sejam enviados para publicação em eventos e revistas da área da Educação Matemática.		
Nome do componente curricular:		Laboratório de Ensino de Matemática II	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		---	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		---	
Semestre:	5º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Planejamento e organização do processo de ensino e de aprendizagem de matemática para o ensino médio (acadêmico e técnico profissionalizante), Educação de Jovens e Adultos e Educação Inclusiva. Produção de recursos didáticos: criação, experimentação e reflexão, bem como produção textual. Documentos oficiais norteadores do ensino médio.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada, com trabalhos individuais e em grupo, contando com o estudo das temáticas da ementa. Nas discussões sobre os elementos da ementa, poderão ocorrer debates, júris simulados, organização de mapas mentais, uso de tecnologias e outras formas de apresentações orais ou escritas a critério do professor. No desenvolvimento da disciplina, em articulação com o componente de Tecnologias no Ensino da Matemática, serão criados materiais didáticos e jogos matemáticos que, posteriormente, serão utilizados em oficinas ou mini cursos em escolas de Educação Básica da região. Tais práticas resultarão da escrita prévia de projeto e, posteriormente, na sistematização de um artigo ou resumo expandido. Os resultados finais da disciplina serão apresentados por meio de um Seminário Temático ou Fórum.		
	A avaliação se dará a partir de trabalhos em equipe e individuais, apresentações orais, constituição de projeto, bem como sua implementação, seguida de escrita científica. Os estudantes serão estimulados à construção de portfólios, materiais didáticos ou sequências		
Avaliação:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Os materiais criados pelos estudantes serão disponibilizados em cópia física no espaço do Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) do campus e		

Registro:	de forma virtual no site da Instituição, para consulta do público. Esses materiais poderão compor Mostras e Oficinas disponibilizadas pelo LEM em momentos posteriores à oferta do componente. Caberá ao professor da disciplina o arquivamento das produções escritas finais dos estudantes, bem como o incentivo para que os resultados das práticas sejam enviados para publicação em eventos e revistas da área da Educação Matemática.		
Nome do componente curricular:		Educação Especial: concepções, sujeitos e processos de inclusão	
Carga horária da curricularização da extensão:		30h	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		---	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		---	
Semestre:	2º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Fundamentos e concepções da Educação Especial. História e Política da Educação Especial no Brasil. Organização do trabalho pedagógico e os processos de inclusão: sujeitos da educação especial, currículo e processos avaliativos. O atendimento educacional especializado como apoio aos professores do ensino comum, acessibilidade nos espaços educacionais. Tecnologia Assistiva e Desenho Universal.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. Estabelecer vínculo metodológico com a disciplina de PPE II, que aborda as temáticas transversais, assim como as atividades potencialmente coletivas.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina. As atividades coletivas poderão ser avaliadas de forma integrada com os outros componentes articulados.		

Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição.		
Nome do componente curricular:	Didática Geral		
Carga horária da curricularização da extensão:	15		
Carga horária da curricularização da pesquisa:	–		
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)	–		
Semestre:	3º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processos de ensino–aprendizagem. Planejamento: níveis e estrutura básica. Avaliação do ensino e da aprendizagem.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates,		
	seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, planejamento de aulas, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. Organização de aulas e desenvolvimento delas com a própria turma ou como for combinado entre a turma e professor ministrante. Trabalho interdisciplinar com a disciplina de PPE IV, a ser combinado com o professor responsável, podendo ser seminário coletivo, desenvolvimento de pesquisas, ou outro combinado que os professores optarem em realizar coletivamente envolvendo as turmas.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular		

	serão registrados no sistema acadêmico da instituição.		
Nome do componente curricular:		Políticas Públicas em Educação	
Carga horária da curricularização da extensão:		15	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		–	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		–	
Semestre:	3º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Legislação da educação brasileira. Estrutura e organização da educação brasileira. Financiamento da educação.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. Organização de aulas e desenvolvimento delas com a própria turma ou como for combinado entre a turma e professor ministrante. Trabalho interdisciplinar com a disciplina de PPE III, a ser combinado com o professor responsável, podendo ser seminário coletivo, desenvolvimento de pesquisas, ou outro combinado que os professores optarem em realizar coletivamente envolvendo as turmas.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina. Participação em seminários coletivos e integrados aos demais componentes.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição.		
Nome do componente curricular:		Educação Financeira	
Carga horária da curricularização da extensão:		15	

Carga horária da curricularização da pesquisa:		–	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		–	
Semestre:	4º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Noções Básicas de Finanças e Economia. Finança Pessoal e Familiar, sistema de amortização, análise de investimentos e impostos. Análise das políticas nacionais para Educação Financeira na Educação Básica. Letramento financeiro e as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que envolvem a Educação Financeira.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. Planejamento e desenvolvimento de atividades vinculadas a Políticas Públicas e Educação e PPE III.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina. Acompanhamento de produções (planos e relatórios e seminários) realizados a partir das práticas integradas.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição.		
Nome do componente curricular:		Gestão Educacional	
Carga horária da curricularização da extensão:		30	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		–	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		–	

Semestre:	7º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e escolas de educação básica
Conteúdo:	Gestão educacional: fundamentos e princípios. Gestão democrática. O ideário do Estado e suas implicações para os sistemas de ensino. Planejamento institucional. A relação entre os entes federados e a garantia do direito à educação. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.		
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. Realização de atividades envolvendo gestores das redes de ensino, podendo ser seminário, entrevista, roda de conversa, ou a critério do professor ministrante.		
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina.		
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Acompanhamento processual das atividades desenvolvidas.		
Nome do componente curricular:		Libras	
Carga horária da curricularização da extensão:		15	
Carga horária da curricularização da pesquisa:		–	
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)		–	
Semestre:	8º	Público-alvo:	Estudantes da licenciatura e comunidade externa.
Conteúdo:	Comunidades surdas: história, culturas e identidades. Educação de surdos: políticas linguísticas e educacionais. Surdez e aquisição da linguagem. Educação bilíngue e metodologias de ensino para surdos.		

	Introdução à estrutura linguística da Libras. Noções básicas da Libras: estudo do léxico, dêiticos, produção e compreensão de sentenças simples do cotidiano.
Metodologia:	Aulas de natureza expositiva dialogada e/ou trabalhos individuais e em grupo e/ou propostas investigativas e/ou organização de debates, seminários, júris simulados, mapas conceituais/mentais, uso de tecnologias, atividades escritas e apresentações/comunicações e/ou a critério do professor ministrante da disciplina. Promoção de atividades, tais como visitas colaborativas com vistas às discussões coletivas e/ou oficinas e/ou produção de material acadêmico para divulgação externa e/ou mostras de materiais produzidos.
Avaliação:	Utilização de instrumentos tais como: provas objetivas e/ou dissertativas, individuais e/ou grupo; apresentações orais; pontualidade, assiduidade e qualidade no desenvolvimento das tarefas; participação nas discussões e demais atividades; escritas científicas; ou outros a critério do professor ministrante da disciplina. Análise sobre as produções de materiais (quando houver).
Registro:	Os elementos vinculados ao desenvolvimento do componente curricular serão registrados no sistema acadêmico da instituição. Criação de acervo digital mediante relatório com material produzido, imagens, etc, arquivado pelo professor do componente.

III – Atividade acadêmica: atividades curricularizáveis de extensão e/ou de pesquisa, previamente definidas na matriz curricular, posteriormente creditadas no currículo do estudante.	
Nome da atividade:	Semana Acadêmica da Licenciatura em Matemática_*ano*
Carga horária da curricularização da extensão:	30 horas
Carga horária da curricularização da pesquisa:	–
Carga horária da curricularização da extensão e da pesquisa (integradas)	–

Semestre:	7º	Público-alvo:	Estudantes e professores das licenciaturas e comunidade externa.
Modalidade:	Evento interno e externo (público)		
Conteúdo:	Saberes das áreas que abrigam a Licenciatura em Matemática, tais como temas gerais da Educação e da Educação Matemática, da Matemática Básica, Pura e Aplicada, das Tecnologias, Metodologias e Tendências da Educação Matemática, entre outros. Poderá abarcar, ainda, atividades culturais, de socialização, integração ou confraternização.		
Metodologia:	Uma comissão organizadora composta por estudantes da sétima fase do curso e pelo menos dois professores deverá ser constituída e legitimada através de Portaria no início de cada semestre. A comissão será responsável pela organização e execução do evento, incluindo cronograma e atividades, convite aos participantes, controles de frequência, emissão de certificação, coleta de dados sobre o evento (avaliação) e construção de relatório. O presidente da comissão deverá ser, obrigatoriamente, um docente em efetivo exercício do curso nos últimos 12 meses.		
Avaliação:	Controle da participação dos membros discentes da comissão por parte do presidente da comissão organizadora; desempenho de tarefas designadas; participação no evento e entrega coletiva de relatório do evento.		
Registro:	Certificação mediante emissão de Portaria Institucional e Declaração advinda da coordenação de curso ao final da atividade, mediante recebimento de email do presidente da comissão organizadora sobre parecer de execução exitosa das tarefas.		

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 10. Este regulamento entra em vigor na data de aprovação pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC Campus Concórdia.

Concórdia, 22 março de 2024.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

APÊNDICE 5

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA - RP**

Estabelece normas para a realização do Programa de Residência Pedagógica (RP) no Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC – Campus Concórdia, para fins de validação dos estágios supervisionados em suas quatro etapas (total e/ou parcial).

CAPÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO

Artigo 1. O presente documento regulamenta as atividades do Programa de Residência Pedagógica (RP) do curso de Matemática - Licenciatura do Instituto Federal Catarinense – IFC *Campus Concórdia*.

Artigo 2. A regulamentação constante neste documento está de acordo com a Lei nº 12.796/2013 e com as Portarias Normativas nº38/2018 CAPES, que institui o Programa de Residência Pedagógica; nº158/2017 CAPES, que dispõe sobre a participação das Instituições de Ensino Superior nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica; nº259/2020 CAPES, que dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e; nº19/2021 CONSEPE IFC, que reconhece o Programa de RP para fins de aproveitamento e equivalência dos Estágios Supervisionados de Licenciatura.

Artigo 3. O Programa de Residência Pedagógica (RP) é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento do Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

CAPÍTULO II – DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DE PEDAGÓGICA (RP)

Artigo 4. O Programa de RP, de acordo com a legislação supracitada e a Portaria Gab. nº45, de 12 de março de 2018, deverá ser acompanhado pelo coordenador do programa, pelo preceptor, devidamente registrado na Plataforma CAPES de Educação Básica.

Artigo 5. O Programa de RP é uma atividade que prevê bolsa de estudos aos discentes, observados os seguintes princípios:

I – Inscrição e registro, conforme regramento dos Editais do Instituto Federal Catarinense (IFC);

II – Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

III – Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no Programa de RP, além das previstas no “Subprojeto área de Matemática”.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

A rtigo 6. São objetivos do Programa de Residência Pedagógica:

I - Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;

II - Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;

III - Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;

IV - Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

V - Possibilitar a imersão planejada e sistemática dos alunos de licenciatura em ambiente escolar com vistas a vivência e a experimentação de situações concretas do cotidiano escolar e da sala de aula, para posterior reflexão sobre a articulação entre teoria e prática;

VI - Inserir o licenciando no futuro campo de trabalho de modo a construir um sólido conhecimento teórico-prático com vistas a sua futura prática profissional;

VII - Contribuir com o processo de constituição do licenciando enquanto professor, a partir do compartilhamento de experiências de ensino e aprendizagem na área da Matemática;

VIII - Conhecer o contexto e a cultura da escola e suas inter-relações com o espaço social escolar que compreende alunos e família;

IX - Compartilhar técnicas de ensino, didáticas e metodologias inovadoras, por meio da observação do trabalho de sala do professor preceptor e da experiência da docência no contexto da residência pedagógica;



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

X - Experimentar a regência de classe com intervenção pedagógica planejada conjuntamente com o docente orientador, preceptor e equipe gestora da escola, considerando o contexto escolar;

XI - Integrar o ensino com a realidade, possibilitando a vivência de conhecimentos teóricos e práticos relacionada a sua formação acadêmica;

XII - Planejar e desenvolver atividades que envolvam as competências, conteúdos, das áreas e dos componentes curriculares, unidades temáticas e objetos de estudo previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) articulados às necessidades específicas do contexto escolar;

XIII - Oportunizar o contato com o ambiente e rotina prática e administrativa na gestão escolar em escolas de Educação Básica;

XIV - Possibilitar a formação docente de modo a permitir o conhecimento da instituição educativa, a pesquisa, a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica;

XV - Atuar nas diferentes modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola) em espaços escolares e não escolares.

CAPÍTULO IV – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 7. A estrutura organizacional para o Programa de RP envolverá:

- I – Coordenador Institucional do Programa;
- II – Coordenador de Área do subprojeto;
- III – Preceptor;
- IV – Instituição concedente para a realização do Programa de RP;
- V – Residentes (discentes);
- VI – Colaboradores.



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Parágrafo Único: Para os docentes, a atribuição de carga horária, para efeito de Plano Individual do Docente (PID), será computada como ensino, observando o contido nas Portarias institucionais específicas para esse fim.

Seção I – Do coordenador Institucional do Programa de Residência Pedagógica

Artigo 8. Ao coordenador institucional do Programa de RP competirá:

- I – Responder pela coordenação institucional do programa perante as secretarias de educação as escolas, a IES e a Capes;
- II – Acompanhar as atividades previstas no projeto e seus subprojetos;
- III - Assessorar o colegiado de formação de professores para educação básica da IES, quando houver, na articulação com as redes públicas de educação para a participação das escolas;
- IV – Informar e atualizar, nos sistemas correspondentes, informações relativas às escolas nas quais se desenvolvem as atividades do programa, assim como demais informações pertinentes ao acompanhamento do programa pela Capes;
- V – Elaborar e encaminhar à Capes relatórios das atividades desenvolvidas no projeto, em atendimento ao estabelecido por esta portaria, após aprovação pelo colegiado de formação de professores para educação básica;
- VI - Responsabilizar-se pelo acompanhamento e efetivação do cadastro dos bolsistas do programa que coordena, no sistema de bolsas, de acordo com as orientações da Capes; suspensão ou cancelamento de bolsas, garantindo a ampla defesa dos bolsistas do projeto;
- IX - Enviar à Capes documentos de acompanhamento das atividades dos beneficiários do programa sob sua orientação, sempre que forem solicitados;
- X - Manter-se atualizado em relação às normas e manuais estabelecidos pela Capes;
- XI - Manter seus dados atualizados na Plataforma CAPES de Educação Básica;
- XII - Comunicar imediatamente à Capes qualquer alteração ou descontinuidade;
- VII - Examinar, em primeira instância, pleito dos participantes dos projetos;
- VIII - Deliberar, em primeira instância, quanto do plano de trabalho/atividades do projeto institucional ou de seus subprojetos.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Seção II – Do coordenador de Área do Subprojeto

Artigo 9. Ao coordenador de área do Programa de RP competirá:

- I - Apoiar a coordenação institucional, em parceria com os dirigentes das redes de ensino e com as escolas na organização e elaboração do projeto institucional, inclusive do curso de formação dos preceptores e ambientação do residente na escola;
- II - Elaborar, desenvolver e acompanhar as atividades de orientação e preceptoria do subprojeto, inclusive articulando-se com outros docentes orientadores da IES e/ou das disciplinas de estágio curricular supervisionado, visando estabelecer uma rede institucional colaborativa para aperfeiçoar a formação prática nas licenciaturas;
- III - Participar de seleção das escolas - campo, dos residentes e dos preceptores;
- IV - Visitar a escola campo, visando conhecer o contexto e o ambiente escolar, bem como sua equipe de gestão e o corpo docente, onde o residente irá exercer a residência pedagógica;
- V - Orientar o residente, em conjunto com o preceptor, na elaboração de seu plano de atividades;
- VI - Apresentar ao coordenador de projeto relatórios periódicos contendo descrição, análise e avaliação de atividades do subprojeto que coordena, zelando pelo seu cumprimento;
- VII - Avaliar periodicamente o residente e emitir, em conjunto com o preceptor, relatório de desempenho;
- VIII - Acompanhar e homologar a frequência e assiduidade do residente e da preceptoria, inclusive para efeito do pagamento da bolsa;
- IX - Informar ao coordenador institucional toda e qualquer situação que implique cancelamento ou suspensão da bolsa do preceptor ou residente, quando houver;
- X - Participar das atividades de acompanhamento e avaliação dos programas definidas pela Capes ou pela IES, colaborando com o aperfeiçoamento do Programa e da política de formação de professores da educação básica;
- XI - Participar da organização de seminários de formação de professores para a educação básica promovidos pela IES e ou pela Capes.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Seção III - Preceptor

Artigo 10. Compete ao Preceptor:

- I – Participar do curso de formação de preceptores;
- II – Auxiliar o docente orientador na orientação do residente quanto à elaboração do seu Plano de Atividades;
- III – Acompanhar e orientar as atividades do residente na escola - campo, zelando pelo cumprimento do Plano de Atividades;
- IV - Controlar a frequência do residente;
- V - Informar ao docente orientador qualquer ocorrência que implique o cancelamento ou suspensão da bolsa do residente, quando houver;
- VI - Avaliar periodicamente o residente e emitir relatório de desempenho;
- VII - Reunir-se periodicamente com os residentes e outros preceptores, para socializar conhecimentos e experiências;
- VIII - Articular-se com a gestão da escola e outros docentes visando criar na escola campo um grupo colaborativo de preceptoria e socialização de conhecimentos e experiências;
- IX - Participar das atividades de acompanhamento e avaliação dos programas definidas pela Capes ou pela IES, colaborando com o aperfeiçoamento do programa e da política de formação de professores da educação básica;
- X - Participar da organização de seminários de formação de professores para a educação básica promovidos pela IES e/ou pela Capes.

Parágrafo Único: O preceptor solicitará auxílio aos demais professores atuantes da instituição concedente quando houver um número elevado de residentes por turma. Portanto, os residentes poderão ser supervisionados por outros professores além do preceptor.

Seção IV – A Instituição Concedente

Artigo 11. A instituição concedente para a realização do Programa de RP compete:



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

- I – Receber o residente para a realização das atividades previstas na RP;
- II – Fornecer informações e documentos necessários ao residente;
- III – Encaminhar o residente para os departamentos existentes na Unidades Educacionais quando envolver atividades de gestão escolar e a prática supervisionada docente;
- IV – Disponibilizar a estrutura física e didático-pedagógica para as atividades do programa.

Seção V – Residente (Discentes)

Artigo 12. Compete aos residentes do Programa de RP:

- I - Elaborar seu plano de atividades em conjunto com o docente orientador e o preceptor;
- II - Cumprir a carga horária mínima 440 horas de residência nos termos da Portaria 38/2018 e demais normativas pela CAPES;
- III - Desenvolver as ações do plano de atividades com assiduidade e de forma acadêmica, profissional e ética;
- IV - Elaborar e entregar os relatórios previstos no prazo estabelecido no plano de atividades;
- V - Participar das atividades de acompanhamento e avaliação do programa definidas pela Capes ou pela IES;
- VI - Comunicar qualquer irregularidade no andamento da residência ao seu docente orientador ou a coordenação institucional do Projeto na IES;
- VII - Realizar todas as atividades previstas no subprojeto.

Seção VI – Colaboradores

Artigo 13. Compete ao colaborador do Programa de RP:

- I – Contribuir para o desenvolvimento das atividades previstas no subprojeto da RP do IFC – *Campus Concórdia*, tais como:
 - a) Permitir o acesso do residente nas turmas do campo de trabalho para fins de observação e práticas supervisionadas docentes;



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

- b) Orientar ou coorientar os residentes na sua permanência durante a vigência da RP;
- c) Acompanhar a construção dos relatórios das atividades desenvolvidas durante a RP;
- d) Participar dos processos avaliativos concernentes ao Programa de RP.

Parágrafo Único: Entende-se como colaborador professores/profissionais que, de alguma forma, venham a adquirir vínculo com as atividades executadas pelo programa.

CAPÍTULO V – DA OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA RP

Seção I – Da programação e duração

Artigo 14. A Residência Pedagógica no curso de Matemática Licenciatura do IFC Campus Concórdia, considerando os 18 (dezoito) meses pelos quais os discentes desenvolvem as atividades, será organizada em acordo com o descrito em Edital e Portaria específica.

Artigo 15. Os relatórios de cada etapa ou relatório final, compreendem o registro de atividades determinadas nas Etapas I, II e III, com base nas orientações e produções desenvolvidas. O modelo e formato do documento enquadram-se conforme exigência da CAPES.

Seção II – Dos Seminários de Socialização

Artigo 16. A socialização das Etapas I, II e III do Programa de RP acontecerá por meio de seminários após a finalização de cada uma das etapas ou da última etapa.

CAPÍTULO VI – DA VALIDAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Artigo 17. A integralização das 440 horas previstas na Portaria Gab. nº45 de março/2018 com atividades relacionadas ao Programa de RP, em 18 meses de vigência do projeto, servirá como requisito para validação dos Estágios I, II, III e IV, constantes na grade curricular do curso de Matemática Licenciatura.

Parágrafo Primeiro: O bolsista poderá validar os estágios supervisionados num tempo inferior a 18 meses desde que cumpra todas as atividades previstas no programa e integralize as 440 horas conforme previsão em portaria específica.



Ministério da educação

Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC

Parágrafo Segundo: Para fins de aproveitamento parcial, deverá ser observada Portaria nº19/2021/CONSEPE IFC, que estabelece aproveitamentos e equivalências.

Parágrafo Terceiro: Os estudantes que vierem a aproveitar os Estágios Supervisionados II e IV, por meio do Programa de RP, estarão dispensados de apresentar os relatórios previstos no âmbito do regulamento do Estágio Supervisionado do Curso Superior de Licenciatura em Matemática do IFC - Campus Concórdia.

CAPÍTULO VII – DA AVALIAÇÃO

Artigo 18. A avaliação das atividades realizadas durante o Programa de RP configura-se como elemento integrador da teoria e da prática e será realizada conforme o previsto neste regulamento.

Artigo 19. A avaliação das Etapas I, II e III serão realizadas pelo coordenador de área do Programa de RP, pelo preceptor e pelo professor regente da instituição concedente (caso este não for o mesmo que o preceptor).

Artigo 20: A avaliação dos relatórios poderá ser realizada pelo coordenador/orientador ou avaliador externo ao Programa de RP.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21. Nos relatórios, quando diagnosticado plágio ou qualquer outra irregularidade ou o não cumprimento dos requisitos presentes na Portaria Gab. nº45 de março/2018, o residente não terá validado o seu estágio supervisionado, devendo o mesmo cursar a disciplina.

Artigo 22. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Coordenação do Curso e NDE do Curso de Matemática - Licenciatura IFC - Campus Concórdia.

Artigo 23. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo NDE do Curso de Matemática Licenciatura, revogando as disposições em contrário.

Concórdia, setembro de 2023.



Ministério da educação
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC